



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Daniel Augusto Paro

O FUTURO DAS DEMOCRACIAS? Diagnósticos e prognósticos pós-2016 em uma
perspectiva comparada

Florianópolis
2022

Daniel Augusto Paro

O FUTURO DAS DEMOCRACIAS? Diagnósticos e prognósticos pós-2016 em uma
perspectiva comparada

Dissertação/Tese submetida ao Programa de Pós-
Graduação em Sociologia Política da Universidade
Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de
mestre em Sociologia Política
Orientador: Prof. Julian Borba, Dr.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Paro, Daniel Augusto
O FUTURO DAS DEMOCRACIAS? : DIAGNÓSTICOS E PROGNÓSTICOS
PÓS-2016 EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA / Daniel Augusto
Paro ; orientador, Julian Borba , 2022.
103 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. democracia . 3. v
dem. 4. autocracia . I. Borba , Julian . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Sociologia e Ciência Política. III. Título.

Daniel Augusto Paro

O FUTURO DAS DEMOCRACIAS? Diagnósticos e prognósticos pós-2016 em uma perspectiva comparada.

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Julian Borba, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Tiago Daher Padovezi Borges, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Cíntia Pinheiro Ribeiro de Souza, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Sociologia Política.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Julian Borba, Dr.

Orientador(a)

Florianópolis, 2022.

Dedico este trabalho a minha família, amigos, colegas do mestrado e docentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

A vida não se faz sozinha. A construção da presente pesquisa só se fez possível por uma rede de afeto, carinho, cuidado e amor. É por isso que é imprescindível, nesse momento, agradecer a todos que tornaram possível esse momento.

Agradeço primeiramente aos meus pais, Valdirene e Marco Antônio por terem me fornecido um núcleo familiar de apoio constante. Nada seria possível sem a base concedida por vocês em cada etapa de minha vida, em cada sonho que me permitiu sonhar.

Agradeço meu irmão, Marco Antônio Paro Junior, por ser meu pilar de sustentação. Obrigado por me ensinar a cada dia as lições mais simples e, paradoxalmente, mais complicadas da vida: a leveza, o riso, o carinho e a simplicidade do mundo tão infinito que vivemos.

Aos meus avós Neusa, Manuel e Antônia, por terem sempre me feito acreditar em meu potencial. Ao meu avô Alcides que priorizou, desde o meu nascimento, minha educação.

A toda minha família. Meus tios e tias Madilaine Francisco, Valdineia Francisco, Marineusa Fransisco, Valdinei Francisco, Roberta Tavares e Jorge Paro. Palavras não descrevem a honra que é ter perto de mim constante fontes de inspiração e afeto. Aos meus primos e primas Gabriela, Maria Luiza, Gustavo, Natália, Bruno, Ingrid e Maria Eduarda, somos um. Obrigado por cada palavra de apoio e por cada momento feliz.

A Júlio César. Poucas certezas temos em nossas vidas, mas possuo duas concretas: aqui não estaria sem você e te amo.

Aos meus amigos e amigas Nicolle Platt, Gabriela Zimmermann, Drielle Muller, Carla Bortolotto, Helena Maes, Caíque Carvalho, Anna Garbellotto, Eduarda Piacentini, Jocieli Decol, Matheus Rodrigues e Natália Rosa.

Ao meu orientador Julian Borba, agradeço pelos momentos de construção, crescimento e amadurecimento. A entrada em um programa de pós-graduação diferente do seu curso de graduação possui incontáveis desafios. Encará-los só foi possível com sua calma, apoio e guiamiento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade de Santa Catarina, seu corpo docente e técnico, pela estrutura e incentivos. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa

Ao meu afilhado João Francisco Kede Lauand: para você eu desejo um novo mundo.

RESUMO

A ascensão de líderes e discursos antidemocráticos dentro de regimes considerados democracias estáveis tornou-se tema central nas discussões de diferentes áreas da ciência, em especial, após 2016, com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos da América e do referendo pelo Brexit no Reino Unido. Nesse sentido, esta pesquisa debruça-se, em primeiro lugar, sobre algumas obras consolidadas no circuito acadêmico que abordaram o tema nos últimos anos, articulando-as com as variáveis disponíveis pelos dados sobre consolidação democrática do instituto V-Dem. Nesse sentido, os livros selecionados foram de autores que possuem tal tema como eixo central em suas publicações, sendo eles: Pippa Norris, Ronald Inglehart, David Runciman, Manuel Castells, Steven Levitsky, Daniel Ziblatt, Yascha Mounk e Adam Przeworski. Em segundo lugar, conjugadas às argumentações realizadas por tais autores, dezesseis variáveis do debate sobre erosão democrática foram observadas em três países (Brasil, Estados Unidos e Reino Unido) e duas regiões de novas democracias (América do Sul e Leste europeu). O que se observou no levantamento foi notável oscilação dos dados para os Estados Unidos, uma estabilidade no Reino Unido e variações dignas de nota para o Brasil. Em especial, na comparação das regiões de novas democracias, observou-se maior dissipação do apoio democrático para regiões rurais. No geral, as variáveis que mais sofreram alterações no período analisado foram as que demonstram um aumento na mobilização pela democracia e autocracia, assim como um aumento na violência e na polarização políticas. No entanto, tais mudanças não foram suficientes para que se constatasse a fragilidade institucional dos Estados analisados, o que vai de encontro, principalmente, às obras de autores que atestam a ruína de regimes democráticos.

Palavras-chave: Democracia. Autocracia. V-Dem.

ABSTRACT

The rise of autocratic leaders and their ideas within regimes considered well established has become a leading topic in different scientific areas, especially after Donald Trump's election and the Brexit referendum, both in 2016. In this regard, this research first analyses six selected books that have discussed the topic in the recent years and then contrasts them with data from the V-dem institute. These six books were intentionally selected based on the authors' long contact with the theme of democratic backslides, them being: Pippa Norris, Ronald Inglehart, David Runciman, Manuel Castells, Steven Levitsky, Daniel Ziblatt, Yascha Mounk and Adam Przeworski. Secondly, sixteen variables were observed in three different countries (Brazil, The United States and The United Kingdom) as well as in two regions known for their young democracies (South America and East-central Europe). We observed a continuation of the turbulence in the United States, stability in the United Kingdom and some important changes in Brazil. When comparing the regions with young democracies we noted an increasing dissipation of democratic support to urban areas. Overall, the variables which changed the most from 2016 to 2020 were the ones that showed a growth in mobilization for democracy along with a rise in political violence and polarization. Nonetheless, these changes were not strong enough to contrast the institutional fragility of the selected countries and regions, going against books that testify for the imminent end of democracies.

Keywords: Democracy. Autocracy. V-Dem.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Obras selecionadas.....	33
Quadro 2 – Indicadores selecionados.....	48
Quadro 3 – Ornograma V-dem.....	50
Quadro 4 – Indicadores V-Dem.....	51
Gráfico 1 – Legitimação da performance mundial desde 1900.....	52
Gráfico 2 – Legitimação da performance no recorte proposto.....	53
Gráfico 3 – Legitimação da performance em novas democracias.....	54
Gráfico 4 – Corrupção política mundial desde 1900.....	55
Gráfico 5 – Corrupção política no recorte proposto.....	56
Gráfico 6 – Corrupção política em novas democracias.....	56
Gráfico 7 – Index de percepção da corrupção.....	58
Gráfico 8 – Index de percepção da corrupção em novas democracias.....	59
Gráfico 9 – Mobilização pela democracia mundial desde 1900.....	60
Gráfico 10 – Mobilização pela democracia no recorte proposto.....	62
Gráfico 11 – Mobilização pela democracia em novas democracias.....	62
Gráfico 12 – Perdedores aceitam os resultados eleitorais.....	63
Gráfico 13 – Perdedores aceitam os resultados eleitorais no recorte proposto.....	64
Gráfico 14 – Perdedores aceitam os resultados em novas democracias.....	65
Gráfico 15 – Polarização política mundial desde 1900.....	67
Gráfico 16 – Polarização política no recorte proposto.....	68
Gráfico 17 – Polarização política em novas democracias.....	68
Gráfico 18 – Index de accountability mundial desde 1900.....	69
Gráfico 19 – Index de accountability no recorte proposto.....	70
Gráfico 20 – Index de accountability em novas democracias.....	70
Gráfico 21 – Mobilização pela autocracia mundial desde 1900.....	72
Gráfico 22 – Mobilização pela autocracia no recorte proposto.....	73
Gráfico 23 – Mobilização pela autocracia em novas democracia.....	73
Gráfico 24 – Organizações antissistema desde 1900.....	75
Gráfico 25 – Organizações antissistema no recorte proposto.....	75
Gráfico 26 – Organizações antissistema em novas democracias.....	76
Gráfico 27 – Distribuição igualitária de recursos mundial desde 1900.....	78
Gráfico 28 – Distribuição igualitária de recursos no recorte proposto.....	79
Gráfico 29 – Distribuição igualitária de recursos em novas democracias.....	79
Gráfico 30 – Violência política mundial desde 1900.....	80
Gráfico 31 – Violência política no recorte proposto.....	81
Gráfico 32 – Violência política em novas democracias.....	81
Gráfico 33 – Localização do apoio ao regime mundial desde 1900.....	83
Gráfico 34 – Localização do apoio ao regime no recorte proposto.....	84
Gráfico 35 – Localização do apoio ao regime em novas democracias.....	84
Gráfico 36 – Exclusão por área urbano-rural mundial desde 1900.....	85
Gráfico 37 – Exclusão por área urbano-rural no recorte proposto.....	86
Gráfico 38 – Exclusão por área urbano-rural em novas democracias.....	87
Gráfico 39 – Resultados para o Brasil.....	89
Gráfico 40 – Resultados para os Estados Unidos.....	90
Gráfico 41 – Resultados para o Reino Unido.....	91
Gráfico 42 – Resultados para a América do Sul.....	91
Gráfico 43 – Resultados para o leste europeu.....	92

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE.....	20
2.1	DEMOCRACIA E POLIARQUIA: O DEBATE TEÓRICO	20
2.2	A CONFIANÇA DEMOCRÁTICA.....	24
2.3	A ASCENSÃO ANTIDEMOCRÁTICA	27
3	SISTEMATIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS E PROGNÓSTICOS	32
3.1	ANÁLISE DAS OBRAS	34
4	DADOS V-DEM.....	49
4.1	ANÁLISE global e regional	50
4.2	RESULTADOS.....	88
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
	REFERÊNCIAS.....	101

1 INTRODUÇÃO

O anúncio da vitória eleitoral de Donald Trump como novo presidente dos Estados Unidos da América em novembro de 2016 surpreendeu grande parte dos analistas políticos do mundo. O caso, contudo, não foi isolado: grande atenção já havia sido chamada para a votação do referendo pela saída do Reino Unido do bloco da União Europeia em junho do mesmo ano.

No Brasil, o conturbado processo de impeachment de Dilma Rousseff em abril serve também como exemplo de um ano conturbado que suscitou incontáveis questionamentos sobre a sobrevivência e força dos regimes democráticos, não somente em regimes antigos e consolidados, mas também em democracias jovens.

O debate dominou diferentes esferas da rotina política e social, o que se reverberou no âmbito acadêmico, com o lançamento de obras discutindo o tema e de resultados divulgados por diferentes relatórios internacionais, dando, assim, movimento à discussão.

A proposta de estudar tal conjuntura com um olhar global levou à busca de obras de análise macro, que levassem em consideração acontecimentos não apenas regionais, mas que alcançassem diferentes países do ocidente, em especial democracias liberais consideradas consolidadas. Portanto, nesta pesquisa, é observado como indicadores democráticos em alguns Estados e regiões têm sido afetados por tal conjuntura desde 2016.

De modo complementar e para maior embasamento na análise, serão também consideradas variáveis em mais extenso marco temporal, com uma observação das mesmas desde 2010, ano apontado por Castells (2017) como um início de movimentações que demonstravam forte insatisfação com os regimes democráticos ocidentais.

A pesquisa foi estruturada para que obras recentes e validadas pelo circuito acadêmico sobre o tema pudessem ser sistematizadas por meio de seus indicadores selecionados como representativos das mesmas. Dessa forma, o foco da pesquisa está em fazer uma análise detalhada das obras para que delas se extraiam indicadores centrais postulados pelos autores sobre a possibilidade de declínio de regimes democráticos nos últimos anos. A partir disso, busca-se verificar, empiricamente, com base nos dados do V-Dem, se os indicadores de tais obras convergem com a maneira com a qual os dados estatísticos se comportaram no período pós-2016 em consideração aos países e regiões selecionadas.

Para isso, buscou-se por obras de ampla discussão nos anos recentes tanto na área da Ciência Política como também áreas da Sociologia e Filosofia. Em específico, selecionaram-se autores que possuem o debate sobre democracias como central em suas buscas acadêmicas, sobretudo que se debruçaram nos acontecimentos de 2016.

Diante de tais considerações, os lançamentos dos livros selecionados se deram entre 2017 (um ano após o momento de suscitação da discussão) e 2020, ano de início da pesquisa.

As obras selecionadas foram, em ordem de lançamento, “Ruptura” do sociólogo espanhol Manuel Castells (2017), “O Povo Contra a Democracia” do cientista político alemão Yascha Mounk (2018), “Como as Democracias Morrem” de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), cientistas políticos estadunidenses, respectivamente das relações internacionais e da ciência política, “Como a Democracia Chega ao Fim” do filósofo britânico David Runciman (2018), “Crises da Democracia” de Adam Przeworski (2019), cientista político polonês centrado na política comparativa e “Cultural Backlash: Trump Brexit and Authoritarian Populism” (2019), da cientista política britânica Pippa Norris e do cientista político estadunidense Ronald Inglehart, ambos da corrente culturalista.

Quanto à análise de dados estatísticos sobre o tema, o relatório internacional V-foi selecionado por diferentes e importantes motivos. Em destaque, além de ser publicado por uma instituição amplamente utilizada na ciência política, o “*Varieties of Democracy*”, disponibiliza extenso número de dados de longo prazo (com início da série histórica em 1900) e também atuais (com o último relatório sendo lançado no presente ano de 2021). O acesso à plataforma é realizado de forma online com a exposição de diferentes regiões, países, marcos temporais e indicadores presentes na aba “*variable graphs*”. Destarte, o fácil acesso, a dimensão de indicadores e regiões, sua utilização na construção de diversas teses por diversos autores acadêmicos e suas interpretações sobre regimes democráticos levam o V-Dem a ser de interesse para construção da pesquisa aqui proposta.

Ressalta-se, ainda, o motivo da seleção de Estados realizada na plataforma. Além dos indicadores globais apontados pela pesquisa, um recorte de regiões e Estados são propostos para que se evite erros comuns de representações globais. Além dos dois países centrais na construção das obras selecionadas (Reino Unido e Estados Unidos da América) e do país base da pesquisa (Brasil), os indicadores representativos serão também analisados em comparação regional entre novas democracias, considerando-se assim a América do Sul e os países do leste Europeu.

Cabe ressaltar que, além do recorte temporal central desta pesquisa (2016 e 2020), alguns indicadores serão expostos, de modo suplementar, desde 1900, aplicando-os a nível global (envolvendo todos os países abordados pelo instituto), para que se tenha uma compreensão sintetizada de como tais variáveis se comportam desde o início dos dados disponibilizados pelo *Varieties of Democracy*.

É importante também posicionar que a pesquisa, historicamente, foi surpreendida por novos questionamentos com a decorrência da pandemia da Covid-19 e todas as profundas alterações na vida social. Em específico no tema aqui abordado, o enfrentamento ao vírus exigiu dos governos, independente de seus desenhos institucionais e dos regimes vigentes, respostas imediatas que demandaram mudanças profundas. Tal retórica foi comum a todos. A pesquisa contribui então para o entendimento dos regimes democráticos após o ano de 2016 e como as variáveis foram afetadas nos últimos anos.

Assim como a eleição de Donald Trump em 2016 suscitou o medo quanto a erosão democrática, sua não reeleição em 2021 fomenta a ideia de enfraquecimento da retórica autoritária e autocrática. Porém, ainda é forte nas sociedades o número de apoiadores e a extensão de organizações antidemocráticas, ou seja, tais mudanças serão também consideradas na análise final dos dados levantados, com a proposta de melhor compreender e debater os prognósticos de importante parte da ciência política na última década.

Por ora, a pesquisa está estruturada para responder à pergunta: como indicadores representativos da queda democrática baseados nas obras estudadas têm se comportado desde 2016 em diferentes democracias e como as teses levantadas são ou não corroboradas pelo levantamento estatístico realizado?

Para isso, o trabalho é iniciado com uma exposição da problemática em sua base teórica, com a apresentação da discussão entre conceitos de democracia seguidos pela descrição da ascensão antidemocrática na última década. Assim, o debate é sistematizado, no segundo capítulo (contextualização do debate), por meio de três subseções (2.1 Democracia e poliarquia: o debate teórico, 2.2 a confiança democrática e 2.3 a ascensão antidemocrática). Em primeiro, uma apresentação das principais teorias e definições democráticas por parte da Ciência Política, com foco nas especificações poliárquicas de Robert Dahl, sistematização central das definições contemporâneas de democracias aqui tratadas.

Após, descrever-se-á sobre a confiança democrática pulsante após a queda da bipolaridade do sistema internacional, com o fim da União Soviética e com os Estados Unidos assumindo status de hegemonia na balança de poderes. Com o discurso da democracia liberal

sendo central na retórica da política internacional estadunidense, uma nova onda democrática levou à forte confiança no regime, como exemplificado pela tese do autor Francis Fukuyama em 1992.

A exposição dos diagnósticos otimistas quanto ao futuro das democracias serve para principiar a ascensão antidemocrática nos últimos anos, com um marco histórico entre 2016 e 2020, tanto em Estados com instituições democráticas consolidadas como em novas democracias. Com a fundamentação da importância do debate, se torna possível a escrita do capítulo seguinte, no qual os diagnósticos e prognósticos analisados serão sistematizados dentro do desenho de pesquisa proposto para definição dos indicadores representativos de cada tese.

No terceiro capítulo (sistematização de diagnósticos e prognósticos), as obras selecionadas serão abordadas com a finalidade de demonstrar a decisão pelos indicadores representativos de cada tese. Em sequência, uma exposição do instituto V-Dem serve para a criação de um quadro que exemplifique todos os indicadores das teses e as variáveis selecionadas nas obras.

Em seguida, parte-se para o levantamento de tais dados no capítulo 4 (dados V-dem), com a primeira subseção (4.1 análise global e regional) sendo responsável por observar as variáveis a longo prazo em nível mundial (desde 1900) e por Estados e regiões (Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, América do Sul e Leste europeu) entre 2016 e 2020, respeitando o recorte temporal proposto. Com o levantamento de dados, a seção final (4.2 resultados) permite uma análise das variáveis para que se compreenda melhor como a queda democrática tem se comportado após o ano representativo de 2016. As considerações finais, por fim, solidificam as principais conclusões da análise submetida e também tentam melhor entender as variáveis de maior alteração.

Com o processo descrito, a observação dos dados levantados permitiu a elaboração de argumentos centrais, sobretudo nas variáveis que demonstraram maior nível de variação no período. Nos indicadores que demonstraram aumento tem-se a mobilização pela democracia (no Brasil com pico em 2018 e queda em 2019, nos Estados Unidos uma crescente desde 2016 até 2020 e em todos os outros recortes um aumento até 2019), a polarização (aumento em todos), a violência política (todos menos no Reino Unido), o crescimento nas organizações antissistema da sociedade civil nos Estados Unidos e o apoio a democracia mais dissipado em meios urbanos nas novas democracias (crescimento que as aproxima dos números de países como Estados Unidos e Reino Unido que, por sua vez, demonstraram estabilidade).

Nos indicadores que mais sofreram quedas, destacam-se os perdedores do pleito eleitoral não aceitarem seus resultados (nos Estados Unidos e na América do Sul), a mobilização pela autocracia no Brasil (que caiu mais vertiginosamente do que a mobilização pela democracia) e a distribuição igualitária de recursos em todos os recortes após 2019. Tais indicadores, como previamente discutido, serão também brevemente analisados desde 2010 para que as considerações finais tenham maior força argumentativa.

É com base no que foi exposto que a pesquisa conclui pontos importantes. Nos Estados Unidos, nem a eleição de Donald Trump e nem a de Joe Biden fizeram diminuir a polarização, a violência política e o número de manifestações pró e contra a democracia. A turbulência estatística no país ainda acarretou na queda de legitimidade do regime, representando uma maior fragilidade institucional, o que ainda não representa uma queda de status para um Estado não democrático.

No Reino Unido o levantamento certificou maior estabilidade e um aumento apenas na violência política e na mobilização pela democracia, mas com picos no ano de 2017 e uma volta a estabilidade após 2018. Mesmo perpassada uma eleição geral em 2019, o Estado não demonstrou erosão de seu regime democrático.

Já no Brasil, a exposição de variáveis demonstra um aumento conjunto da mobilização pela democracia e pela autocracia, com picos consideráveis nos últimos anos (o primeiro em 2013 e o seguinte em 2018) seguidos por quedas nos anos seguintes (2014 e 2019). Após conturbado processo de impeachment e a eleição de um candidato antidemocrata, a jovem democracia sofreu grandes provações na última década, com uma polarização ainda pungente e um alto índice de aprovação às ideias autocratas. As turbulências sofridas são, porém, contrastadas com um último indicador expressivo: a dissipação do apoio pela democracia para regiões rurais.

Por fim, as novas democracias da América do Sul e do leste Europeu apresentaram médias mais estáveis. Dos destaques, a violência e a polarização política, como padrão para todos os recortes, mas também a melhora na dissipação do apoio, o que demonstra um alastramento pela defesa democrática para fora apenas de centros urbanos.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO DEBATE

Para melhor sistematização da problemática abordada e da exposição dos dados da pesquisa, assim como suas interpretações, esta seção é reservada para a que seja apresentado o debate sobre ascensão antidemocrática documentada entre os anos de 2016 e 2018, respectivamente o ano de maior discussão sobre o tema e o ano que inicia os lançamentos das obras selecionadas. Com narrativas de amplo alcance dentro e fora da academia, os autores selecionados Yascha Mounk, David Runciman, Pippa Norris, Ronald Inglehart, Daniel Ziblatt, Steven Levitsky, Adam Przeworski e Manuel Castells são reconhecidos em suas áreas por suas análises sobre quedas democráticas, tema central em suas vidas acadêmicas. Além disso, as obras foram também impulsionadas pelos acontecimentos do ano de 2016, com os autores tecendo suas análises e reflexões sobre o tema em diversos momentos desde então, culminando no lançamento de obras completas com seus prognósticos e diagnósticos.

Iniciando o debate, é importante ressaltar que os perigos enfrentados por governos democráticos é tema de forte interesse nas Ciências Sociais desde os princípios da discussão do desenho institucional hoje reconhecido como “democracia”. Dessa forma, a ascensão de líderes e discursos antidemocráticos já é citada por autores como de Alexis de Tocqueville e dos artigos federalistas (1788), em momento histórico que precedia o estabelecimento e fortalecimento de tal desenho em território estadunidense. Em sequência, o que se viu com o perpassar do tempo foi o crescimento dos Estados Unidos e da democracia liberal rumo à uma hegemonia global que se consolidou em 1989 com a queda soviética.

O ideal democrático liberal propagado pelo mundo nos moldes do governo estadunidense foi sendo consolidado no imaginário do Ocidente como um passo adiante na história humana, de processo de constante consolidação e legitimação. Enquanto sua hegemonia se consolidava, menos se pensava em seus perigos, e grande parte de levantamentos quantitativos pareciam corroborar com a ideia da consolidação dos ideais democráticos no seio da sociedade ocidental.

2.1 DEMOCRACIA E POLIARQUIA: O DEBATE TEÓRICO

Diferentes autores têm abordado o tema da sobrevivência e definição democrática nos mais diversos campos de interpretação e contextos históricos, sendo ao considerar os ideais democráticos de governos passados como na Grécia antiga – na democracia ateniense

com início em 510 a.C. —, ou nas interpretações sobre o regime nascido nos Estados Unidos, com os artigos federalistas de 1787, Alexis de Tocqueville em 1835 e mais recentemente de Joseph Schumpeter (1943), Anthony Downs (1957) e Robert Dahl (1971).

No âmbito internacional, as democracias liberais (em suas mais diversas formas e sistemas partidários) se espalharam pelo globo em ondas de avanço (pós-Segunda Guerra Mundial e pós queda do muro de Berlim) assim como em ondas de ascensão antidemocrática, como o pós-Primeira Guerra Mundial (simbolizado pela ascensão nazista na Alemanha de 1933) (HUNTINGTON, 1991).

Ressalta-se também que, com o passar do tempo, eventos históricos foram responsáveis por diversas mudanças na forma democrática que se avistava em solo estadunidense no século XVIII. Os estudos que surgem para melhor compreender o desenho estatal que lá se formava perpassam diferentes momentos daquele país, como a Guerra Civil que se deu entre os anos de 1861 e 1865.

As interpretações que melhor sistematizam o desenho democrático atual nos Estados Unidos são encontradas em autores como Joseph Schumpeter e Robert Dahl, que levam em consideração o papel e o respeito à oposição, às eleições periódicas e à ideia de representação da população.

Após a vitória dos aliados na Segunda Grande Guerra, a Ciência Política concentrava grande parte de seus estudos nas democracias eleitorais e no entendimento da distribuição de votos entre os indivíduos. Tal interesse foi predominante na academia durante os anos de 1960 e 1970, com uma busca por análises estatísticas das relações entre inferências partidárias e escolhas de voto. Nesse âmbito, os autores previamente citados foram importantes para as principais abordagens teóricas sobre democracias do norte global.

Em primeiro, Joseph Schumpeter marcou seu papel como um dos precursores da conceitualização democrática em 1943 com a obra “Capitalismo, Socialismo e Democracia” (2016). Nela, o autor compreende no sufrágio um grande fenômeno político e analisa a capacidade dos eleitores dentro do desenho democrático eleitoral. Para o economista austríaco, o ponto de partida para o entendimento da democracia está em não a considerar como um fim em si uma vez que ela é um método político conduzido por arranjos institucionais estabelecidos e que contemplam decisões políticas legislativas e administrativas (SCHUMPETER, 2016, p. 328-329).

A crítica de Schumpeter (2016, p. 345) às definições clássicas de democracia está na crença de “vontade do povo”, algo inalcançável em qualquer sociedade uma vez que:

mesmo que as opiniões e desejos dos cidadãos individuais fossem dados perfeitamente definidos e independentes a ser elaborados pelo processo democrático, e mesmo que todo o mundo agisse sobre eles com racionalidade e rapidez ideais, não se seguiria necessariamente que as decisões políticas produzidas por esse processo a partir da matéria-prima dessas volições individuais representassem uma coisa que se pudesse denominar, de modo convincente, vontade do povo

É afirmado, dessa forma, que a vontade do povo é um produto do processo político e não sua força motriz. Partindo dessa premissa, o funcionamento de um governo democrático é somente possível se os interesses importantes sejam praticamente unânimes” (SCHUMPETER, 2016, p. 356).

A impossibilidade de um governo completamente responsivo à vontade total do povo – e cada indivíduo -, bastante exposta pelo teorema de Arrow e também supracitada em Schumpeter, é ponto de partida para a criação da definição poliárquica do autor central para entendimento democrático da pesquisa: Robert A. Dahl.

No livro “Poliarquia”, lançado originalmente em 1972, o conceito-título foi formulado para classificar em diferentes graus os níveis de democratização de sociedades industriais desenvolvidas, uma vez que a “democracia” por si só serve como um ideal a ser seguido, mas impossível de ser implementado em totalidade. Como pressuposto base, uma característica central da democracia poliárquica é a contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais, e o estabelecimento de uma oposição e uma participação balanceadas. Os Estados que mais se aproximam do ideal democrático de participação e oposição são então chamados de “poliarquias”.

Tratando-se, no debate contemporâneo, de Estados cada vez maiores – fator de grande preocupação para os escritos clássicos -, Dahl coordena três requisitos bases de um Estado poliárquico para um grande número de pessoas: a oportunidade de formular preferências, de exprimir preferências e de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo (DAHL, 2015).

Outros pontos levantados para a garantia de que um Estado é mais ou menos poliárquico são: a liberdade de formar e aderir organizações, a liberdade de expressão, o direito ao voto, o direito de líderes políticos disputarem apoio, direito de líderes políticos disputarem votos, fontes alternativas de informação, elegibilidade para cargos públicos, eleições livres e idôneas e instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência (DAHL, 2015, p. 27).

No desenho defendido pelo autor, os Estados-nação localizam-se entre quatro formas existentes, as hegemonias fechadas, as hegemonias inclusivas, as oligarquias competitivas e, enfim, as poliarquias. Como ressaltado, nenhum Estado hoje pode ser considerado uma democracia *per se*, porém o caminho para uma deve percorrer um quadro definido pelos parâmetros da contestação pública (liberalização) e do direito de participar em eleições e cargos públicos (inclusividade e participação).

Nessa divisão, hegemonias fechadas são caracterizadas por Estados que possuem baixa participação e baixa contestação pública, enquanto oligarquias competitivas possuem maior contestação pública, mas ainda baixa participação e hegemonias inclusivas uma alta participação, mas uma baixa competição pública. Poliarquias, por fim, possuem tanto uma pulsante participação quanto uma boa contestação pública.

Levando em conta esses dois fatores, se um regime hegemônico se desloca de hegemonia fechada para oligarquia competitiva, ele estará se deslocando para uma maior contestação pública, ou seja, em um processo de liberalização do regime e de maior competitividade. Em contraste, se a mudança se dá com mais força na participação, o mesmo está em processo de maior popularização, ou seja, se tornando mais inclusivo.

Entende-se, dessa forma, o pensamento de Dahl ligado à responsividade do governo às necessidades dos cidadãos em governos poliárquicos, diferente da interpretação de Schumpeter de jogo entre as elites políticas, sem um caráter de responsividade aos cidadãos e sim ao jogo eleitoral pelo voto.

Em suma, tanto a abordagem *minimalista* de Schumpeter (1950) quanto a *procedimentalista* de Dahl (1971) ajudam numa definição ampla de democracia. Baseando-se nos pressupostos acima apresentados:

o estabelecimento de um regime democrático implicaria basicamente as seguintes condições: 1) direito dos cidadãos de escolherem governos através de eleições, com a participação de todos os membros adultos da comunidade política; 2) eleições regulares, livres, competitivas e abertas; 3) liberdade de expressão, reunião e organização, em especial, de partidos políticos, para competir pelo poder; e 4) acesso a fontes alternativas de informação sobre a ação de governos e a política em geral (MOISÉS, 2010, p. 81)

Expostas as interpretações base da pesquisa quanto à democracia, a seção seguinte aborda a confiança nesses governos, seus principais entusiastas e os pontos essenciais de suas teses.

2.2 A CONFIANÇA DEMOCRÁTICA

Um dos trabalhos de maior repercussão quando se aborda o assunto da crença nos governos democráticos é o livro “O Fim da História” de Francis Fukuyama, lançado em 1992. Nele, o autor defende a separação entre democracia e liberalismo, afirmando que o liberalismo político é definido como um Estado de Direito que reconhece direitos e liberdades individuais, fora do controle do Estado. A democracia, nessa visão, é um direito universal de todos os cidadãos do globo em ser inserido no poder político, ou seja, de votar e participar da política do Estado.

Para o autor, ao abordar a problemática nos anos 90, a queda dos regimes fascista, nazista e soviético significa a emergência da ideia liberal e não da prática liberal. Em escala global, com o fim de tais regimes, nenhuma ideologia teria pretensão universal que poderia desafiar a democracia liberal, assim como nenhum princípio universal de legitimidade desafiar o princípio da soberania do povo (FUKUYAMA, 1992, p. 45).

A democracia liberal, com seu complexo arranjo institucional, seu princípio da soberania, do estabelecimento dos direitos, do Estado de Direito e da separação de poderes havia resolvido o problema da “*megalothymia*¹”. O liberalismo, por sua parte:

também tornou possível a economia mundial moderna através do desejo de libertação de todas as restrições aquisitivas, e aliando isso à razão em forma da ciência natural moderna. O novo, dinâmico e infinitamente rico campo de possibilidades foi subitamente aberto ao homem (FUKUYAMA, 1992, p. 334, tradução nossa²)

Em suma, Francis Fukuyama afirma que “até mesmo não-democratas terão que falar a língua da democracia para justificar seus desvios do único padrão universal” (FUKUYAMA, 1992, p. 45, tradução nossa³). A interpretação do autor sobre a criação do Estado democrático é bastante otimista quanto ao seu futuro, em especial pelo contexto de seguidas “ondas democráticas” pelo mundo, como proferido pelo cientista político estadunidense Samuel Huntington tanto em um artigo publicado pelo *Journal Of Democracy* em 1991 quanto no livro publicado em 1994, “A Terceira Onda”.

¹ Termos cunhados pelo autor Francis Fukuyama. A “*megalothymia*” é caracterizada como a necessidade em ser reconhecido como superior. Antônimo da palavra “*isothymia*”, que significa ser reconhecido como igual aos outros.

² No original: “liberalism also made possible the modern economic world by liberating desire from all constraints on acquisitiveness, and allying it to reason in the form of modern natural science. A new, dynamic, and infinitely rich field of endeavor was suddenly opened up to man”.

³ No original: “Even non-democrats will have to speak the language of democracy in order to justify their deviation from the single universal standard.”

As ondas democráticas são compostas por três momentos. A primeira é marcada entre o período de 1928 e 1926, estendendo-se, assim, até o pós-Primeira Guerra Mundial. Após a primeira onda de espalhamento de regimes democráticos pelo mundo, o primeiro *backlash* surge com a ascensão fascista e nazista, seguida por uma segunda e mais breve onda democrática no pós-Segunda Guerra Mundial (entre 1943 e 1962). Durante o período conhecido como Guerra Fria, uma segunda onda de *desdemocratização* ocorre entre 1958 e 1975, sendo substituída pela terceira onda de democratização que se inicia em 1974 e ganha força após a derrubada do muro de Berlim na Alemanha de 1989 – nesta, inclui-se o Brasil após o fim do regime militar (HUNTINGTON, 1991).

Uma década desde a tese de Huntington, autores como Ronald Inglehart e Christian Welzel (2005) assinalam, ainda, que o crescimento que alguns países passaram nas últimas cinco décadas levaram à níveis crescentes na educação e informação da sociedade. Desse modo, a mudança cultural perpassa por duas dimensões: inicia-se nos processos de industrialização, que levaram à burocratização e secularização (com a ascensão fascista e comunista nos anos de 1920 e 1930) e culminam na pós-industrialização, que leva à autonomia individual e aos valores de auto expressão dos indivíduos (INGLEHART; WELZEL, 2005).

O processo de emancipação que traz a autonomia pessoal só é possível pela mudança nos setores de serviço da economia, com produtos cruciais se tornando aqueles ligados a inovação, conhecimento e ideias. A menor preocupação com as necessidades básicas da vida, ligadas à mobilização cognitiva, levam à menor necessidade do papel da autoridade e de verdades dogmáticas, quebrando assim as barreiras familiares e de comunidade (INGLEHART; WELZEL, 2005).

Tais mudanças são moldadas por uma interação entre forças do desenvolvimento econômico e das recorrentes tradições culturais, que, juntos, levam ao aumento dos valores de auto expressão e a emergência e florescimento das instituições democráticas (KLINGEMANN, 2005). Em “Modernization, Cultural Change and Democracy” de 2005, os autores (INGLEHART; WELZEL, 2005, p. 3-4) buscam demonstrar que uma cultura “humanística” fundada em valores de autoexpressão perpassam por todos os principais campos da vida, ajudando a remodelar normas sexuais, papéis de gênero, valores familiares, religiosidade, motivações de trabalho, relação das pessoas com a natureza e o meio ambiente, assim como suas atividades comunitárias e participação política. O crescimento da ênfase na autonomia humana é evidente em todos estes campos, transformando o tecido das sociedades

contemporâneas. Cidadãos em sociedades pós-industriais estariam começando a demandar por escolhas mais livres em todos os aspectos de suas vidas.

Com o levantamento e análise de dados de *surveys* em 80 países (que contabilizam 85% da população mundial) entre 1981 e 2001, os autores percebem a democracia não apenas como o resultado simples de uma barganha entre elites e engenharias constitucionais, mas sim como um fenômeno que depende de orientações profundas entre as pessoas. Desta forma, tais orientações requerem “liberdade de imprensa, direitos políticos e civis efetivos, e responsividade governamental genuína, além da vigilância como garantia de que as elites governantes permaneçam responsivas” (INGLEHART; WELZEL, 2005, p. 300, tradução nossa⁴).

Vale ressaltar que o caráter dos estudos da ciência política quanto ao funcionamento democrático não parte de uma interpretação unicamente otimista. Autores como Robert D. Putnam, por exemplo, enfatizam o declínio na ação satisfatória de atores políticos, que levam a um declínio geral na responsividade. Além da abordagem de Putnam, também representativa do norte global, cita-se o surgimento das teorias críticas, muitas vezes do sul global, que também expõem pareceres críticos ao regime democrático liberal. Tais argumentos são principalmente pautados na análise do regime capitalista e neoliberal, assim como nas ações imperialistas de países como os Estados Unidos na construção institucional de regimes do sul (MORLINO, 2010).

Com foco no norte global, em suma, Robert Putnam (2000, p. 407) descreve a “Era Progressista” estadunidense como pautada na exclusão. O autor argumenta que até 1908 todos os estados do sul marginalizaram a população afro-americana, utilizando o sufrágio com base para restrições raciais (impostos de votação, testes de alfabetização e a cláusula “*grandfather*”, além de outros mecanismos).

Outras linhas de narrativa também estiveram presentes nas vastas contribuições da ciência política no decorrer da história, mas busca-se aqui salientar o otimismo presente em diversos trabalhos com o fim da Guerra Fria. Os países geralmente analisados nessa retórica encontram-se no norte global e eram utilizados como exemplo do espalhamento de valores progressistas na sociedade.

Tal exposição leva ao grande tema aqui tratado: a retomada autoritária, populista e antidemocrática presenciada após 2010, em especial no ano de 2016, que alcançou Estados até

⁴ “These orientations motivate them to press for freedom, effective civil and political rights, and genuinely responsive government – and to exert continual vigilance to ensure that the governing elites remain responsive to them”.

então tidos como exemplo de estabilidade e amadurecimento democrático como Reino Unido e Estados Unidos assim como exemplos mais recentes, como a América do Sul e os países do Leste Europeu.

Na discussão atual, como será exposto, o questionamento não está nos benefícios das democracias, mas sim se tais benefícios foram suficientes na história para significar uma maior consolidação da democracia nos Estados. Dessa vez, não apenas novas democracias entram no debate, mas sim democracias antigas e consideradas há muito estabelecidas.

2.3 A ASCENSÃO ANTIDEMOCRÁTICA

Além de acontecimentos como a eleição de Donald Trump e o Brexit no ano de 2016, a emergência de novos atores políticos insatisfeitos com Estados democráticos acontecia também ao redor do globo, comprovando cada vez mais uma forte polarização e a corrosão de discursos *establishment*. Com muitas ligações à crise econômica global de 2008, movimentos como o espanhol M-15 em 2011 tomavam as ruas contra medidas de austeridade, chegando também aos Estados Unidos nos protestos de *Occupy Wall Street* do mesmo ano e representando um apelo às esquerdas (CASTELLS, 2017).

Por outro lado, forças ligadas à direita intensificavam a autodefinição por exclusão do outro – na distinção xenofóbica – muito ligada às ondas de imigração na Europa. Tal força encontrava ressonância em discursos fortemente contrários às pautas progressistas, como a atenção com políticas de igualdade de gênero, de defesa da população LGBTQI e de crítica ao histórico racista dos Estados.

Discursos populistas autoritários ganharam força e, muitas vezes, o poder, em Estados democráticos como Turquia, Hungria, França, Itália, Croácia, Filipinas, Brasil, Chile e Peru. O relatório do instituto V-Dem (*Varieties of Democracy*) de 2020 reafirma a insurgência de governos autocráticos, levantando dados que mostram que, pela primeira vez desde 2001, o globo é composto por mais governos autocráticos do que democráticos (92 no total, totalizando 54% da população global).

A partir de 2015, em seus relatórios anuais, a organização estadunidense Freedom House também inicia um alerta para um declínio constante dos regimes democráticos. A série até 2018 expõe diferentes aspectos: o descarte da democracia e a volta aos punhos de ferro com o aumento da violência terrorista e a invasão russa na Criméia (relatório de 2015), as democracias em flutuação, a liberdade global sob ataque com o sentimento xenofóbico e os

regimes autoritários estabelecendo sua força (relatório de 2016), os populistas e autocráticos como a ameaça dupla às democracias (2017) e a chegada à maior crise democrática em décadas, com 2018 marcando o 12º ano consecutivo em que acontece um declínio no número de Estados democráticos.

Na mesma linha de conclusão, o *The Economist Intelligence Report* para democracias registou uma queda no número de democracias no mundo em 2017, alertando para uma diminuição na liberdade de expressão. Ainda em 2017, o relatório do *International IDEA's Global State of Democracy* sugeriu que entre 1975 e 2015 o que se viu foi um período de crescimento enquanto os últimos anos mostram mais flutuações do que declínio.

A exposição de tais dados, como supracitado, levaram a uma emergência de obras que buscavam compreender os principais pontos de causas e consequências de tais acontecimentos. Em suma, o debate pode ser entendido em uma pergunta: o perigo enfrentado significa apenas mais um momento de crise que servirá como amadurecimento democrático ou o ideal democrático liberal corre riscos de erosão profunda nas sociedades ocidentais?

Torna-se assim mais fácil compreender duas principais linhas para resposta. Em primeiro, a crença nos valores democráticos como fortalecidos e expandidos na sociedade, com uma reação autoritária e populista em curso que não chegará a ruir democracias estabelecidas. Nessa narrativa, encontra-se os trabalhos de Ronald Inglehart e Pippa Norris (2018) pautados na expansão de cidadãos críticos e Adam Przeworski (2019) no entendimento de crises democráticas, comuns na história dos regimes.

Em segundo, em uma abordagem mais cética, uma profunda erosão das democracias liberais pode ser enxergada com os acontecimentos dos últimos anos. Sendo em uma abordagem econômica sobre a queda hegemônica estadunidense (Yascha Mounk em 2018), no enfraquecimento institucional e das regras do jogo político (Steven Levitsky e Daniel Ziblatt em 2018), na ruptura do imaginário democrático liberal (Manuel Castells em 2017) ou nas análises de longo prazo que anunciam uma queda lenta do sistema liberal (David Runciman em 2018).

No âmbito acadêmico, uma página no *Journal of Democracy* entre 2016 e 2017 mobilizou autores como Pippa Norris, Ronald Inglehart, Stefan Foa e Yascha Mounk em um debate sobre o futuro democrático. A discussão, intitulada “*The Danger of Desconsolidation*”, ilustra o crescimento de narrativas contrárias à consolidação democrática total e a argumentação de autores que defendem tal ideia. Essa troca de argumentos iniciou com a publicação de “*The Danger of Desconsolidation: The Democratic Disconnect*” por Yascha

Mounk e Stefan Foa em julho de 2016, *paper* no qual os autores apontam para uma incerteza geral nas democracias estabelecidas que poderia significar o fim dessa forma de governo, ou um momento de grande provação de sua força.

Em resposta aos autores, Ronald Inglehart, no mesmo ano, publica “*How Much Should We Worry?*” em concordância com a ideia de reação à democracia que não representaria necessariamente uma queda desses governos em Estados de democracia antiga e estabelecida.

Em janeiro de 2017, Yascha Mounk e Stefan Foa continuam sua argumentação com a publicação de “*The Signs of Desconsolidation*”, defendendo suas interpretações de perigos reais de queda enfrentados por democracias.

As publicações levaram a uma troca online entre outros autores de opiniões diversas frente o assunto. Pippa Norris (2017) fundamentou sua resposta à Mounk e Foa em “*Is Western Democracy Backsliding? Diagnosing the risks*”, argumentando que os dados empíricos sobre apoio democrático, por mais que pudessem ter diminuído em alguns Estados e ocasiões, não eram suficientes para comprovar um perigo real e imediato às democracias. A autora, assim, corrobora para um entendimento da questão como um problema de “reação”, comum e que fortaleceria as democracias.

Por fim, como resposta às críticas recebidas, Stefan Foa e Yascha Mounk publicam, no debate online fornecido pelo jornal, “*The End of the Consolidation Paradigm: a response to our critics*” (2017). No fim, os autores justificam a importância do tema e da necessidade de união dos cientistas políticos na análise e interpretação de mudanças fundamentais ocorridas nos últimos anos.

O ano de 2018 manteve o debate acalorado, com o lançamento de livros como “O Povo Contra a Democracia”, no qual Yascha Mounk melhor argumenta suas ideias e “Como as Democracias Morrem”, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. Além dessas obras, o autor David Runciman lança também “Como a Democracia Chega ao Fim”.

Em 2019, Ronald Inglehart, agora em conjunto com a autora Pippa Norris, reforça sua crença na cultura cívica em “*Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*”. O cientista político Adam Przeworski dá seu parecer no livro “*Crises of Democracy*” (2019), relativizando algumas questões do debate, apontando os indicadores econômicos da erosão democrática e levantando a ideia de crises comumente ligadas à história e desenvolvimento dos regimes.

Outro ponto que exemplifica a importância do debate no âmbito da Ciência Política são os eventos sediados pela Universidade de Yale durante os anos de 2017 e 2018 sobre o *backsliding* democrático e do autoritarismo eleitoral.

Em 2017, intitulado “How Democracies Fall Apart? And could it happen here?”, o evento foi iniciado com “*Assessing the Erosion of Democracy in the United States*”, de John Carey, Gretchen Helmke, Brendan Nyhan, Susan Stokes e Joe Goldman. Nele, os autores expuseram análises em séries de *surveys* que mostram que desde que Donald Trump assumiu a presidência, a avaliação dos estadunidenses sobre a democracia (tanto seus apoiadores quanto seus críticos) é bastante parecida: eleições confiáveis, investigações políticas públicas e neutras e direitos de voto legais são os pontos mais importantes em uma democracia (FEIERHERD, 2020).

Em “*How Democracies Die?*”, Adam Przeworski afirma que os padrões estatísticos disponíveis demonstram que a democracia estadunidense não corre perigo de colapso, mesmo que os sentimentos *anti-establishment* e antisistêmicos serão fortalecidos se a dissatisfação pública com o governo persistirem. Foi no mesmo evento que Daniel Ziblatt apresentou a ideia do livro “Como as Democracias Morrem”, lançado em conjunto com Steven Levitsky em 2018 e que fortalece a ideia de que as normas informais de restrição partidária vêm em constante erosão no país, sendo crítica para a estabilidade democrática (FEIERHERD, 2020).

No fim, “*Can it Happen Here? And What Can We Do About It?*” considerou que as ameaças à democracia estadunidense irão erodir as normas de um liberalismo racialmente e etnicamente inclusivo e não se darão por uma concentração de poder do executivo.

Em 2018 o evento foi intitulado “*Democratic Backsliding and Electoral Authoritarians*” e novamente reuniu autores proeminentes da Ciência Política que possuem como tema de interesse os regimes democráticos. Os assuntos abordados no debate colocavam a queda democrática como tema central, como nos trabalhos “*How Democracies Die: A Quick Look at the Data*” de Daniel Treisman, “*Democratic Capitalism at a Crossroads? Technological Change and the Breakdown of Consensus Politics*” de Carles Boix, “*Committed or Conditional Democrats? Opposition Dynamics in Electoral Autocracies*” de Jennifer Gandhi, “*Democracy in America? Partisanship, Polarization and the Resilience of Support in the United States*” de Matthew Graham e Milan Svobik, “*Some Elementary Dynamics of Democratic Desconsolidation*” de Zhaotian Luo e Adam Przeworski, “*A Republic, If You Can Keep It: A Formal Model of Democratic Survival*” de Michael Miller, “*Taking to the Streets: Political Regimes and Mass Protests*” de Beatriz Magaloni e Francisco

Garfias e *“The Psychology of Repression and Polarization: Lab Experimental Evidence from Tunisia”*, de Elisabeth Nugent.

No Brasil, o lançamento do livro *“Democracia em Risco?”* (PASSOS, 2019) demonstra também o vasto interesse na questão. Nele, diversos autores das ciências sociais dão seu parecer sobre a situação democrática no país pós-eleição de Jair Messias Bolsonaro. No âmbito da Ciência Política, Sérgio Abranches escreve sobre a *“polarização radicalizada e ruptura eleitoral”*, em um olhar atento às questões culturais de polarização e seus efeitos nas democracias.

Ronaldo de Almeida, em *“Deus acima de todos”* trata do papel das religiões na onda antidemocrática, Boris Fausto prevê uma sobrevivência da democracia por meio do enfraquecimento autoritário frente às instituições e do jogo político em *“A queda do foguete”*. Carlos Melo atenta ao papel dos líderes e outros agentes políticos na manutenção democrática, exemplificado na seção *“A marcha brasileira para a insensatez”*. André Singer e Gustavo Venturi apresentam suas narrativas em *“Sismografia de um terremoto eleitoral”*.

Não apenas na arena da Ciência Política, o livro demonstra o interesse também de outras áreas como a economia (Monica Baumgarten), psicologia (Christian Ingo Lenz Dunker), filosofia (Ruy Fausto, José Arthur Giannotti), sociologia (Angela de Castro Gomes), direito (Ronaldo Lemos, Conrado Hübner Mendes e Renan Quinalha), administração pública (Gabriela Moriconi), pedagogia (Paula Louzano), cinema (João Moreira Salles) e relações internacionais (Matias Spektor).

Ainda que a pesquisa não aborde tais autores, os livros lançados, os eventos realizados e as apresentações citadas sobre a questão de sobrevivência democrática demonstram o forte interesse acadêmico na questão. A importância ressaltada do tema dentro das ciências humanas reforça a necessidade e interesse no ampliamto da discussão. Por questões de espaço e tempo, nem todas as obras sobre o tema poderão ser abordadas, necessitando-se de um recorte de obras e autores.

Em suma, a força com que líderes e partidos populista-autoritários ascenderam no cenário político internacional em diferentes sistemas partidários, como de eleições de representação proporcional (Bélgica e Suíça), em regras majoritárias (França) e presidencialistas (EUA e Brasil), unidos à influência crescente que os mesmos recebem em estados como Áustria, Noruega, Grécia, Bulgária, Hungria, República Checa, Eslovênia, Polônia, Países Baixos e Alemanha, comprovam o desafio da Ciência no tema.

Em sequência, o próximo capítulo trata inicialmente do desenho de pesquisa proposto, com os pontos que serão utilizados como base de levantamento dos diagnósticos e prognósticos de obras da Ciência Política e outras áreas como a Sociologia e a Filosofia sobre o tema entre os anos de 2016 e 2020.

3 SISTEMATIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS E PROGNÓSTICOS

O capítulo, como anteriormente argumentado, pauta as obras e autores analisados e selecionados, assim como a sistematização de seus diagnósticos e prognósticos. A exposição de cada obra termina com a escolha de variáveis representativas da tese dos autores, que serão usados na comparação global e regional com os dados levantados no capítulo seguinte.

Ao todo, seis obras sobre ascensão antidemocrática foram selecionadas no recorte temporal de 2018-2020. A escolha intencional das obras foi pautada em três frentes: em primeiro, são obras de autores especializados no debate sobre perigos à democracia com extenso trabalho acadêmico na área e que foram centrais em eventos e discussões sobre o tema desde 2016 (como exemplificado pelos eventos de 2017 e 2018 em Yale, e as trocas no *Journal of Democracy* desde 2016). Em segundo, são livros lançados durante o mesmo período (2017-2019) e que analisavam o mesmo marco histórico (o ano de 2016). Por fim, foi também importante buscar autores de diferentes áreas das ciências humanas como o sociólogo Manuel Castells, os cientistas políticos institucionais Daniel Ziblatt e Steven Levitsky, os cientistas políticos culturalistas Pippa Norris e Ronald Inglehart e o filósofo David Runciman.

Distintos inícios para as problemáticas são argumentados por diferentes autores, como os levantes espanhóis de 2011 do movimento M-15 (CASTELLS, 2017), o afrouxamento institucional estadunidense do plano McGovern-Fraser em 1969 (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018) ou a estagnação econômica e piora do padrão de vida em democracias consolidadas nas últimas décadas (MOUNK, 2018). A concordância das obras, por outro lado, se dá na comprovação do levante de 2016 (na eleição de Donald Trump e no referendo do Brexit) como um momento sensível para democracias liberais do globo.

O ano de 2018 se torna assim um recorte satisfatório para o início das obras uma vez que os diagnósticos lançados nesse ano se dão por pesquisas dos anos de 2016 e 2017 que discutiam diretamente os principais significados para que a ascensão antidemocrática tenha

alcançado democracias até então tidas por grande parte da Ciência Política como estabelecidas.

Dessa forma, as seis obras analisadas estão expostas no quadro 1 e sua seleção se deu de forma intencional na busca de perspectivas das ciências sociais no entendimento dos acontecimentos de 2016.

Quadro 1 – Obras selecionadas

Ano de publicação	Autor (es)	Título	Editora
2017	Manuel Castells	Ruptura	Zahar
2018	Yascha Mounk	O Povo Contra a Democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la	Companhia das Letras
2018	Steven Levitsky; Daniel Ziblatt;	Como as Democracias Morrem	Zahar
2018	David Runciman	Como a Democracia Chega ao Fim	Todavia
2019	Adam Przeworski	Crisis of Democracy	Cambridge University Press
2019	Ronald Inglehart; Pippa Norris;	Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism	Cambridge University Press

Fonte: elaborada pelo autor, 2021.

Antes de partir para a análise e exposição das obras, a próxima seção aborda brevemente os principais pontos de interesse da leitura, melhor fundamentando a sistematização dos diagnósticos e prognósticos de cada autor e linha narrativa.

3.1 ANÁLISE DAS OBRAS

Para aprofundamento da análise, uma comparação dos dados é feita no recorte global (que conta com todos os países) e um recorte regional (com dados dos Estados selecionados). As variáveis usadas por cada narrativa serão sistematizadas e expostas para que o avanço quantitativo do capítulo seguinte seja possível, com os principais indicadores colocados em comparação com o último relatório lançado pelo instituto V-dem em 2021, intitulado “Autocratização se Torna Viral” (tradução nossa⁵).

Na leitura inicial das obras, diferentes variáveis foram consideradas: variáveis econômicas (o impacto e a importância de indicadores econômicos nas causas e consequências e indicadores econômicos utilizados), variáveis políticas (política institucional, eleitoral e o papel de agentes políticos como desenhos institucionais e seus impactos, efeitos eleitorais e desenhos de representação) e indicadores sociais e culturais (insatisfação com o regime, mudanças geracionais, reação autoritária à questões como imigração e pautas raciais). Tal separação foi pensada dentro das principais linhas de pesquisa propostas nas ciências sociais contemporâneas, como os indicadores culturais de Ronald Inglehart e Pippa Norris (2019), os econômicos de Yascha Mounk (2018) e os políticos de Steven Levitsky, Daniel Ziblatt (2018) e David Runciman (2018).

A primeira obra abordada, em ordem temporal, é “Ruptura”, de Manuel Castells, lançado em 2017. O livro é mais um exemplo de narrativa do norte global sobre os acontecimentos políticos internacionais destacados em 2016. O interesse da narrativa se dá, além do histórico consagrado do sociólogo político, pelo seu foco e localização. Sendo ele espanhol, sua narrativa traz à tona um maior interesse no histórico europeu, em especial na democracia espanhola. Representa-se, então, uma exposição do norte global além das retóricas pautadas nos Estados Unidos.

A tese do autor parte da ideia de ruptura na relação entre governantes e governados, refletida numa rejeição à democracia liberal e não à ideia democrática como um todo. A ideia é sustentada na análise sobre a porcentagem de votos de partidos identitários e *antiestablishment* no período entre 2013 e 2017 em países como França, Dinamarca, Suécia, Áustria, Suíça, Grécia e Holanda. Além dos países citados, Polônia, Hungria, Noruega e

⁵ No original: “*Autocratization Turns Viral*”.

Finlândia representam estados governados por partidos xenófobos que agem sozinhos ou em coalizão (CASTELLS, 2017, p. 9).

Ao retratar causas para o momento de tensão, o autor defende que

para aumentar a capacidade competitiva de seus países, (os governos nacionais) criaram uma nova forma de Estado – o Estado rede -, a partir da articulação institucional dos Estados-nação, que não desaparecem, mas se transformam em nós de uma rede supranacional para a qual transferem soberania em troca de participação na gestão da globalização (CASTELLS, 2017, p. 19)

Ao retratar causas econômicas, a raiz da crise de legitimidade sofrida pelos governos democrático-liberais é a crise financeira de 2008 que, transformada em crise econômica e do emprego, levaram os regimes à beira do precipício. Tais governos, frentes ao momento de crise, decidiram por salvar o capitalismo (nos subsídios aos bancos) e não o bem estar social e democrático. Destarte, foi ali que “se gestou a desconfiança profunda em relação à União Europeia, que apareceu como instrumento de disciplina mais que de solidariedade” (CASTELLS, 2017, p. 22). Nesse momento que os escândalos de corrupção descobertos destruíam quase por completo a confiança nos políticos e nos partidos, dando impulso às forças que se autoafirmavam como fora do *establishment*.

Em suma, os problemas, para o autor, são intrínsecos aos próprios ideais-base da democracia liberal e não nos agentes políticos. O desenho é consolidado na salvação do capitalismo acima de tudo, o que acarretou em uma destruição da convivência e uma indução ao estado de alerta permanente em toda a Europa. O que surgiu com isso foi “uma onda de xenofobia e islamofobia que transformou o cenário político europeu” (CASTELLS, 2017, p. 33).

A movimentação, porém, não é apenas negativa. O que sucedeu foi também a ascensão de atores políticos com valores progressistas (como o caso do Podemos na Espanha), bastante diferentes das expressões xenófobas e ultranacionalistas de outros países. Tal movimentação, para Castells (2017, p. 39), “faz parte de um movimento mais amplo e mais profundo de rebelião das massas contra a ordem estabelecida”.

Ainda,

em todos os casos, estaríamos diante de embriões de regeneração democrática na medida em que se estabelecessem conexões entre as críticas e aspirações dos cidadãos e um novo sistema político permeável a elas. Ante a saída da crise de legitimidade representada pelo populismo de extrema direita, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Itália ou no Leste Europeu, estaria surgindo uma possibilidade de política transformadora de esquerda capaz de responder à deterioração democrática

com novas propostas de participação política e autonomia em relação ao poder financeiro e midiático (CASTELLS, 2017, p. 143)

O que surgiu, culturalmente, foi uma necessidade de afirmação dos esquecidos da política identitária: o homem branco. Ainda, é interessante pontuar que as localidades com menos fluxo de imigrantes foram também as com maior apoio ao Brexit.

Em suma, os pontos que serão levantados no seguinte capítulo para descrever a tese de Castells (2017) são: (1) *insatisfação da sociedade com o tratamento da desigualdade pelo regime* e (2) *crises financeiras que refletiram salvamento de bancos e piora em índices de desigualdade e qualidade de vida*.

Lançado em 2018, “O Povo Contra a Democracia” é sequência dos artigos publicados no *Journal of Democracy* entre 2016 e 2017, como anteriormente citado. A democracia liberal, peça central da análise de Yascha Mounk, se dá pela junção de democracia (compreendida como um conjunto de instituições eleitorais que traduzam as opiniões do povo em políticas públicas) com instituições liberais (proteção do Estado de direito e garantia de direitos individuais) (MOUNK, 2018).

O cientista político parte de uma discordância de estudiosos como Ronald Inglehart, Pippa Norris, Russel J. Dalton e Francis Fukuyama e suas “tentativas em vislumbrar uma luz na escuridão” (MOUNK, 2018, p. 129) sobre a queda democrática. Para Yascha, é errônea a ideia de que riqueza e democracia são bases para a estabilidade democrática. Ele destaca:

um modo comum de defender o otimismo foi distinguir entre “legitimidade do governo” e “legitimidade do regime”. A legitimidade do governo, admitiam esses estudiosos, declinara: os cidadãos ficaram muito mais dispostos a desafiar os governantes no poder. Mas a legitimidade do regime, insistiam, permanecera estável: segundo eles, os cidadãos não são mais críticos do sistema político básico hoje do que foram no passado (MOUNK, 2018, p. 130)

Dessa forma, a ascensão de déspotas iliberais é um forte prelúdio para um governo autocrático e, em consequência, para o fim democrático e a instauração de um regime ditatorial. Os passos seguem um padrão: amordaçamento da mídia e a abolição de instituições independentes (MOUNK, 2018, p. 53).

A estabilidade democrática anterior ao levante extremista foi fundamentada em épocas nas quais as democracias liberais possibilitaram aos cidadãos um crescimento rápido no padrão de vida. Nessa época as elites políticas possuíam maior domínio dos meios de comunicação e excluía opiniões radicais da esfera pública em momentos de maior homogeneidade de cidadãos (MOUNK, 2018, p. 217-218).

Ao abordar as causas para o momento de tensão, o autor destaca que as democracias do mundo são resultado direto de uma junção entre ideais democráticos e um sistema liberal: É esta junção que justifica a movimentação antidemocrática, uma vez que o momento é de lenta divergência entre os dois termos (MOUNK, 2018, p. 21).

Destarte:

nas democracias do mundo todo, dois acontecimentos aparentemente distintos estão ocorrendo. Por um lado, as preferências do povo são cada vez mais iliberais (...) por outro lado, as elites vêm assumindo o controle do sistema político e tornando-o cada vez mais insensível (MOUNK, 2018, p. 29)

Tal movimentação é possível pois a democracia liberal, diferente do que é defendido por muitos, não é a única forma possível de democracia. O afastamento entre os ideais democráticos e um sistema liberal permite a escalada de uma democracia iliberal (ou hierárquica), na qual líderes popularmente eleitos cumprem a vontade do povo tal como a interpretam, “sem ter de fazer concessões aos direitos ou interesses de minorias obstinadas” (MOUNK, 2018, p. 26).

Em nível global, experiências de países como Alemanha (campanhas do partido extremista Alternativa para a Alemanha em meados de 2016), Holanda (candidatura de Geert Wilders em 2017), França (Frente Nacional de Jean-Marie Le Pen e força eleitoral de Marine Le Pen em 2017), Polônia (o Partido Lei e Justiça e a erosão democrática após 2016) e Turquia (presidência de Erdogan desde 2014) servem como um indicativo concreto do enfraquecimento democrático nos casos europeus e a instauração de um regime democrático iliberal.

Os pontos econômicos, de grande importância na narrativa de Mounk (2018), foram centrais no aumento do pensamento iliberal em democracias estabelecidas. Como causas, as variáveis econômicas de grande impacto são expostas na estagnação econômica (em contraste com o aumento de renda entre 1935 e 1985), na fuga de capital (reflexo direto do deslocamento da atividade econômica para manufatura, serviços em geral e indústria financeira) e no processo de gentrificação (e a subsequente explosão dos preços de imóveis em grandes cidades) (MOUNK, 2018, p. 267).

As causas políticas (institucionais e do papel de agentes políticos) estão no aumento do controle da constitucionalidade por parte das cortes de justiça em níveis globais, no impedimento que países desenvolvidos forçam contra países menos desenvolvidos nas estratégias industriais, na dificuldade de agentes políticos em lidar com a burocratização

crecente, na utilização política pública por parte de elites econômicas, no afastamento da relação entre congressistas e suas comunidades e também na desunião da oposição nos processos eleitorais (MOUNK, 2018).

Os indicadores culturais utilizados na construção da tese de perigo à liberdade advinda da democracia liberal são relacionados à crença em um governo militar, a importância de se viver em uma democracia, a confiança nas instituições (e o interesse na política), índices de aprovação presidencial, expectativa de vida, quantidade de cidadãos de minoria étnica (comparado à percepção de quantos estrangeiros tem no país) (MOUNK, 2018).

Por fim, a obra “O Povo Contra a Democracia” (2018) é sistematizada por três pilares do funcionamento democrático liberal:

1. a maioria dos cidadãos teria de ser fortemente comprometida com a democracia liberal; 2. a maioria dos cidadãos teria de rejeitar alternativas autoritárias à democracia; 3. os partidos políticos e movimentos com poder real teriam de concordar com a importância das regras e normas democráticas básicas (MOUNK, 2018, p. 131)

Entende-se, nesses pontos centrais, uma proeminência de questões culturais (1 e 2) e políticas (3), ainda que grande parte da narrativa do autor seja centrada em indicadores econômicos. Considerando a predominância dos fatores culturais e políticos, a seleção de indicadores representativos da tese de Mounk (2018) são retirados da sumarização relatada, com atenção cultural para *(1) o comprometimento com a democracia liberal e a rejeição às alternativas autoritárias* e a atenção política em *(2) a aceitação das regras políticas pelos partidos políticos de maior poder*.

Em sequência temporal, o livro “Como as Democracias Morrem” de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) foi uma das obras mais discutidas, criticadas e citadas nos últimos anos quando o assunto são os perigos democráticos, com atenção específica ao caso estadunidense.

A primeira exposição das interpretações de Ziblatt e Levitsky, um ano antes do lançamento do livro, se deu no supracitado evento na universidade de Yale (*“How do Democracies Fall Apart and could it happen here?”*). Na ocasião, Daniel Ziblatt apontou os dois pilares de sustentação de sua teoria: a polarização e as instituições.

Dessa forma, as causas centrais para a erosão democrática são pautadas no aumento exponencial da polarização entre os principais partidos estadunidenses (democratas e

republicanos) e nas alterações institucionais de abertura participativa, que diminuíram a força das “salvaguardas” democráticas. Da mesma forma, as consequências (e as formas de combate-las) estão fundamentalmente atreladas à diminuição da polarização e na construção de desenhos institucionais que não permitam a eleição de líderes carismáticos, especialmente quando os mesmos possuem um discurso explicitamente antidemocrático.

Elucidando o caráter dos líderes que ameaçam o funcionamento democrático, os autores reportam quatro indicadores base: a rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas); a negação da legitimidade dos oponentes políticos; a tolerância ou encorajamento à violência e, por fim, a propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia (LEVITSKY; ZIBLATT, p. 33).

Ao analisar a legitimidade dos governos democráticos, dois pilares centrais são estabelecidos: a tolerância mútua e a reserva institucional. A tolerância mútua “diz respeito à ideia de que, enquanto nossos rivais jogarem pelas regras institucionais, nós aceitaremos que eles tenham direito igual de existir, competir pelo governo e governar” enquanto reserva institucional deve ser compreendida como “o ato de evitar ações que, embora respeitem a letra da lei, violam claramente seu espírito” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 107).

De acordo com os autores, a legitimidade dos governos ficou ameaçada pelo processo de urbanização no mundo, responsável pela crescente diversidade étnica e cultural nas sociedades pós-industriais. A recessão econômica, a crise de refugiados na Europa e os atos de terrorismo deram início a um período de reação que alterou a estrutura social (LEVITSKY; ZIBLATT, 2019, p. 39-42).

Um ponto para o qual os autores chamam atenção no decorrer do livro é a Comissão McGovern-Fraser (entre 1968 e 1971), responsável pelo início do sistema de primárias presidenciais vinculantes. É argumentado que a comissão diminuiu o poder dos partidos políticos (“os guardiões da democracia”) e, assim, facilitou a ascensão de demagogos autocratas à presidência dos Estados Unidos. Em trecho que remete diretamente à eleição de Donald Trump em 2016, os autores destacam que “o sistema de primárias pós-1972 era especialmente vulnerável a um tipo particular de outsider: indivíduos com fama ou dinheiro o bastante para passar ao largo da *primária invisível*” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 60).

Os autores marcam as eleições legislativas de 1978 como marco para o início do “jogo duro” da política (“política como guerra”), que continuou em ascensão na gestão de Barack Obama. Levitsky e Ziblatt (2018, p. 157) relatam que:

mesmo enfrentando a pior crise econômica pós Grande Depressão, a oposição não cooperou com a nova administração (Obama); atordoantes 385 obstruções foram iniciadas entre 2007 e 2012 – mesmo número total de obstruções nas sete décadas entre a Primeira Guerra Mundial e o término da administração Reagan

Para combater as consequências da movimentação antidemocrática, o principal foco de combate a polarização possui duas frentes: um realinhamento racial e religioso, além do combate à desigualdade econômica, que se mostra crescente (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 210). Além disso, os agentes políticos devem recursar-se a entrar no jogo de guerra proposto pelos demagogos autocráticos: a forma de combate à essas provações da democracia é a utilização dos meios institucionais. Nos Estados Unidos:

a oposição ao comportamento autoritário da administração Trump deve ser robusta, mas deve buscar preservar, em vez de violar, as regras e normas democráticas. Onde for possível, a oposição deve centrar-se no Congresso, nos tribunais e, é claro, nas eleições (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 206)

Apesar da centralidade das questões políticas institucionais na tese de Levitsky e Ziblatt (2018), os indicadores utilizados na obra são em grande parte culturais, principalmente como forma de fundamentar que a polarização possui forte impacto na queda democrática. Assim, solidifica-se que o perigo enfrentado atualmente pelas democracias liberais é capaz de refletir um futuro no qual as democracias sejam substituídas por outras formas de governo, mais autoritárias e menos democráticas.

Nos indicadores culturais, o latinobarometro de 1998 demonstra como o apoio aos governos democráticos não sustenta a tese de solidificação do regime como proposto anteriormente por Yascha Mounk (2018). No caso da Venezuela daquele ano, 60% concordavam que a democracia era a melhor forma de governo (contra apenas 25% que apoiavam um governo autoritário), o que dificultou uma previsão sobre a virada autoritária vivida nos anos seguintes (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 31).

Por fim, os pontos representativos da tese de “Como as Democracias Morrem” de 2018 são expostos por (1) *crescente polarização* e (2) *enfraquecimento das normas institucionais*.

O livro “Como a Democracia Chega ao Fim”, de David Runciman, foi lançado no mesmo ano das obras expostas até então e nele o cientista político britânico dedica sua tese a questões principalmente institucionais e sociais. Sua crença é em uma “crise de meia-idade” das democracias, que já demonstram algumas diretrizes para um próximo regime.

As menções ao papel da economia são concentradas na estagnação econômica da última década na Europa Ocidental, representada também nos Estados Unidos pelo baixo crescimento salarial de muitos habitantes durante os últimos quarenta anos. O autor utiliza do exemplo grego no pós-2008 para demonstrar como o papel da economia (ou melhor, das crises econômicas) não é forte o suficiente para exemplificar uma queda no autoritarismo pragmático (RUNCIMAN, 2018).

Na contramão da crença de Levitsky e Ziblatt (2018), David Runciman defende que há maior confiança nas instituições democráticas estadunidenses frente ao avanço autoritário (diferente das tentativas de agentes políticos alemães da República de Weimar em impedir o avanço de Hitler): hoje, o cenário é de “instituições democráticas mais fortes, sociedades mais prósperas e população com coisas melhores para fazer do que pegar em armas contra a democracia” (RUNCIMAN, 2018, p. 25).

Ao focar nas questões sociais e culturais, o autor ressalta que a maior parte dos apoiadores do partido neonazista grego (Aurora Dourada) vem da população jovem e alienada, interpretação contrária das leituras que apontam um forte indicador geracional na problemática, como em Norris e Inglehart (2019). No caso da Grécia a memória mais recente de opressão afasta a população mais velha de um descontentamento com o regime democrático (RUNCIMAN, 2018).

Dessa forma, os discursos atuais são sempre pró-democracia, mesmo quando existe uma retórica autoritária. O resultado do referendo do Brexit é uma demonstração da facilidade com que a demanda popular por mais democracia pode ter o efeito oposto (RUNCIMAN, 2018).

David Runciman afirma que

a proporção geral dos que acreditam que a democracia é controlada por organizações secretas é relativamente estável em qualquer momento da história, somando um quarto e um terço da população estadunidense. A identidade de quem acredita ou cria essas teorias muda com o partido que está no poder – sempre vem da oposição (RUNCIMAN, 2018, p. 69)

Ainda, um mundo corroído pelas teorias da conspiração marca os primórdios do totalitarismo e hoje, principalmente:

as grandes empresas açambarcam riqueza e influência. Fomentam a desigualdade. Espoliam o planeta. Não pagam seus impostos – não mais apenas empresas de

petróleo, mas também gigantes da tecnologia como facebook, google, amazon e apple” (RUNCIMAN, 2018, p. 140)

Nessa retórica, muitas vezes quem cria *fake news* o faz apenas pela publicidade e dinheiro (lógicas da rede) e não por estar sendo financiado diretamente por forças políticas. Assim, “a manipulação de dados nas redes sociais como *facebook* não é feita sempre com um intuito ruim, mas mostra um forte efeito colateral da inserção no negócio e na publicidade (RUNCIMAN, 2018, p. 168). Esses fatores levam à um cansaço na democracia representativa, que se tornou “vingativa, paranoica, iludida, desajeitada e muitas vezes ineficaz (RUNCIMAN, 2018, p. 176).

Em suma, um importante causa para a eleição de demagogos a cargos de liderança é o surgimento de um sentimento de pertencimento representado nas políticas identitárias. Elas mostram que os cidadãos não querem apenas participar de eleições, mas sim serem reconhecidos pelo que são. A população quer ser levada em conta – a política do reconhecimento é uma extensão do apelo pela democracia, e não um repúdio a ela (RUNCIMAN, 2018).

Como consequência institucional direta da movimentação analisada, o autor afirma que o futuro das democracias pode significar uma ascensão de regimes tecnocráticos, ou seja, uma distorção da democracia. Essa transformação acarretará também em uma mudança estrutural dos partidos políticos, uma vez que os partidos de maior sucesso eleitoral nos últimos anos foram os que se transformaram em movimentos sociais. Os exemplos são diversos, como o Partido *En Marche* de Macron em 2017, o partido trabalhista britânico, o partido indiano *Modi* e o partido conservador de Marine Le Pan (RUNCIMAN, 2018).

Destarte, o autor (2018, p. 158) relembra que nas eleições francesas de 2017 nenhum dos partidos tradicionais (que dominaram a política por mais de cinquenta anos) chegou sequer ao segundo turno. O padrão é também demonstrado com os casos de Holanda, Grécia e Itália, concluindo que partidos tradicionais de esquerda e direita parecem possuir destinos similares em democracias de todo o ocidente. Em suma,

para recuperar o controle da máquina, alguém precisa se dedicar ao trabalho árduo de recapturar o poder da tecnologia digital para a política democrática – uma das formas seria nossos representantes eleitos usarem sua autoridade para dar apoio a experiências de democracia direta – exemplo da Islândia, São Francisco (orçamento

participativo), Estocolmo, Espanha, Austrália e Argentina (partidos de rede) (RUNCIMAN, 2018, p. 173, grifo nosso)

Ao destacar consequências culturais, o impacto da tecnologia é pautado como indicador de extrema importância, como é comumente associado nas obras analisadas. Assim, a tecnologia digital, de forma contrária às expectativas mais otimistas das últimas décadas, reforçou o domínio do poder em regimes não democráticos enquanto o autoritarismo pragmático do século XXI passou a se apresentar como forte alternativa à democracia contemporânea (RUNCIMAN, 2018).

Runciman (2018) acredita que o maior indicador de impacto na decisão de voto das pessoas é a educação superior. Dessa forma, indicadores geracionais, de classe e de gênero possuem papel secundário.

Por fim, a retórica de Runciman (2018) é de uma crise de meia idade para as democracias liberais. O regime democrático estadunidense, apontado como propulsor dessa forma de governo pelo mundo é, na verdade, um regime jovem. Como se conhece hoje, a democracia estadunidense começou apenas no século XX (a república montada em 1776 e que aceitava a escravidão não pode ser comparada aos princípios democráticos atuais). O desenho democrático, como o conhecemos hoje, é erguido pelos avanços na emancipação das mulheres e de movimentos de direitos civis.

Em comparação temporal, a democracia de Atenas perdurou por duzentos anos antes de seu fim. A democracia estadunidense, nesse parâmetro, ainda está no meio do caminho (RUNCIMAN, 2018). Com isso, os pontos de foco da obra de Runciman (2018) são a (1) *apoio de jovens à partidos extremistas* e (2) *apoio à ideia democrática, mas não aos governos democráticos*.

Já no ano de 2019, Przeworski lança “Crises da Democracia” como sua resposta para o grande debate acerca da queda democrática. Sua narrativa, além da continuidade de sua trajetória acadêmica, foi já exposta no ano de 2017 durante o evento supracitado da Universidade de Yale, “*How democracies fall apart (and could it happen here?)*”.

Diferentemente de Runciman (2018), que prevê a democracia nos moldes do imaginário atual como iniciada no século XX, Przeworski (2019) pauta o início democrático em 1788, “quando a primeira eleição de nível nacional baseada no sufrágio individual aconteceu nos

Estados Unidos” (PRZEWORSKI, 2019, p. 16). Dessa forma, os regimes democráticos que podem ser considerados estabelecidos são aqueles que tenham passado pelo menos duas alterações de poder pacíficas (PRZEWORSKI, 2019, p. 21)

Ainda em discordância com as análises anteriormente apresentadas, Przeworski (2019) constrói seu argumento com indicadores predominantemente políticos e econômicos, reservando aos indicadores culturais papel de menor impacto.

Os indicadores culturais levantados pelo autor são resumidos na divisão ideológica ascendente entre os partidos de centro por ano (dados do Manifesto Project⁶) e na reação das sociedades à indicadores raciais e de imigração. O impacto da questão imigratória está ligado ao fato de que a mesma nunca foi um problema exclusivamente partidário como visto na última década. Ainda, atitudes de europeus com imigrantes demonstram fortes diferenças raciais, assim como o aumento no número de crimes de ódio em países como Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e Espanha (na França, como exemplo contrário, os números sofreram uma queda) (PRZEWORSKI, 2019).

Nas principais causas abordadas pelo autor, os indicadores econômicos estão predominantemente na distribuição de renda. De acordo com Przeworski (2019), os Estados que tinham maior distribuição de renda salvaram suas democracias enquanto os Estados que menos distribuíram suas rendas assistiram a ruína do regime (PRZEWORSKI, 2019, p. 35). Fundamentando o peso da economia na discussão sobre queda democrática, o autor ressalta três evidências: o declínio do crescimento econômico em países já desenvolvidos, o aumento da desigualdade entre indivíduos e lares (assim como o declínio da quota de trabalho) e, por fim, o declínio do emprego na indústria e a ascensão dos serviços setoriais (particularmente em serviços de baixo pagamento) (PRZEWORSKI, 2019, p. 103).

Ressalta-se também exemplos de profundas crises econômicas que não foram sucedidas por uma ameaça de queda democrática, demonstrando o indicador não definitivo das questões econômicas no debate sobre o fim das democracias liberais. Esses casos, expostos por Przeworski (2019, p. 12) são específicos: o Canadá entre os anos de 1931 e 1933 e o Uruguai entre 2001 e 2003.

Ainda ao ponderar indicadores econômicos, uma grande queda da renda per capita não alteraram significativamente as instituições. Sustenta-se o argumento com os exemplos dos Estados Unidos (1932-1934 e 1946-1948), Canada (1931 e 1933), Reino Unido (1946 e

⁶ O Manifesto Project é uma base de dados online que estimam preferências políticas de partidos políticos por meio de um levantamento internacional dos planos de governos dos principais concorrentes em cada eleição.

1947), Jamaica (1976 e 1978), Costa Rica (1982 e 1983), Finlândia (1992 e 1993), Venezuela (1980 e 1985) e, por fim, o Uruguai (2001 e 2003) (PRZEWORSKI, 2019, p. 31).

A falta de representatividade e a subsequente perpetuação de uma elite no poder são também traços desenhados do regime democrático. A razão para isso é que as instituições representativas foram desenhadas desde seu princípio para proteger o *status quo* (uma elite), enquanto as eleições são definidas como um mecanismo aristocrático e elitista, o que reflete a raridade com que corpos políticos se pareçam verdadeiramente com a população representada (PRZEWORSKI, 2019, p. 201).

Além da perpetuação de uma elite no poder, outro indicador político importante que demonstra as fragilidades do regime democrático na história é a questão sindical. Com o passar dos anos, os sindicatos trabalhistas perderam sua capacidade de organização e disciplina, minando seu poder de monopolização. Os partidos socialistas, por sua vez, perderam suas raízes de classe, consequentemente levando à uma diminuição de sua distinção ideológica.

Por fim, os sinais mais visíveis para a crise democrática estão na perda súbita de apoio aos partidos estabelecidos, a queda na confiança popular em instituições e políticos democráticos, a abertura de conflitos sobre instituições democráticas ou uma incapacidade dos governos em manter a ordem pública sem repressão (PRZEWORSKI, 2019, P. 12). Em suma, os sinais devem ser percebidos em: “1. rápida erosão dos sistemas partidários tradicionais; 2. ascensão de partidos e atitudes xenofóbicas, racistas e nacionalistas; 3. declínio do apoio pela democracia em *surveys* de opinião pública” (PRZEWORSKI, 2019, p. 83).

Assim, sistematiza-se a análise de Przeworski (2019) no *indicador econômico de (1) distribuição de renda* e no indicador político de *(2) violência política*, pautado no sinal sobre ascensão de atitudes xenofóbicas, racistas e nacionalistas.

O último trabalho aqui abordado é a obra “*Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*”, lançado em 2019 e centrada na ideia de um *backlash* cultural como motivação para os avanços populistas autoritários vivenciados nos últimos anos em diferentes governos democráticos. Em suma, a tese é construída na ideia de que termos sociais como o crescimento da prosperidade, o alargamento do acesso à educação universitária, os papéis mais igualitários de gênero e os processos de urbanização foram desenvolvidos em sociedades pós-industriais e levaram a uma revolução silenciosa em valores liberais e pós-materialistas, que iniciaram em 1960 e 1970.

O lançamento do livro remete à uma continuação e correção das teses defendidas pelos autores em sua trajetória acadêmica, em especial como direta continuação de “*Cultural Evolution: people motivations are changing and reshaping the world*” (2018) por parte de Ronald Inglehart e também da discussão que se deu no *Journal of Democracy* entre 2016 e 2017 intitulada “*The Danger of Desconsolidation*”, na qual Pippa Norris e Ronald Inglehart apresentam suas teses em contraposição à narrativa de Yascha Mounk em “*The Danger of Desconsolidation: The Democratic Disconnect*”, que interpretava uma profunda erosão democrática nas democracias liberais estabelecidas.

A hipótese inicialmente levantada pelos autores é que a revolução cultural em sociedades de economia avançada levou a uma ascensão populista e autoritária como reação aos progressos de valores progressistas nos anos anteriores. Com o populismo autoritário como definição para o movimento, duas elucidações são expostas pelos autores: o populismo como uma retórica de quem deve dominar e o autoritarismo como um valor – mais enraizado do que uma simples opinião – sobre priorizar a obediência à liberdade (NORRIS; INGLEHART, 2019). A separação é necessária para explicar que nem todo populismo possui raízes autoritárias, assim como nem todo governante autoritário segue uma retórica populista. O que demonstra um forte e mais imediato perigo aos governos democráticos é justamente a junção dos dois em um só partido, líder e discurso.

O populismo autoritário é o termo que melhor concorda com os acontecimentos de *backlash* democrático dos últimos anos, na interpretação dos autores. Os pontos de concordância de tal movimento são: intolerância, racismo, homofobia, misoginia e xenofobia. O indicador geracional nessa reação é também de forte impacto, com jovens mais inclinados a opor essa retórica do que cidadãos mais velhos e mais conservadores.

Os valores sociais conservadores ainda são fortes na geração entreguerras, não graduados, classe trabalhadora, brancos, mais religiosos, homens e moradores de áreas rurais. Tais grupos se sentem excluídos e diretamente afetados pela revolução silenciosa, ou seja, sentem uma perda de hegemonia em uma nova ordem, pautada em valores mais progressistas de multiculturalidade (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 15-16).

Apesar da atenção aos indicadores culturais, indicativos econômicos são também abordados pelos autores. Para eles, o apoio crescente aos populistas está também atribuído ao ressentimento do público com o aumento da desigualdade, da diminuição de trabalhos bem pagos, da redução nos benefícios de bem-estar e por seguidas ondas de estagnação nas décadas de automação, consolidação e relocação (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 137).

Entretanto esses indicadores, relacionados à desigualdade, não podem ser comprovados como motor para o apoio ao populismo autoritários e, nesse sentido, é uma preocupação maior para populistas progressistas como Bernie Sanders do para Donald Trump e os conservadores (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 139). Destarte:

os estudos comparativos para a vastamente aceita tese de que questões econômicas lideraram os votos pelo Brexit não encontra fundamentos muito fortes. Assim, o apoio ao Brexit não foi significativo entre trabalhadores manuais sem estudados, desempregados e com valores de esquerda (NORRIS; INGLEHART, p. 397)

As consequências apresentadas no livro são o cerceamento de liberdades, o silenciamento da imprensa, as mudanças constitucionais, a manipulação de eleições e facilitação do avanço de uma autocracia eleitoral (como nos casos da Turquia, Venezuela e Hungria) (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 68). De um lado mais positivo, o populismo pode funcionar como uma correção para as democracias liberais, chamando atenção para problemas genuínos que levem a reformas democráticas necessárias, como o problema da super-representação de um grupo geracional sob outro nos resultados eleitorais e os problemas de crescente desigualdade social em diversas esferas (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 421).

Na divisão canônica proposta pela teoria da reação cultural, com a divisão entre as definições de populismo e autoritarismo, o peso dos indicadores econômicos é maior nas atitudes populistas (como a desconfiança de figuras políticas, parlamentos e partidos). As questões econômicas como o crescimento da insegurança econômica e a aprovação da política econômica nacional do Estado são, dessa forma, indicadores que levam à um aumento da retórica populista, não afetando fortemente o autoritarismo (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 143).

Como ressaltado, a tese dos autores aponta que a ascensão populista autoritária é uma reação cultural advinda de uma mudança geracional e de valores. Os indicadores que fundamentam tal afirmação são amplamente expostos na obra, com atenção especial para as mudanças geracionais, organizadas como geração entreguerras (1900 a 1945), “*baby boomers*” (1946 a 1964), geração X (1965 a 1979), millenials (1980-1996) (NORRIS; INGLEHART, 2019, P. 36). Nesse arranjo, compara-se a porcentagem de pessoas vivas de cada geração, o aumento da educação em sociedades de alta renda entre 1970 e 2015, a

diminuição da população rural versus o aumento da população urbana e, por fim, o aumento da imigração.

A ascensão dos problemas culturais é também analisada e exposta na análise dos manifestos partidários de treze diferentes democracias ocidentais entre 1950 e 2010 (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 323), assim como na saliência entre os problemas culturais e econômicos entre 1920 e 2016 (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 324). Os dados demonstram que, de forma diferente do que visto anteriormente, os problemas econômicos não são mais centrais nas decisões do voto e na discussão política, abrindo espaço para uma discussão voltada para valores culturais.

Por fim, os indicadores selecionados da tese de Norris e Inglehart (2019) são: (1) *maior apoio ao regime em centros urbanos* e (2) *exclusão por área urbana-rural*. A variável (1) engloba a teoria de que o apoio populista autoritário é mais predominantemente localizado em áreas interioranas. Com ele, busca-se observar se o apoio ao regime foi mais dissipado entre diferentes regiões dos países ou ficou mais centrado apenas nos centros urbanos, enquanto a variável (2) busca analisar a afirmação de que a revolta populista autoritária possui bases na exclusão de regiões interioranas. Assim, com a segunda variável busca-se observar se houve uma diminuição na exclusão urbano-rural (o que diminuiria o sentimento de exclusão) ou um aumento da mesma.

O quadro 2 destaca os indicadores selecionados das respectivas obras analisadas.

Quadro 2 – Indicadores selecionados

Obra	Autor (es)	Indicadores
Ruptura	Manuel Castells	(1) <i>insatisfação da sociedade com o tratamento da desigualdade pelo regime</i> (2) <i>crises financeiras e corrupção</i>
O Povo Contra a Democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la	Yascha Mounk	(1) <i>o comprometimento com a democracia liberal e a rejeição às alternativas autoritárias</i> (2) <i>a aceitação das regras políticas pelos partidos políticos de maior poder</i>
Como as	Steven Levitsky;	(1) <i>crescente polarização</i>

Democracias Morrem	Daniel Ziblatt;	(2) <i>enfraquecimento das normas institucionais</i>
Como a Democracia Chega ao Fim	David Runciman	(1) <i>apoio de jovens à partidos extremistas</i> (2) <i>apoio à ideia democrática, mas não aos governos democráticos</i>
Crisis of Democracy	Adam Przeworski	(1) <i>distribuição de renda</i> (2) <i>violência política</i>
Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism	Ronald Inglehart; Pippa Norris;	(1) <i>maior apoio ao regime em centros urbanos (mudanças geracionais)</i> (2) <i>exclusão por área urbano-rural</i>

Fonte: elaborada pelo autor, 2021.

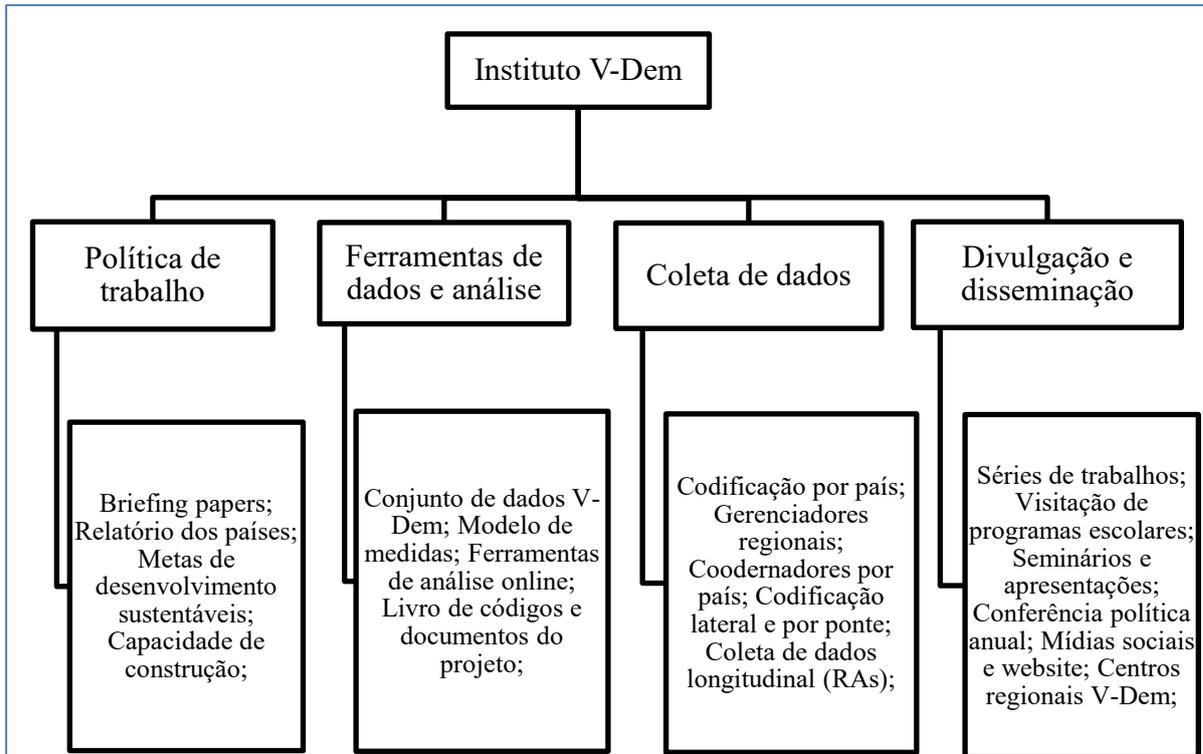
Selecionados e expostos os indicadores representativos, torna-se possível agora uma seção que busque elucidar tais dados em uma comparação global. A seção serve para que, em seguida, resultados mais robustos sejam alcançados na análise regional dos Estados selecionados.

4 DADOS V-DEM

O instituto de pesquisa independente V-Dem (“*Varieties of Democracy*”) é localizado na Universidade de Gothenburg, Suécia, e ligado ao departamento de Ciência Política. O mesmo foi fundado em 2014 e, desde seu início, faz um trabalho de coleta de dados sobre democracias, possuindo hoje dados de 202 países desde a época da Revolução Francesa, em 1789. Os dados do instituto são baseados em informações factuais obtidas de documentos oficiais dos governos, constituições e registros governamentais além de dados ligados a práticas políticas e cumprimento de regras do jure.

Ainda, possui como princípio de seu funcionamento a publicação gratuita e de interface simples para facilitação da divulgação e difusão de informações na sociedade. O quadro disponibilizado no site oficial do instituto explica como se dá a coleta, análise e divulgação de dados:

Quadro 3 – Ornograma V-Dem



Fonte: Retirada e traduzida do site do Instituto V-Dem. Disponível em: <<https://www.v-dem.net/en/v-dem-institute/about-institute/>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

Sabe-se do amplo número de institutos que acompanham, analisam e divulgam dados referentes à rankings democráticos no globo, porém o instituto selecionado teve sua designação por diferentes e importantes razões. Além do grande marco temporal possibilitado, os indicadores são ainda trabalhados no presente, com a disponibilização também dos resultados do ano atual, 2021. O número de variáveis levantadas é, então, importante para o interesse em sua utilização.

Melhor elucidado o funcionamento do instituto e seus mais recentes relatórios, ressalta-se que a comparação com os autores se dá principalmente na seleção dos dados disponibilizados na área online do instituto, seguindo as marcações de indicadores por região (global) na aba de “*variable graphs*”.

4.1 ANÁLISE GLOBAL E REGIONAL

A seguinte etapa visa a comparação direta entre os indicadores representativos das teses abordadas e os dados disponíveis na plataforma online do instituto V-Dem. O quadro a seguir ajuda a melhor compreender as referências analisadas.

Quadro 4 – Indicadores V-Dem

Autor (es)	Indicadores	Dados V-Dem
Manuel Castells	(1) <i>insatisfação da sociedade com a atuação do regime;</i> (2) <i>crises financeiras e corrupção;</i>	(1) <i>performance legitimation;</i> (2) <i>dimensão dos grupos opositores ao regime;</i> (3) <i>corruption perception;</i>
Yascha Mounk	(1) <i>o comprometimento com a democracia liberal e a rejeição às alternativas autoritárias;</i> (2) <i>a aceitação das regras políticas pelos partidos políticos de maior poder;</i>	(1) <i>mobilization for democracy;</i> (2) <i>election losers accept results;</i>
Steven Levitsky; Daniel Ziblatt;	(1) <i>crescente polarização;</i> (2) <i>enfraquecimento das normas institucionais;</i>	(1) <i>political polarization;</i> (2) <i>accountability index;</i>
David Runciman	(1) <i>apoio à partidos extremistas;</i> (2) <i>apoio à ideia democrática, mas não aos governos democráticos;</i>	(1) <i>mobilization for autocracy;</i> (2) <i>mobilization for democracy;</i> (3) <i>CSO anti-system movements;</i>
Adam Przeworski	(1) <i>distribuição de renda;</i> (2) <i>violência política;</i>	(1) <i>equal distribution of resources;</i> (2) <i>political violence;</i>
Ronald Inglehart; Pippa Norris;	(1) <i>maior apoio ao regime em centros urbanos (mudanças geracionais);</i> (2) <i>exclusão por região urbano-rural;</i>	(1) <i>regime support location;</i> (2) <i>exclusion by urban-rural area;</i>

Fonte: elaborada pelo autor, 2021.

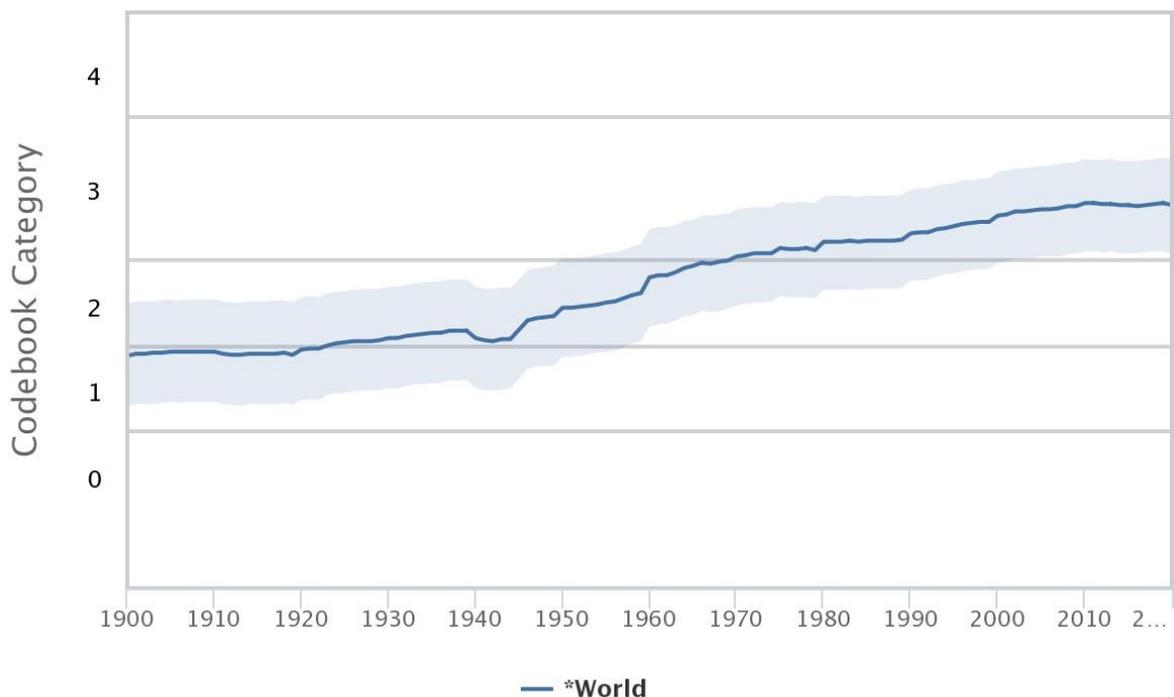
A organização das análises se deu em concordância com a ordem proposta nos quadros apresentados, em marco temporal. Assim, a primeira análise aborda a insatisfação da sociedade com o tratamento da desigualdade pelo regime que, de acordo com Castells (2017), é fruto da dinâmica base do regime (com o salvamento do capitalismo como prioridade). A insatisfação da sociedade com o regime é analisada pelo indicador de legitimação da performance governamental do instituto V-Dem.

A “*performance legitimation*” do instituto se caracteriza por divulgar o nível com que governo provê crescimento econômico, redução de pobreza, governança efetiva e não-corrupta e segurança para justificar sua atuação. As medidas utilizadas vão de 1 (pequeno alcance) a 4 (quase exclusivamente).

A ligação entre os dados serve para melhor pensar a afirmação de que a sociedade se demonstra insatisfeita com os níveis de desigualdade que são base do funcionamento dos regimes. O que se vê, na verdade, é um crescimento da média total mundial, que em 1900 marcava -0,94 e em 2020 chegou a 0,78 mesmo com a queda sofrida em 2019 (0,8). Atenta-se também para uma certa estabilidade dos últimos anos, com o marco histórico da pesquisa (2016) apresentando uma média de 0,77.

Gráfico 1 – Legitimação da performance mundial desde 1900

Performance legitimation



Fonte: Retirado dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Já no gráfico de comparação entre os Estados e regiões selecionados (no marco histórico de 2016-2021), o que chama a atenção é a maior queda na legitimidade do regime estadunidense, de 1.66 em 2016 para 0.86 em 2019 e 2021. Por outro lado, o país que mais se destacou positivamente no recorte foi o Brasil, com a legitimação indo de 0.12 entre 2016 e 2018 para 0.55 em 2019 (e queda para 0.45 em 2020).

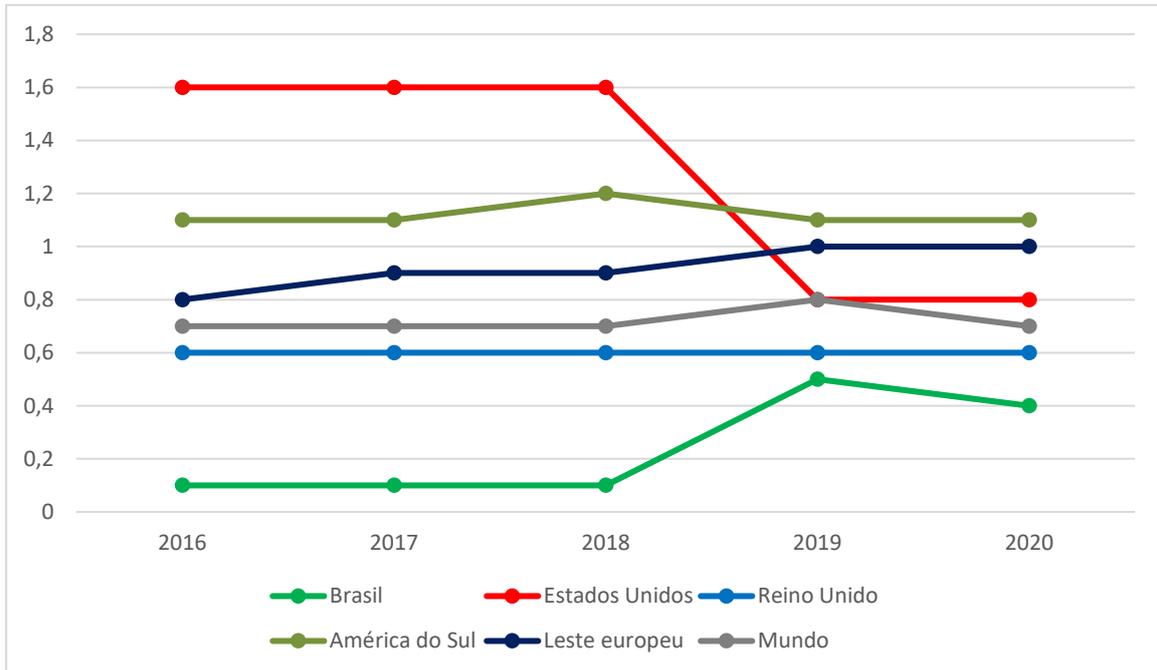
Assim, os gráficos demonstram que após 2016 as maiores movimentações quanto à legitimação do regime aconteceram no Brasil e nos Estados Unidos, porém em direções opostas. O Estado brasileiro acompanhou, na verdade, um aumento na legitimidade do governo, ainda que não seja uma subida vertiginosa. Por outro lado, a queda na legitimidade (no caso estadunidense) acontece de forma mais acentuada até 2018, quando a variável volta novamente à estabilidade até 2021.

É também interessante notar que, em marco temporal maior, os números desde 2010 seguem a mesma dinâmica, como o caso dos Estados Unidos que apresentava continuidade (2.23 entre 2010 e 2015) e o início da queda após 2016 e do Brasil, que apresentava continuidade entre 2010 e 2015 (0.01) e aumento após 2016.

Na comparação entre novas democracias, os dados são similares e não apresentam grandes diferenças, com 2020 apresentando 1.08 para os Estados do leste europeu e 1.11 para a América do Sul.

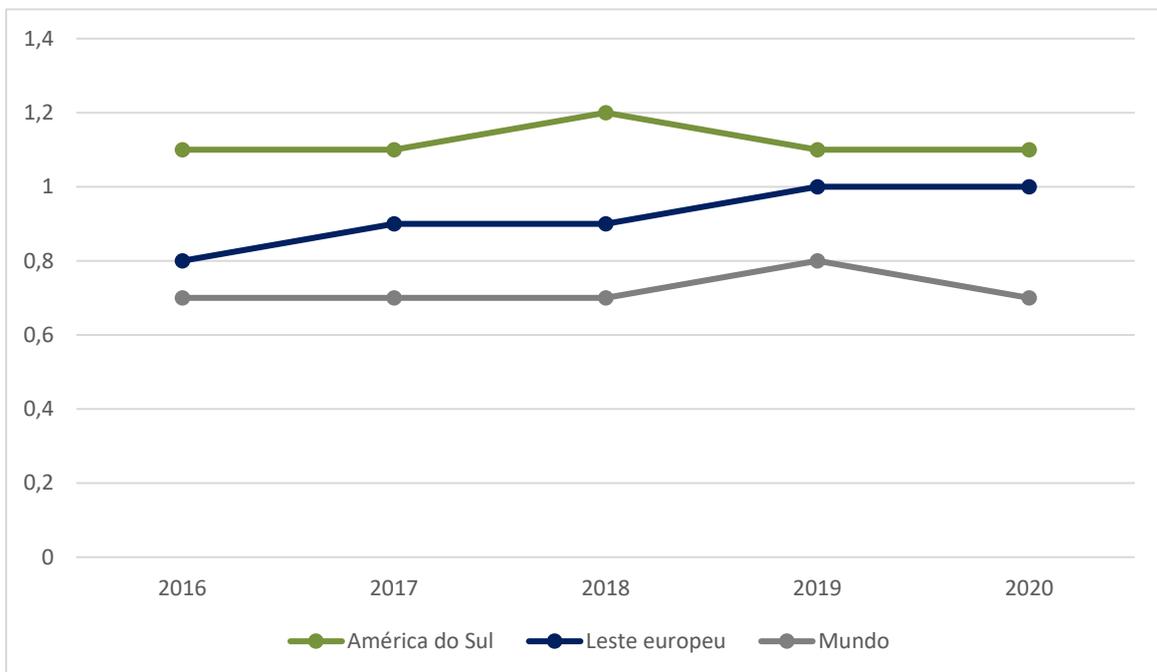
Dessa forma, o que se compreende é que, no recorte histórico, a variável de legitimidade da performance democrática tem um aumento constante. Entretanto, após 2016 o dado sofreu uma grande queda apenas no caso estadunidense, demonstrando que a variável foi fortemente afetada após à chegada do discurso autoritário à casa branca.

Gráfico 2 – Legitimação da performance no recorte proposto



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Gráfico 3 – Legitimação da performance em novas democracias



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

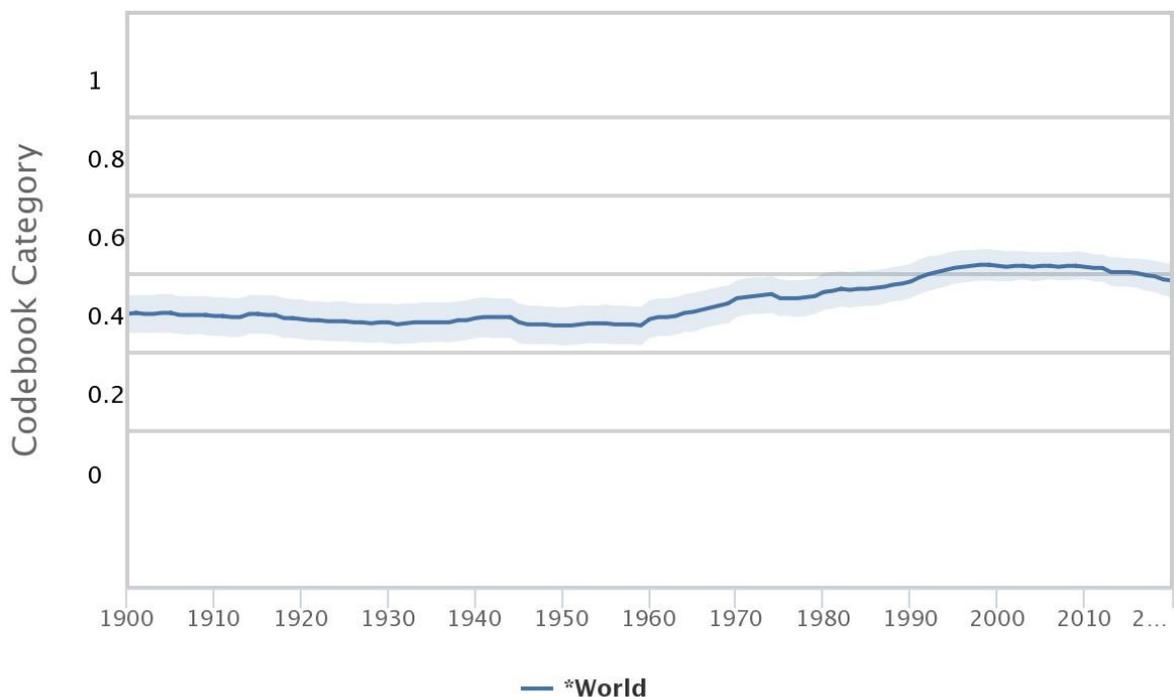
O segundo indicador representativo de Castells (2017), retratado pela corrupção é posto em diálogo com os dados do index de corrupção política. O indicador parte da pergunta:

“quão profunda é a corrupção política?”. Os resultados vão de mais corruptos (zero) para menos corruptos (100), medindo seis tipos distintos de corrupção do espectro político, distinguindo entre corrupção executiva, legislativa e judiciária. O indicador é construído para que sejam considerados todos os tipos de corrupção, do suborno ao roubo.

O que se observa, em longo prazo (desde 1900), é a melhor média mundial sendo demonstrada no intervalo entre 1995 e 2012 (0.52 em todos os anos) e um declínio após 2012 que persistiu até 2020 (0.48).

Gráfico 4 – Corrupção política mundial desde 1900

Political corruption



Highcharts.com | V-Dem data version 11.0

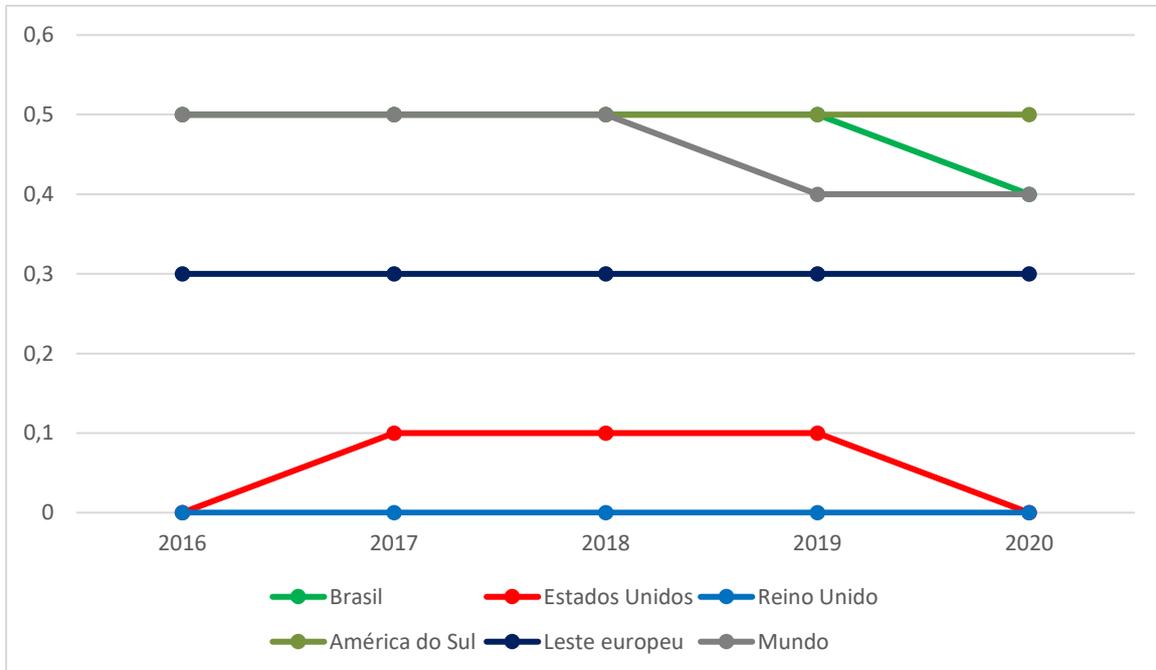
Fonte: Retirado dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Na comparação entre os Estados e as regiões no recorte de 2016 a 2021, o gráfico demonstra maior discrepância. Assim, o Brasil apresenta a maior média (o maior índice de corrupção política) entre 2016 (0.58) e 2018 (0.57), mas exibe queda em 2019 e 2020 (0.51 e 0.49, respectivamente).

Os últimos resultados do Estado brasileiro são similares ao da América do Sul no todo (0.5 em 2020), ainda que seja importante destacar que a região não sofreu alterações no

intervalo de 2016 e 2020 (0.52 em 2016). Ainda, ao observar o indicador desde 2010, percebe-se uma constante, com alterações surgindo apenas após 2015.

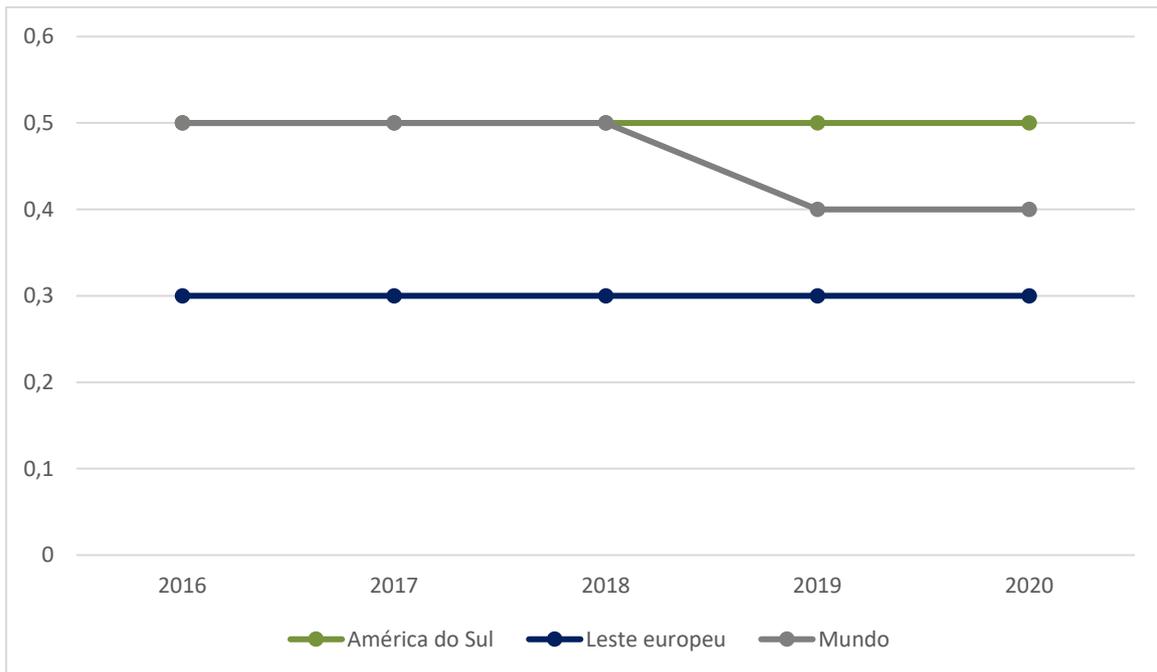
Gráfico 5 – Corrupção política no recorte proposto



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

O Reino Unido e os Estados Unidos apresentam os menores níveis de corrupção no recorte, indicador que, como observado, não sofreu alterações representativas após o ano de 2016. Na comparação de regiões, também não são apresentadas flutuações, mas sim uma constante, com os países do leste europeu mantendo seus níveis de corrupção entre 0.36 (2016) e 0.34 em 2020) e a América do Sul com 0.52 em 2016 e 0.5 em 2020.

Gráfico 6 – Corrupção política em novas democracias



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

O que se compreende ao analisar os dados é que a corrupção política se manteve a mesma nas democracias liberais (ao menos pelas aqui representadas), sem grandes alterações desde 2010 ou após 2016. É com essa interpretação que se busca mais uma variável representativa de Castells (2017): a percepção da corrupção (“*corruption perception*”).

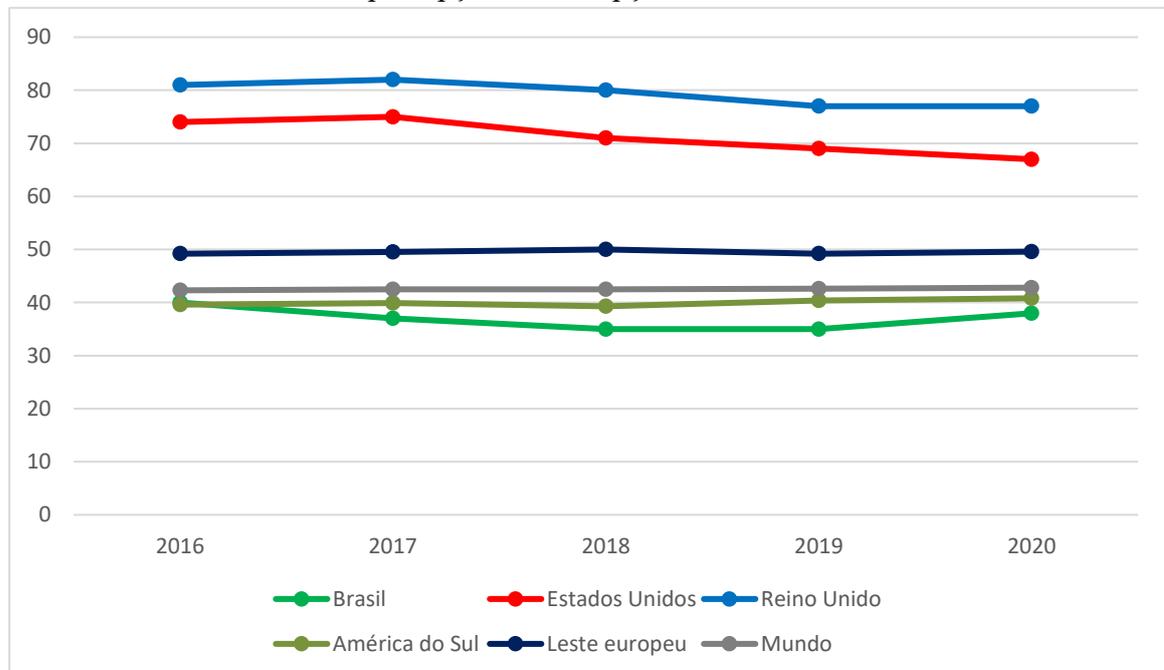
A variável de percepção da corrupção não possui média histórica uma vez que passou a ser levantada apenas após 2012, sendo focada na corrupção no setor público, definindo corrupção como o abuso do serviço público por ganhos privados. Os *surveys* utilizados levantam questionamentos alinhados com o uso errôneo do poder público para ganhos privados, sem distinção entre corrupção administrativa e corrupção política. A pontuação é relacionada com a percepção do grau de corrupção por parte de empresários (“*business people*”), analistas de riscos e o público em geral, indo de 100 (altamente íntegro) a 0 (altamente corrupto).

Aqui, todos os recortes propostos apresentam mudanças, ainda que não sejam abruptas. No caso brasileiro, a percepção que a população tem sobre a corrupção piorou após 2016, com uma queda que seguiu até 2019 (respectivamente 40, 37, 35 e 35). Em 2020, porém, a variável voltou a subir, atingindo 48 pontos. No país é interessante notar a

estabilidade após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 (no intervalo de 2018 e 2019) e o aumento após o primeiro ano sob a pandemia.

O que se nota no caso do Reino Unido é um aumento após 2016 em médias já altas. Dessa forma, a percepção da corrupção cresceu (crença em maior integridade), indo de 81 no ano do Brexit (2016) para 82 no ano seguinte (2017). Entretanto, antes da pandemia o Estado já demonstrava uma queda, com 80 em 2018 e 77 em 2019 e 2020. Nos Estados Unidos, a percepção de corrupção também sofreu um aumento entre o ano da eleição de Donald Trump e seu primeiro ano no governo (74 em 2016 e 75 em 2017) e, assim como no caso britânico, viu uma queda após 2017 (71 em 2018, 69 em 2019 e 67 em 2020).

Gráfico 7 – Index de percepção da corrupção

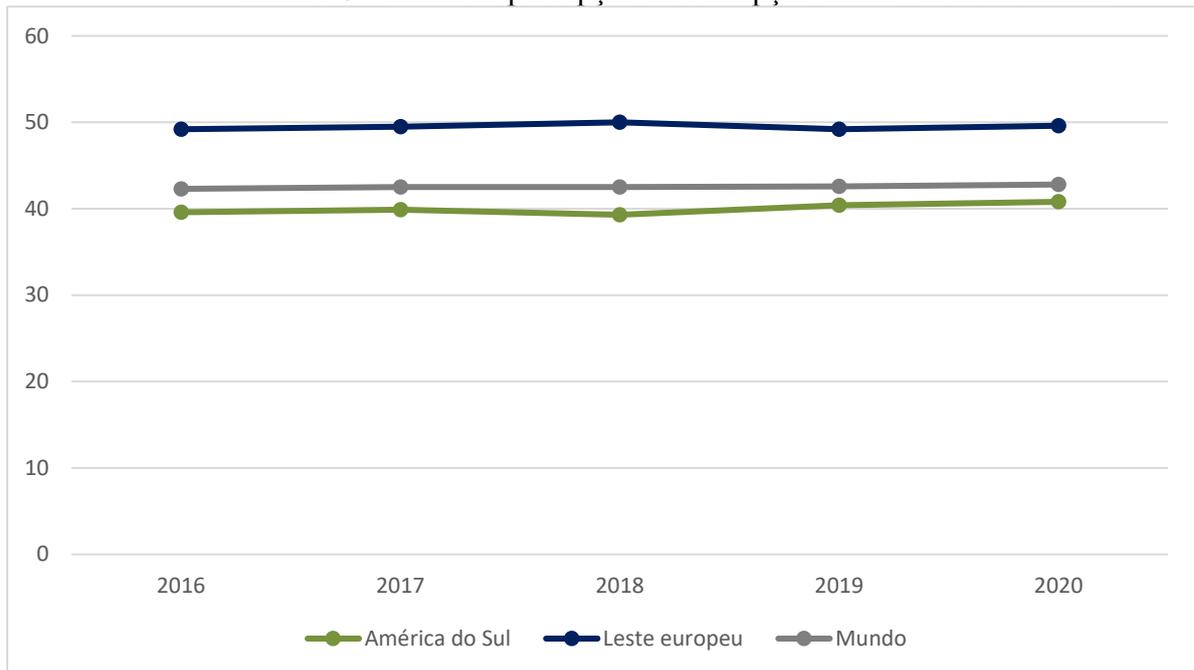


Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Novamente o que se percebe nas novas democracias é uma constância após 2016. No nível de percepção da corrupção, as alterações foram baixas. O interessante no gráfico é notar a relação entre os dados do Brasil e os dados da América do Sul. Enquanto o país ficou abaixo da média da região entre 2018 e 2019, voltou a estar próximo da média final em 2020.

Com um marco temporal maior (desde 2010), a dinâmica mostrou-se a mesma, com flutuações que não representam uma mudança constante.

Gráfico 8 – Index de percepção da corrupção em novas democracias



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Na comparação dos dados entende-se que a tese de Castells (2017) é mais forte nos casos do Brasil e dos Estados Unidos. Nos gráficos levantados, as variáveis de maior contraste pós 2016 foram a queda estadunidense na legitimação da performance do governo (“*performance legitimation*”) pós 2018 e o crescimento do Brasil após o mesmo ano. Nos índices de corrupção política, a variável que mais demonstra uma alteração após 2016 é a do caso brasileiro, com a maior média da comparação para uma queda em 2019. Já na percepção da corrupção, os últimos anos foram de melhora na média mundial (42.35 em 2016 e 42.85 em 2020) e no leste europeu (49.23 em 2016 e 49.69 em 2020), enquanto no Brasil (40 em 2016 e 38 em 2020), no Reino Unido (81 em 2016 e 77 em 2020), nos Estados Unidos (74 em 2016 e 67 em 2020) e na América do sul (37.89 em 2016 e 37.53 em 2020) a oscilação foi mais para um sentido de queda.

Após finalizada a exposição das variáveis representativas de Castells (2017) parte-se para os pontos representativos da tese construída por Mounk (2018) melhor desenvolvida em “O povo contra a democracia” de 2018. Os pontos para a obra são o compromisso com a democracia liberal (apoio pelo regime e rejeição às alternativas autoritárias) e a aceitação das regras políticas pelos partidos políticos de maior poder.

Em primeiro, o compromisso com a democracia liberal é examinado em comparação com os dados disponibilizados em “mobilização pela democracia”, do instituto V-Dem. A

mobilização pela democracia é medida pela frequência e extensão de eventos de mobilização em massa pró-democracia por ano, indo de 0 (nenhum evento) até 4 (muitos eventos).

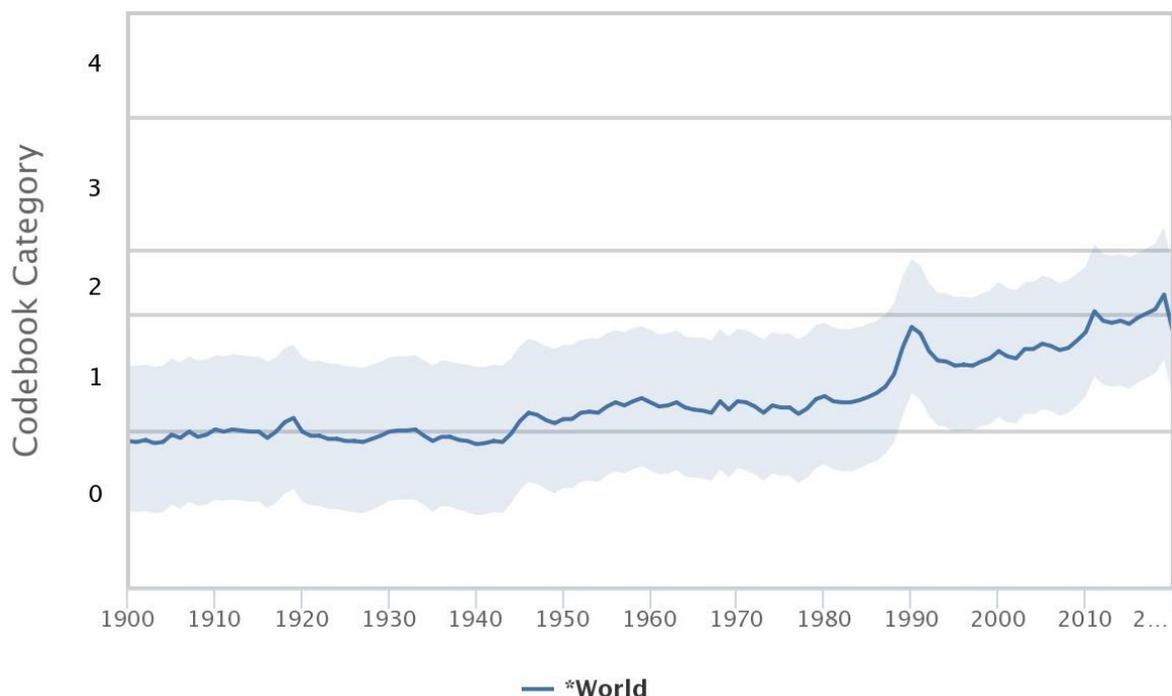
É importante ressaltar que, como exposto pelo instituto:

os eventos são considerados pró-democráticos se são organizados com o objetivo explícito de avançar e/ou proteger instituições democráticas como eleições livres e justas com múltiplos partidos políticos, e cortes e parlamentos; ou se eles apoiam liberdades civis como liberdade de associação e discurso. A pergunta tem interesse na mobilização de eventos massivos como demonstrações, greves e protestos passivos (tradução nossa).

O que se vê no gráfico são resultados bastante instáveis. Sua primeira marca histórica, em 1900, marcava -1,07, sendo também a menor já registrada. Uma pontuação representativa foi presenciada em 2011 (0.05), uma forte melhora em comparação com o ano de 2010 (-0.13). Nos anos de maior interesse da pesquisa os resultados são também interessantes. O ano de 2015 foi marcado por certa queda, com -0.06, sendo recuperada no ano seguinte (2016 com -0.01) e o ano de 2019 marcando o maior resultado histórico com 0.2. O último registro histórico, de 2020, marcou profunda queda (-0.13), o que pode ser facilmente explicado pelo desencadeamento da pandemia de Covid-19.

Gráfico 9 – Mobilização pela democracia mundial desde 1900

Mobilization for democracy



Fonte: Retirado dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

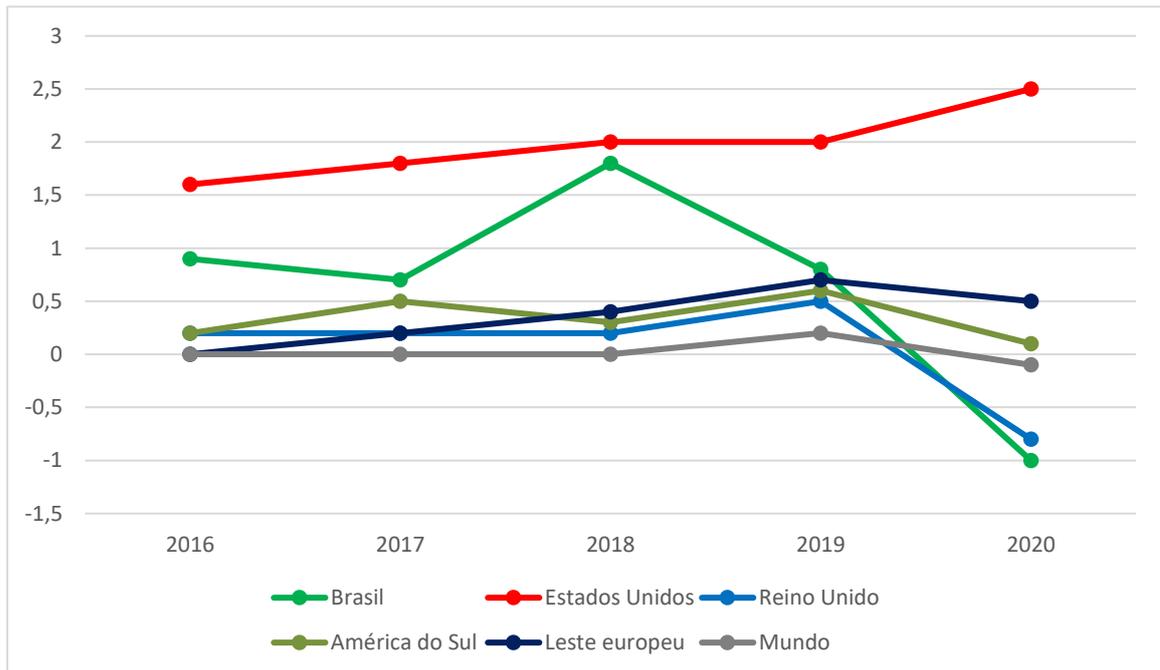
Assim, entende-se que a tese de Mounk (2018) sobre a queda do comprometimento com a democracia pode ser contrastado pelos resultados crescentes apresentados no gráfico selecionado, que demonstra um aumento nas manifestações populares com objetivo de defender princípios democráticos com o passar das décadas.

A tese é também comprovada na análise regional e por Estados. Enquanto a média mundial sofreu um aumento entre 2016 e 2019 (de -0.01 para 0.2) e um declínio em 2020 (-0.13), os recortes da pesquisa demonstram momentos de maiores picos e declínios. Entre tais pontos, é importante apontar para o ano de 2019, o último na qual a média mundial é a menor entre todos os Estados e regiões aqui consideradas (em 2020, Brasil com -1.2 e Reino Unido com -0.85 apresentam médias menores que a global de -0.13).

Nos Estados Unidos da América, um constante aumento desde 2016 (0.25) foi intensificado em 2020, indo de 2.01 (2019) para 2.56 (2020). Em contraste, o número de protestos favoráveis à democracia no Reino Unido aumentou entre 2018 (0.25) e 2019 (0.57) mas diminuiu em peso em 2020 (-0.85).

No gráfico, o resultado que mais chama a atenção é o apresentado pelo Brasil em 2018, com um pico de 1.84 em contraste com as quedas para 0.7 em 2017, 0.89 em 2019 e -1.02 em 2020. No caso brasileiro, o resultado é reflexo da campanha e eleição do então candidato Jair Messias Bolsonaro, exemplo da força do discurso antidemocrático no mundo. Ainda, ao analisar os dados desde 2010 no país, é importante ressaltar o pico em 2013 (2.56), ano que marcou o país pelos protestos em diversas cidades no mês de junho.

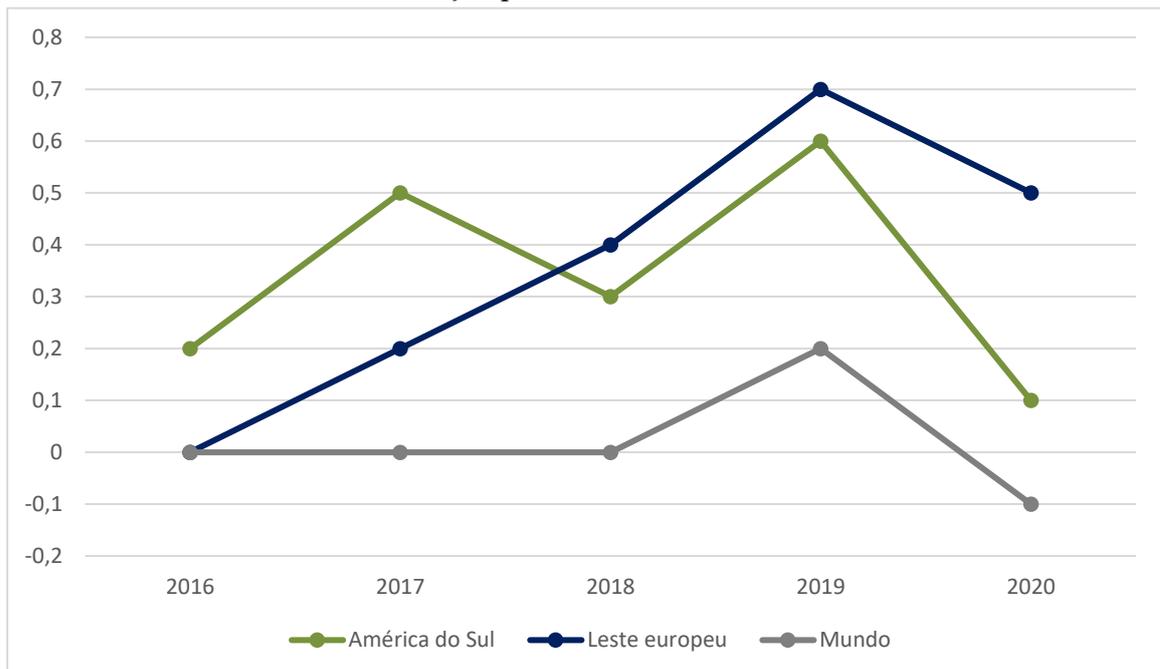
Gráfico 10 – Mobilização pela democracia no recorte proposto



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Na comparação regional, o leste europeu demonstra aumento (-0,02 em 2016 e 0,59 em 2020) enquanto a América do Sul demonstra declínio (0,24 em 2016 e 0,14 em 2020).

Gráfico 11 – Mobilização pela democracia em novas democracias



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

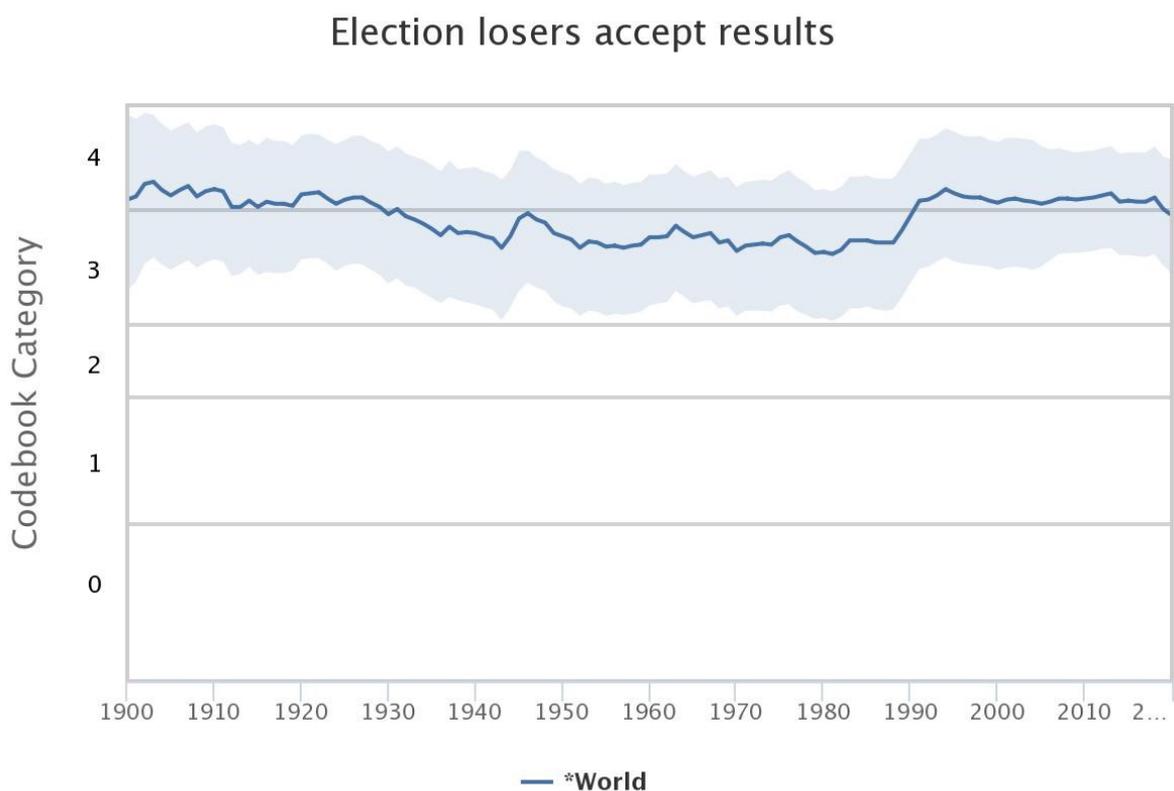
O segundo ponto dorsal de Mounk (2018) é a aceitação das regras políticas pelos agentes políticos de maior poder. Na comparação com essa afirmação, a análise é focada no gráfico sobre “a aceitação dos perdedores nos resultados eleitorais”.

O gráfico segue a pergunta “os candidatos e partidos perdedores aceitaram o resultado das eleições nacionais num intervalo de 3 meses?” e os resultados são escalados de 0 (nenhum candidato/partido aceitou os resultados) a 4 (todos os candidatos/partidos aceitaram os resultados).

Os números da escala histórica demonstram, de forma geral, uma instabilidade constante desde 1900 (0.22). Em 2015 a média foi de 0.21, seguida por uma pequena queda em 2016 (0.2) e uma melhora em 2018 (0.23). Desde 2018, entretanto, os resultados demonstram uma queda que persistiu até o último dado divulgado (0.08 em 2020).

Em análise geral, pode-se compreender que a não-aceitação dos resultados eleitorais sempre foi uma questão pulsante de crescimento e queda, em uma linha histórica geral mais estável (sem quedas e escaladas representativas).

Gráfico 12 – Perdedores aceitam os resultados eleitorais



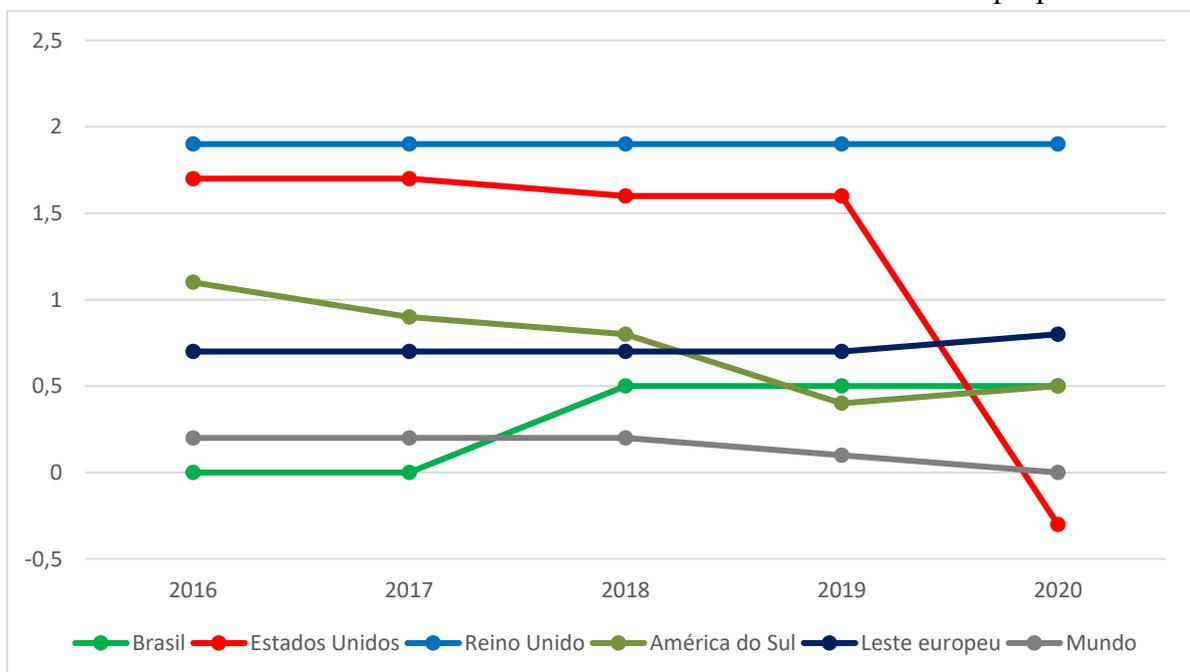
Fonte: Retirado dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Quando posta em comparação no intervalo pós-2016, a variável do Reino Unido apresenta resultados próximos (de 1.92 em 2016 para 1.9 em 2020). O aumento no Brasil acontece após 2017, de 0 para 0.52 em 2018, e permanece no 0.85 em 2020. A eleição de Jair Messias Bolsonaro é também aqui representada, uma vez que os candidatos perdedores não ameaçaram ou descreditaram o processo eleitoral pelo qual participaram.

O caso brasileiro é oposto ao caso estadunidense, que de 1.69 em 2019 foi para -0.36 em 2020. Contudo, os casos assemelham-se na observação de que ambos representam anos de eleição presidencial. Nos Estados Unidos, entretanto, o perdedor nas urnas foi Donald Trump, o que explica a queda brusca que o país sofreu no índice de perdedores eleitorais aceitarem os resultados.

Além dos gráficos expostos, salienta-se também os resultados desde 2010. No caso brasileiro, notou-se também uma forte queda de 2013 (1.43) para 2014 (0) com a reeleição de Dilma Rousseff e a não aceitação do candidato perdedor, Aécio Neves.

Gráfico 13 – Perdedores aceitam os resultados eleitorais no recorte proposto

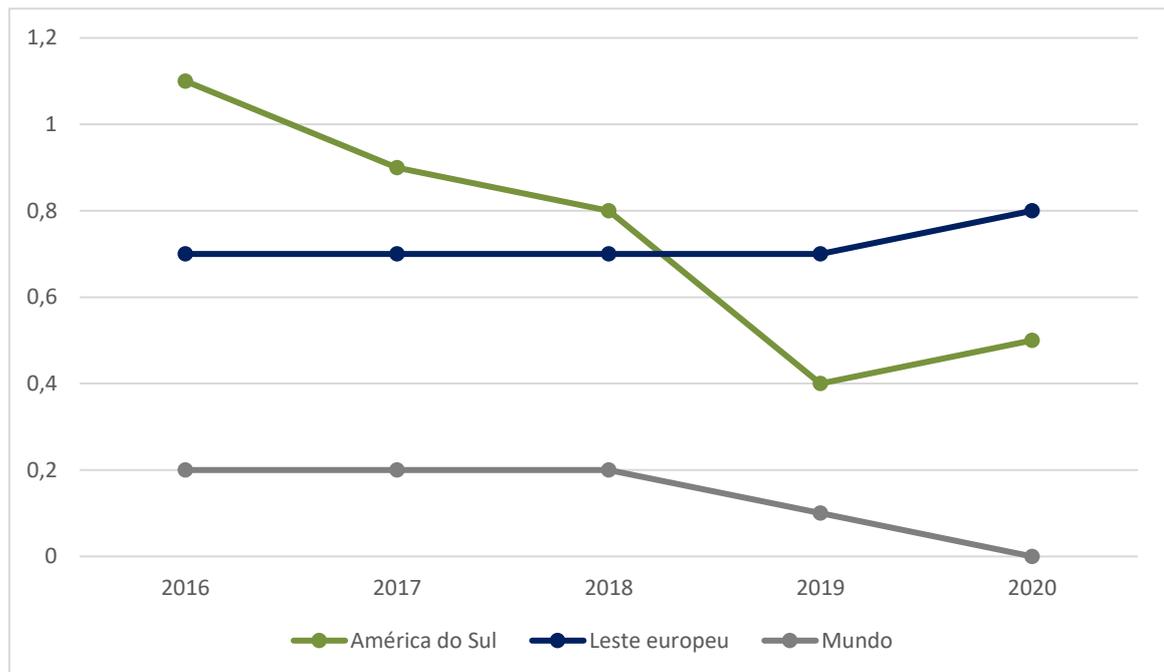


Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Nas novas democracias não se observa grande alteração nas médias do indicador. O que se observa, contudo, é um leve declínio na América do Sul (1.12 em 2016 e 0.53 em

2020) e uma leve melhora no leste europeu (0.76 em 2016 e 0.81 em 2020). As leves alterações no indicador foram o suficiente para uma troca entre as regiões no gráfico: no pós-2016, a América do Sul passou a menores números de aceitação dos resultados eleitorais em comparação ao leste europeu, que apresentou maior aceitação.

Gráfico 14 – Perdedores aceitam os resultados em novas democracias



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Dessa forma, o que se entende na comparação dos dados da tese de Mounk (2018) é uma queda após 2019 da mobilização pela democracia, o que pode ser facilmente atribuído à pandemia. Porém, de forma contrária aos padrões observados nos outros recortes, o caso dos Estados Unidos demonstra constante crescimento. Afirma-se, com isso, que após a eleição de Donald Trump em 2016, a defesa pela democracia foi sendo fortalecida no país. A probabilidade é de que no país, mesmo com a pandemia, os ataques à democracia do então presidente Donald Trump causaram maior mobilização pelo princípio democrático, fator também fortalecido pela eleição do candidato democrata Joe Biden em 2020.

O caso brasileiro também demonstra que governos de líderes mais antidemocráticos causam maior mobilização pela democracia em períodos de pleito eleitoral. No caso brasileiro, o pico em 2018 coincide com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, ou seja, por mais que o resultado eleitoral tenha sido favorável aos ideais antidemocráticos, tal ascensão

foi também respondida por maior mobilização pró-democrática em contraste com os anos anteriores⁷.

Outro dado interessante encontrado na pesquisa é o de quanto os perdedores das eleições aceitam os resultados eleitorais. Nessa variável, os casos do Brasil e dos Estados Unidos são novamente os de maior destaque.

A abrupta mudança nos dois países nos anos pós-2016 é explicada pelos resultados eleitorais perpassados no período. No caso brasileiro, o aumento após 2017 é justificado pela eleição de Jair Bolsonaro, o candidato que até então mais desafiava o sistema eleitoral. Com sua vitória, os perdedores (candidatos que mais representavam a via democrática) aceitaram os resultados, elevando os resultados da variável.

Já o caso estadunidense é contrário. No período após a eleição de Donald Trump (quando os candidatos democráticos aceitaram o resultado da eleição) a variável era constante. A queda abrupta é facilmente explicada pela vitória do candidato Joe Biden, opositor à Donald Trump.

Em sequência temporal, a tese de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) é representada pela força da crescente polarização e do enfraquecimento das normas institucionais. Os pontos serão analisados, respectivamente, com os dados sobre polarização política e o índice de “*accountability*”.

A polarização política do instituto é entendida pela pergunta “a sociedade é polarizada em campos políticos antagônicos?”. Assim, procura-se entender o quanto as diferenças políticas afetam as relações sociais além das discussões políticas. Para o instituto, sociedades são altamente polarizadas se os apoiadores de campos políticos opostos são relutantes em ter interações amistosas que afetam, por exemplo, funções familiares e associações cívicas.

O intervalo é de zero (Nada. Apoiadores de campos políticos opostos interagem de forma amigável) à 4 (Sim, fortemente. Apoiadores de campos políticos opostos interagem de forma hostil).

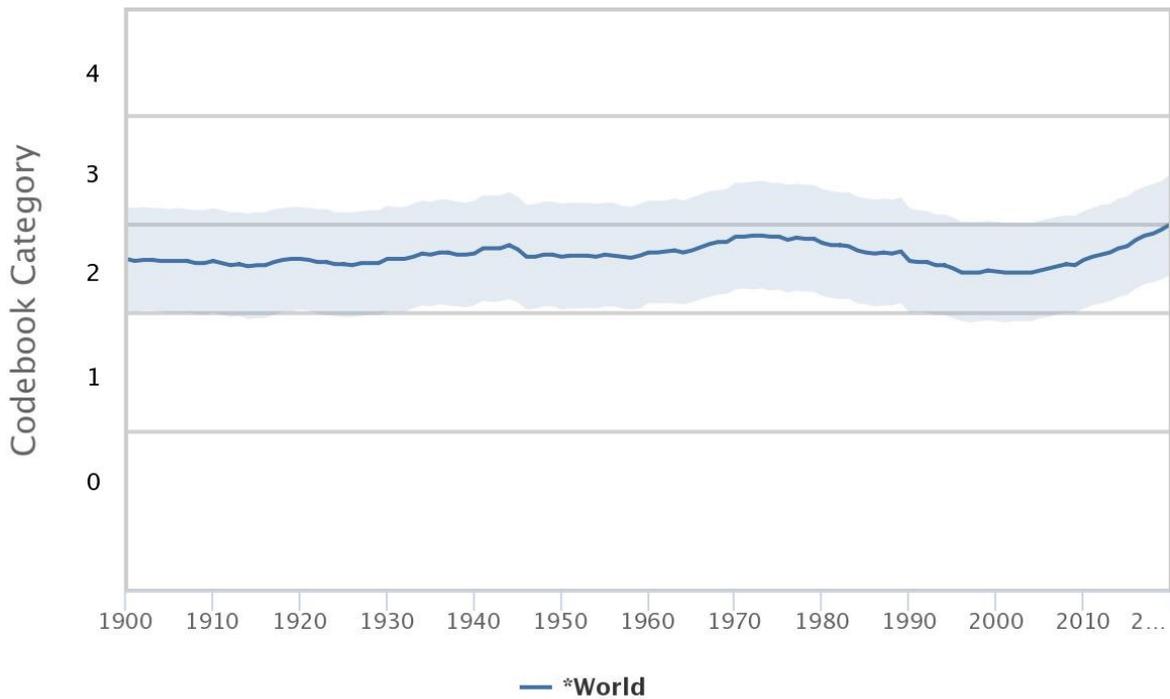
O que se vê no gráfico é certa estabilidade entre 1900 e a década de 1980. Desde 2009 (-0.23), um crescimento é notado, que segue nos anos de 2016 (0.04) e 2020 (0.2). É importante ressaltar que, no gráfico, o aumento da pontuação geral dos países significa uma

⁷ No caso brasileiro, o ano de 2018 foi seguido por quedas no índice após 2019, primeiro ano da pandemia do covid-19.

polarização crescente, com 0 marcando a inexistência da polarização enquanto 4 representa a polarização máxima.

Gráfico 15 – Polarização política mundial desde 1900

Political polarization



Highcharts.com | V-Dem data version 11.0

Fonte: Retirado dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

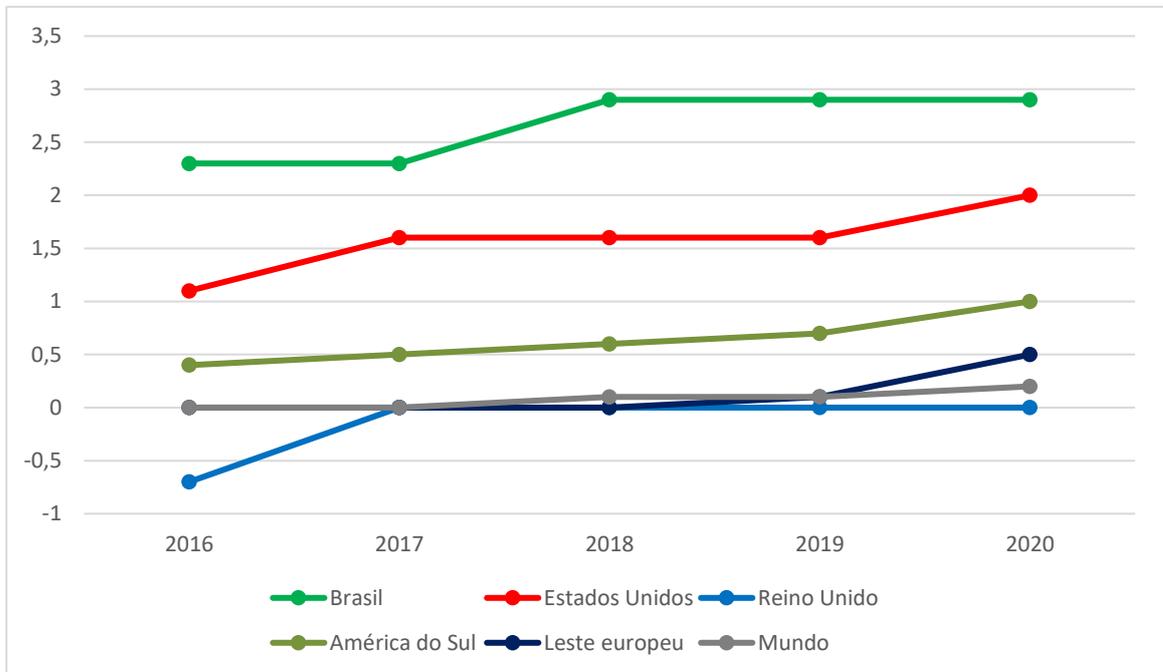
O gráfico corrobora com a tese de Levitsky e Ziblatt (2018) sobre a polarização estar sendo importante indicador para entender as mudanças políticas desde 2016. Em especial, demonstra como o padrão crescente permaneceu durante os dois anos seguintes à publicação de “Como as Democracias Morrem”, de 2018.

A crescente é também corroborada pelos gráficos dos Estados e regiões. Em todos os exemplos selecionados, o crescimento da polarização foi indicador comum. De 2019 para 2020, Estados Unidos é o país que mais apresenta crescimento, indo de 1.63 para 2.08.

Nas regiões analisadas, tanto a América do Sul quanto o leste europeu apresentam crescimento, especialmente de 2019 (0.16 no leste europeu e 0.78 na América do Sul) para 2020 (0.51 e 1.08, respectivamente). No recorte temporal desde 2010, nota-se que o ano de

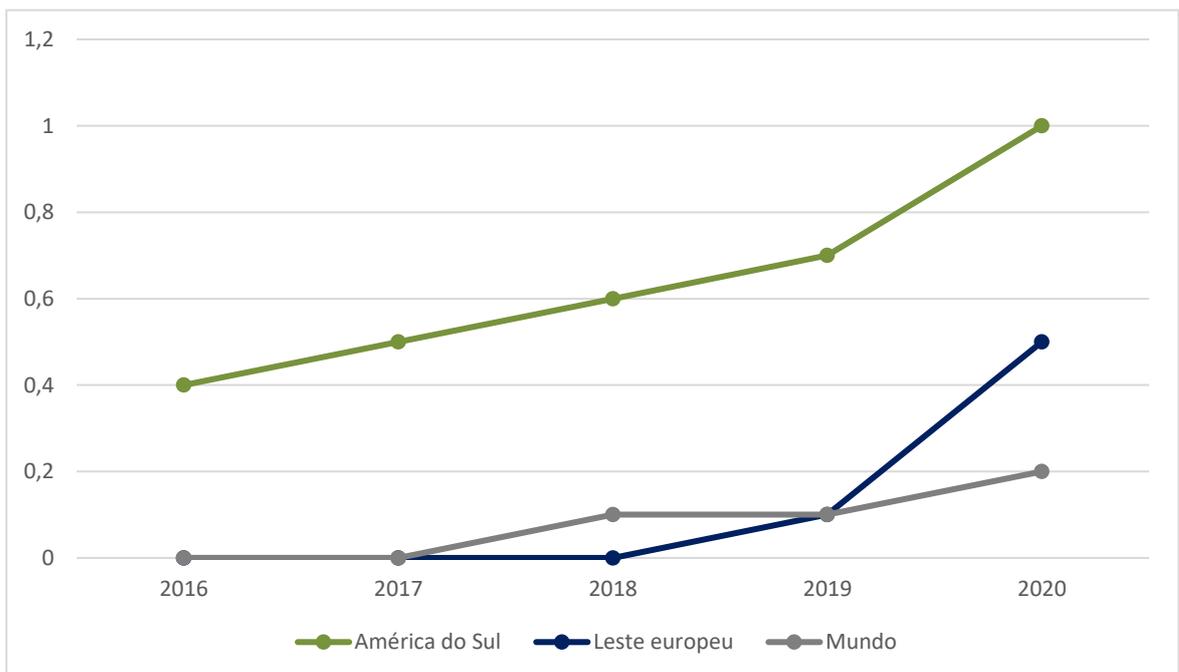
2012 foi representativo para o aumento, com índices de 2010 à 2012 apresentando estabilidade e de 2013 em seguinte um crescimento em todos os recortes.

Gráfico 16 - Polarização política no recorte proposto



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Gráfico 17 – Polarização política em novas democracias



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

O segundo ponto representativo de Levitsky e Ziblatt (2018) se dá no enfraquecimento das normas institucionais, compara aqui aos resultados obtidos no index de “*accountability*”. O interesse é, dessa forma, compreender se a responsabilidade dos governos (até que ponto o ideal de *accountability* dos governos é alcançado) explicaria uma ideia de enfraquecimento de normas democráticas ou se os governos tem se tornado mais responsivos e responsáveis. O intervalo é de baixo (0) para alto (1).

Apesar de demonstrar um crescimento baixo na série temporal (desde 1900), o gráfico mostra que 2012 marcou a melhor média histórica, com 0.72. Entretanto, desde então, os números vêm decaindo seguidamente (0.66 em 2016, 0.65 em 2017, 0.64 em 2018, 0.64 em 2019 e 0.63 em 2020). Mais uma vez, o gráfico corrobora para a ideia de que os governos têm sido cada vez menos responsáveis, o que seria demonstrado também por um enfraquecimento institucional na média mundial.

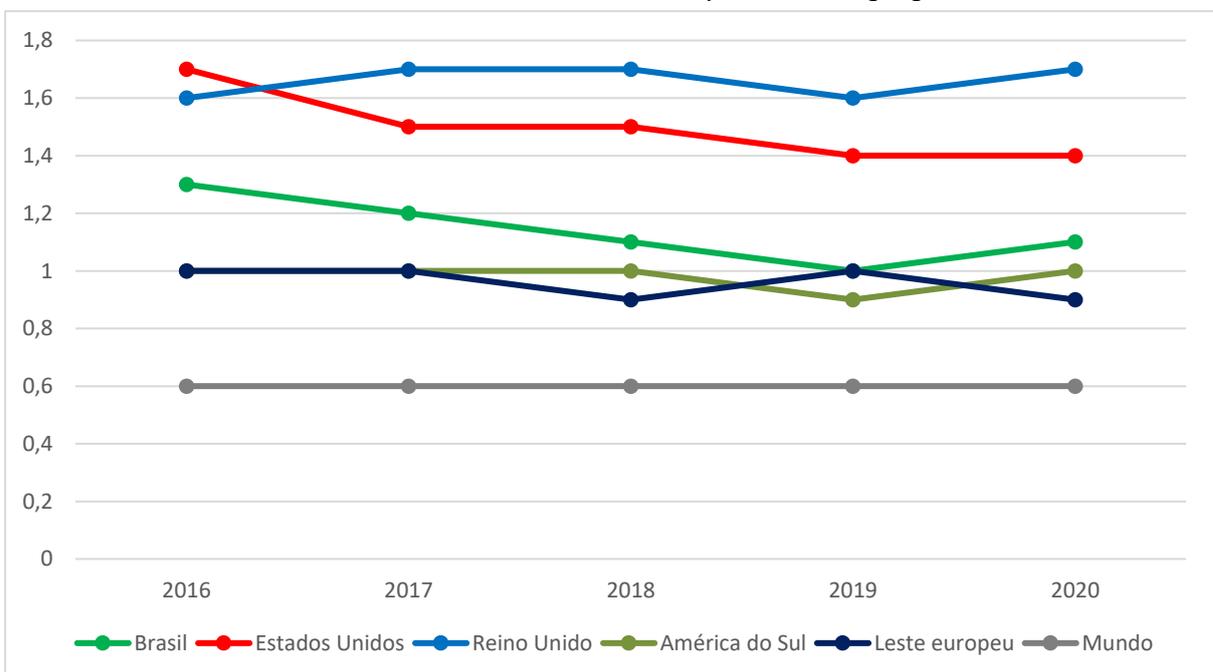
Gráfico 18 – Index de *accountability*



Fonte: Retirado dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

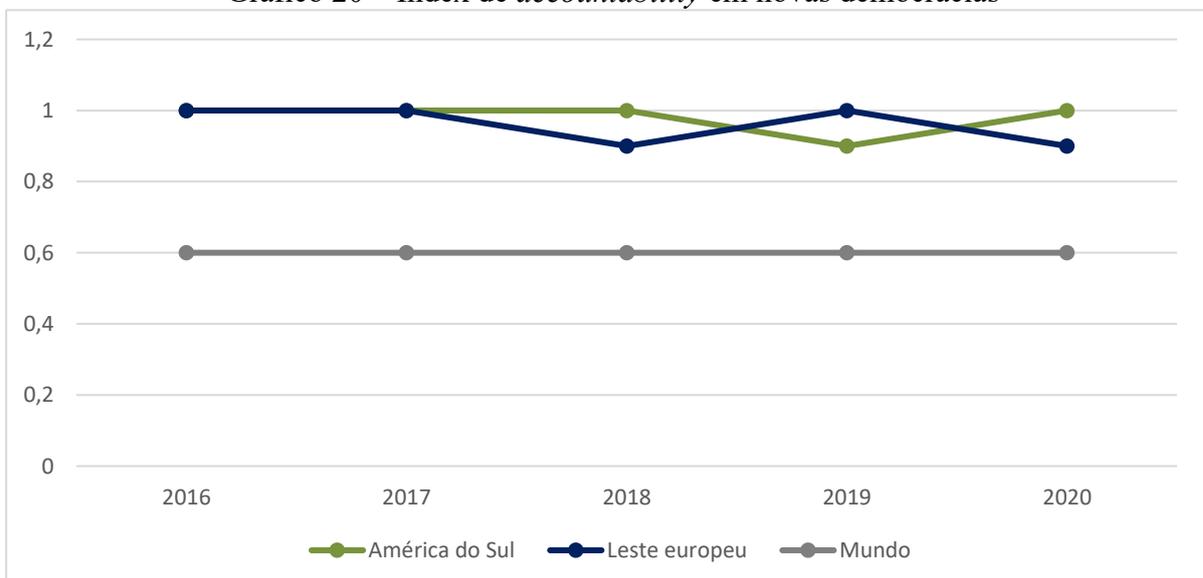
O gráfico para o *accountability*, analisado em conjunto após 2016, não apresenta também resultados discrepantes entre os selecionados. As médias, dessa forma, foram mantidas no recorte para o Brasil (1.38 em 2016 e 1.11 em 2020), Estados Unidos da América (1.75 em 2016 e 1.47 em 2020), Reino Unido (1.64 em 2016 e 1.72 em 2020), América do Sul (1.07 em 2016 e 1.02 em 2020) e Leste Europeu (1.06 em 2016 e 0.97 em 2020).

Gráfico 19 – Index de *accountability* no recorte proposto



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Gráfico 20 – Index de *accountability* em novas democracias



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Dessa forma, o que se entende na comparação dos dados é que a tese de Levitsky e Ziblatt (2018) é um aumento constante na polarização política em todos os recortes analisados (Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, América do Sul e leste europeu). Salienta-se, porém, que a subida pós-2016 não foi abrupta em nenhum dos casos.

Já o índice de “*accountability*” não demonstrou alterações importantes após o ano de 2010⁸. Como visualizado nos gráficos, os números foram constantes no recorte temporal, significando uma certa estabilidade das normas institucionais e não um enfraquecimento, como apontado pela tese de Levitsky e Ziblatt (2018).

O apoio aos partidos extremistas (especialmente na população jovem) e o apoio à ideia democrática (mas não aos governos democráticos) são representativos da tese desenvolvida por David Runciman também em 2018. Para comparar tais afirmações, analisa-se a mobilização para a autocracia e a mobilização para a democracia disponibilizadas pelo instituto V-Dem.

A mobilização pela autocracia considera a pergunta “nesse ano, o quão frequentes e grandes foram os eventos de mobilização em massa pró-autocráticos?”. O indicador de mobilização pela democracia, utilizado anteriormente na análise da tese de Mounk (2018), segue a mesma pergunta, porém com foco nos eventos de mobilização em massa pró-democracia. O intervalo vai de 0 (nenhum evento) a 4 (muitos eventos de larga e pequena escalas).

A mobilização para a autocracia apresenta pontos interessantes para a análise. Em escala temporal, o que se demonstrava como uma crescente entre 1900 (-0.86) e 1976 (-0.06) vem sofrido uma queda desde então. Apesar de uma nova subida entre 2010 e 2019 (-0.54 e -0.4, respectivamente), o ano de 2020 apresentou uma queda (-0.57) que, assim como a mobilização pela democracia, pode ser justificada pelo desencadeamento da pandemia de covid-19 no mundo.

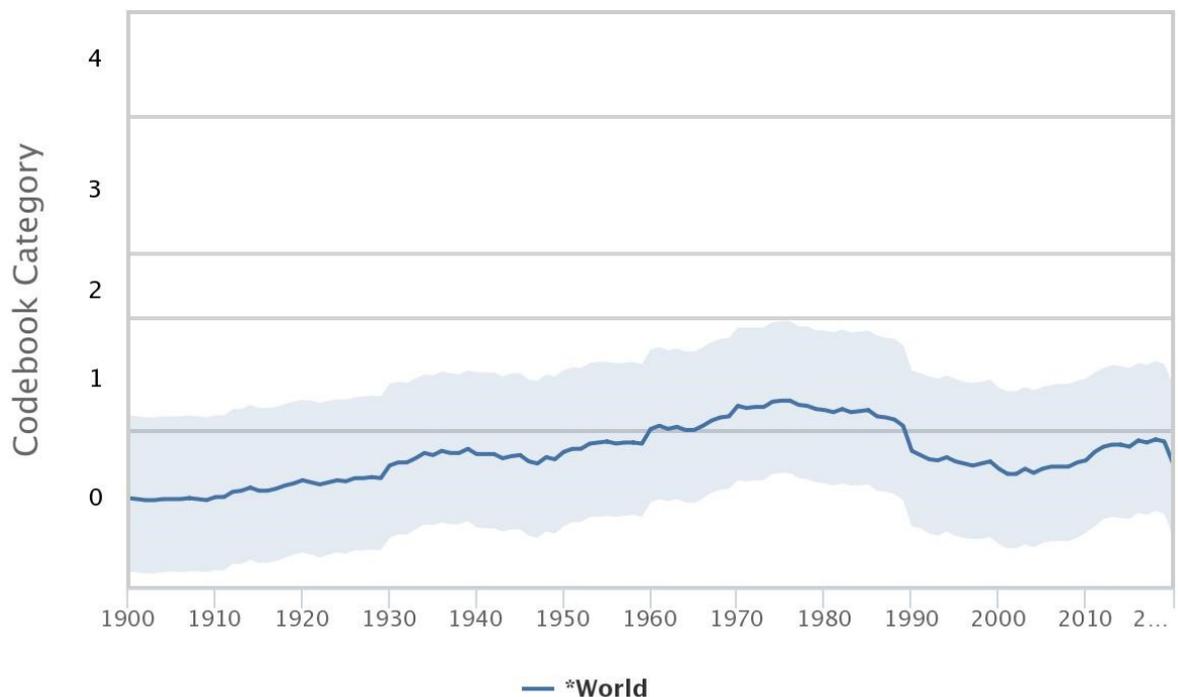
Em análise direta entre os dois gráficos (mobilização pela democracia vs. mobilização pela autocracia), o que se pode compreender é um número elevado de mobilizações pró-democráticas (tanto em números gerais como em análise temporal desde

⁸ Continuação da movimentação no leste europeu (1.18 em 2010 e 1.1 em 2015), América do Sul (1.18 em 2010 e 1.02 em 2015), Brasil (1.77 em 2010 e 1.11 em 2015), Reino Unido (1.71 em 2010 e 1.72 em 2015) e Estados Unidos (1.89 em 2010 e 1.47 em 2015).

1900). Em 2020, considerando a queda em ambos os gráficos, as manifestações pró-democracia continuam superiores às demonstrações pró-autocracias (-0.13 e -0.57, respectivamente), o que indica uma preferência geral pelo regime, mesmo que partidos extremos tenham se destacado eleitoralmente desde 2016.

Gráfico 21 – Mobilização para a autocracia mundial desde 1900

Mobilization for autocracy



Highcharts.com | V-Dem data version 11.0

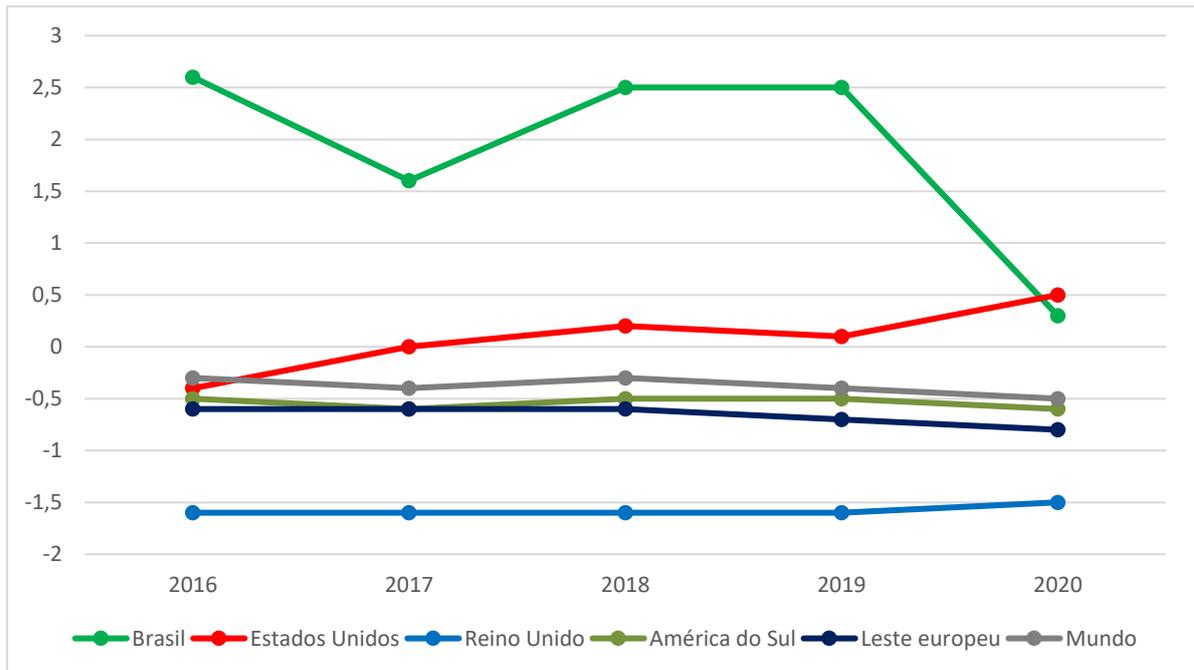
Fonte: Retirado dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Na análise comparada, os resultados do Brasil são também indicadores que chamam a atenção. Enquanto as variáveis globais, da América do Sul, do Leste Europeu e do Reino Unido apresentam certa estabilidade, os números brasileiros apresentam a maior queda (de 2.59 em 2019 para 0.36 em 2020). Destaca-se, contudo, que mesmo com a queda, o país ainda apresenta altos números de mobilização pró-autocracia, ficando agora atrás apenas dos Estados Unidos (0.17 em 2019 e 0.55 em 2020).

Observando o indicador desde 2010, novamente o caso brasileiro de mobilização (pela democracia e pela autocracia) foi forte em 2013, ano dos protestos que se espalharam por quase todo o território nacional.

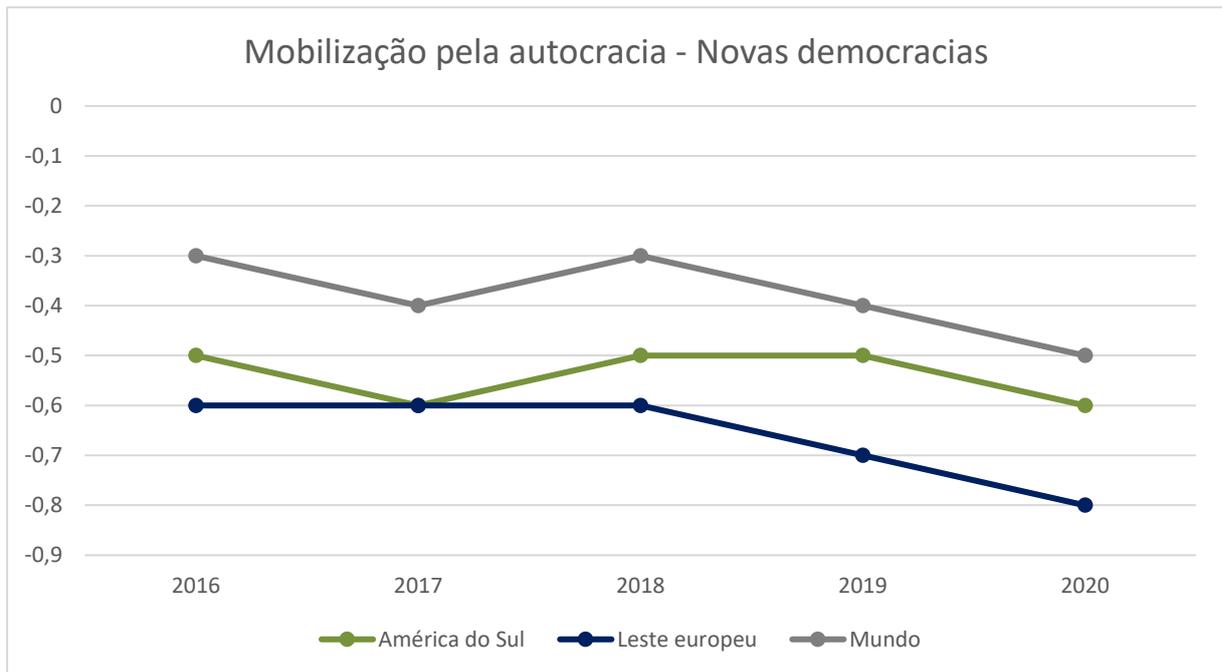
O Reino Unido, como em grande parte dos dados levantados, mantém uma constante entre 2016 e 2020. Já na comparação entre regiões, as quedas foram bastante tênues, com a América do Sul indo de -0.55 em 2016 para -0.62 em 2020 e o Leste Europeu indo de -0.6 em 2016 para -0.8 em 2020.

Gráfico 22 – Mobilização pela autocracia no recorte proposto



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Gráfico 23 – Mobilização pela autocracia em novas democracias

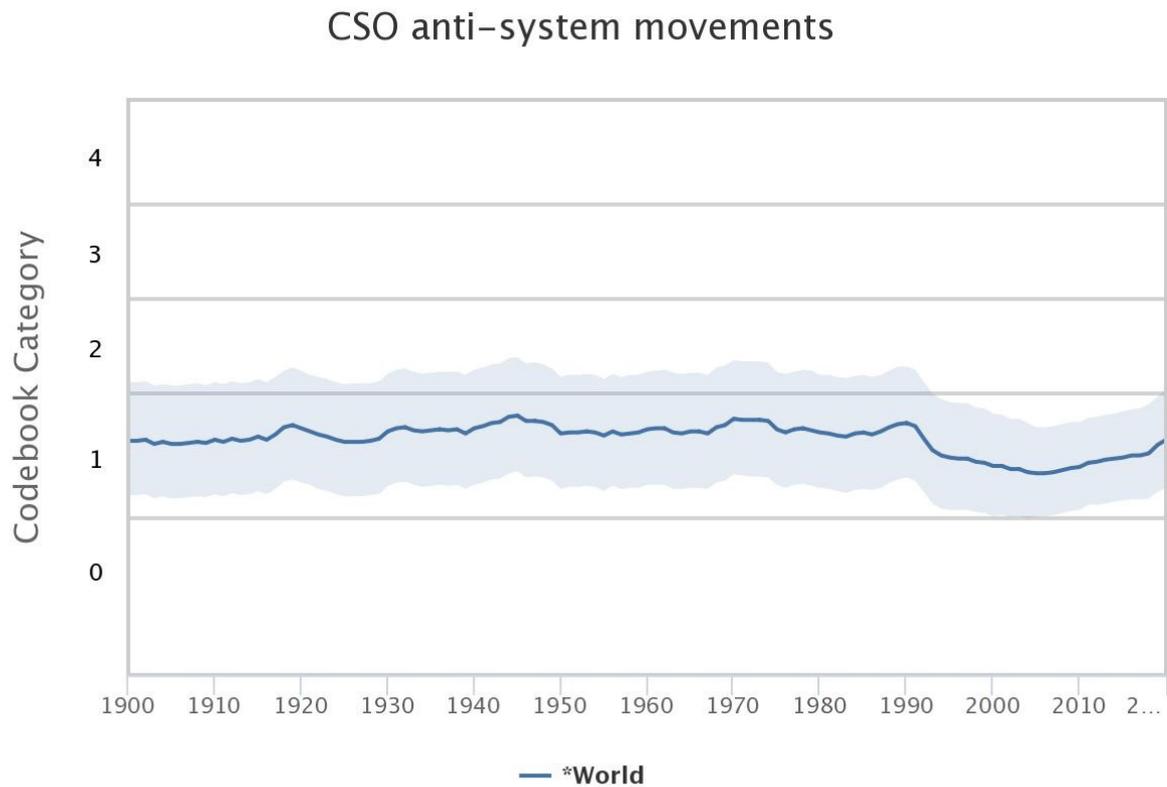


Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

O terceiro indicador representativo de Runciman (2018) refere-se aos sentimentos antissistema em organizações da sociedade civil. O indicador parte da tentativa em responder se há, entre as organizações da sociedade civil, movimentos antissistema. São considerados movimentos de oposição antissistema qualquer movimento (pacífico ou armado) que é sediado no próprio país e é organizado em oposição ao sistema político regente.

O indicador é medido entre zero (movimentos antissistema são quase inexistentes) e quatro (alta atividade de movimentos antissistema). No gráfico global, nota-se uma flutuação pelo tempo que apresenta resultados similares: as respectivas médias de -0.46 e -0.45 em 1900 e 2020.

Gráfico 24 – Movimentação de organizações antissistema da sociedade civil

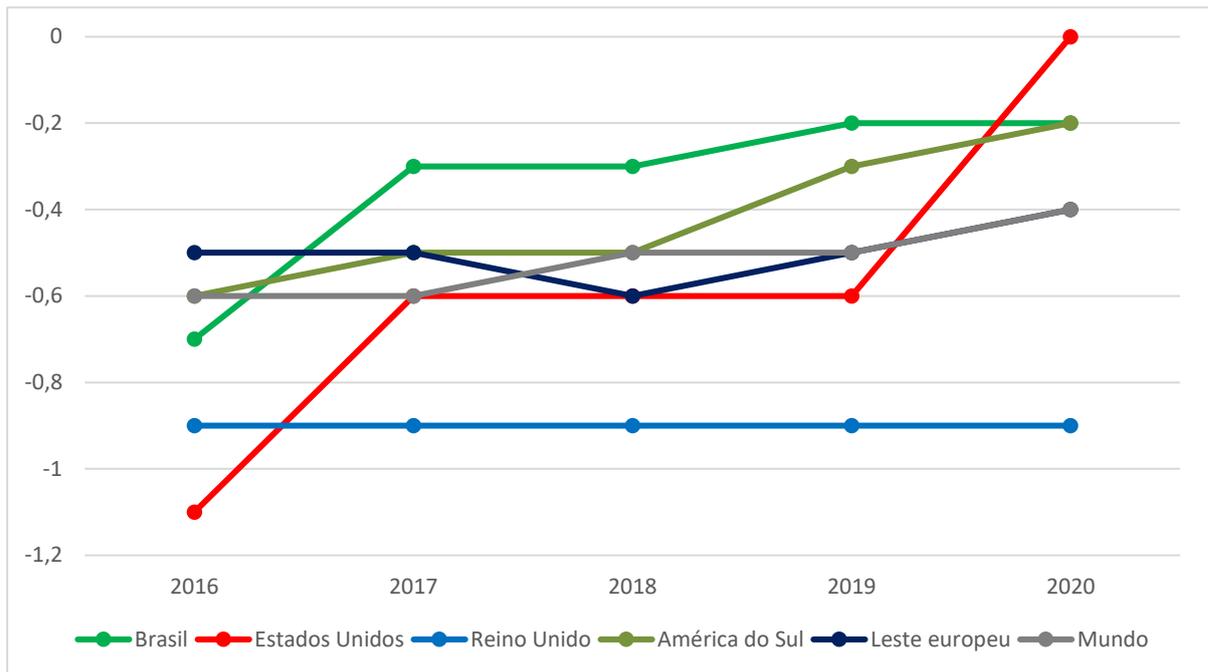


Highcharts.com | V-Dem data version 11.0

Fonte: Retirado dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Entre os Estados, tanto Brasil quanto Reino Unido apresentam certa estabilidade após 2016. Em sequência, o primeiro sai de 2016 com -0.73 e o segundo com -0.09, para -0.28 e -0.9 em 2020. Por outro lado, os Estados Unidos, no mesmo período, apresentaram constante crescimento, partindo de -1.12 em 2016 para -0.06 em 2020.

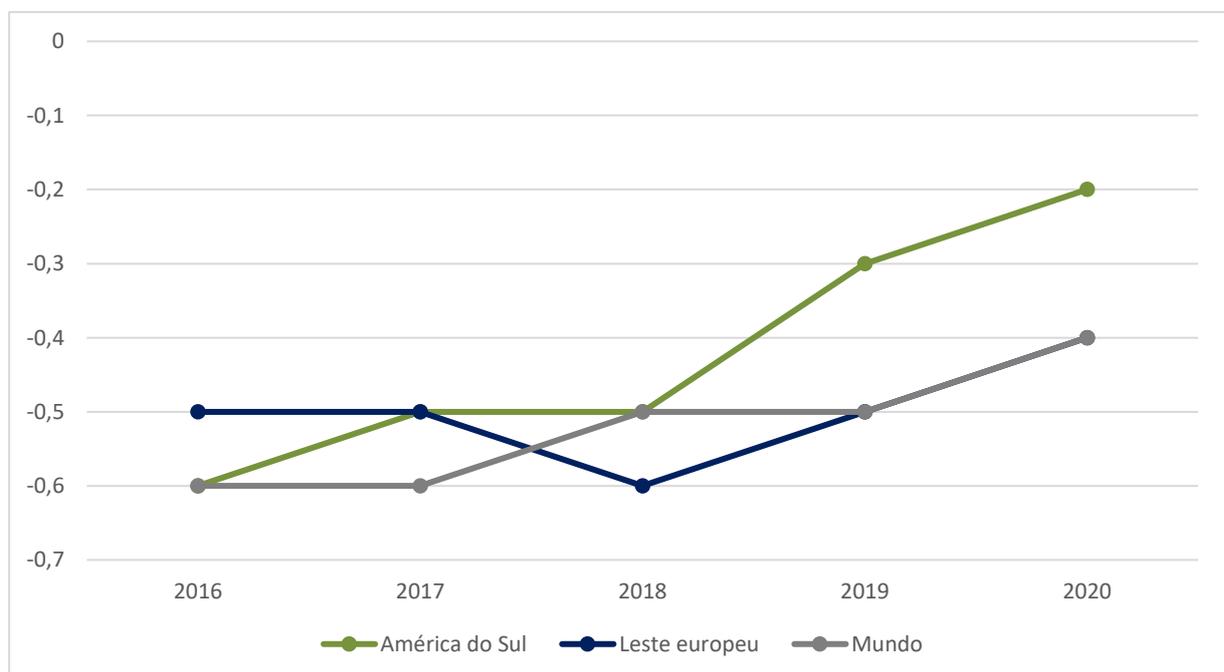
Gráfico 25 - Movimentação de organizações antissistema da sociedade civil



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Entre as regiões também se notou uma mudança entre a América do Sul e o Leste Europeu. Em 2016 os movimentos eram mais intensos (sem grande diferença) no Leste Europeu (-0,52 em comparação a -0,67 na América do Sul), mas, apesar de ambos terem sofrido um aumento no número de tais organizações, a América do Sul acabou por sobressair os números do Leste Europeu (em 2020, respectivamente -0,43 e -0,23).

Gráfico 26 - Movimentação antissistema da sociedade civil em novas democracias



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Dessa forma, o que se entende na comparação dos dados é que a tese de Runciman é melhor fortalecida nos casos do Brasil e dos Estados Unidos. Ainda assim, as variáveis levantadas sobre mobilizações populares foram afetadas fortemente pela pandemia em 2019, uma vez que as medidas de distanciamento e decretos de fechamento dificultaram ou impossibilitaram a aglomeração de pessoas em demonstrações públicas.

Ainda com a pandemia, é interessante notar o aumento constante nos Estados Unidos para a mobilização pela autocracia, que segue a mesma dinâmica da variável de mobilização pela democracia. No país, ao contrário dos outros casos, ambas as mobilizações sofreram aumento constante após 2016, com os picos dos dois casos sendo alcançados em 2020.

No Brasil, outro país com índices que demonstram alteração no período, o ano de 2016 foi seguido por um aumento na mobilização pela autocracia entre 2017 e 2018, mas com queda em 2019 e 2020. A segunda variável representativa de Runciman (2018), sobre movimentos antissistema de organizações da sociedade civil, os Estados Unidos são novamente o único país do recorte que apresenta uma alteração significativa após 2016.

Assim como a mobilização pela democracia e a polarização política, o indicador de organizações antissistema também demonstra um aumento constante no recorte desde 2010 em todos os países e regiões selecionados. Porém, o recorte pós-2016 é ainda o que apresenta maiores alterações.

Dessa forma, entende-se que a tese de Runciman é mais representativa (após 2016) no caso estadunidense. Lembra-se, novamente, que a pandemia após 2019 pode ter forte impacto na queda da mobilização pelas duas formas de governo, ficando em aberto como tais mobilizações serão vistas com o avanço da vacinação no globo e com a reabertura e possibilitação de grandes mobilizações sociais.

Em sequência, a proposição de Adam Przeworski, elucidada em “Crises da Democracia” (2019) é simbolizada pelos indicadores de distribuição de renda e pela queda do poder sindical. Os dois pontos serão contrastados com os dados sobre distribuição igualitária de recursos e pelo comprometimento da população em sindicatos independentes.

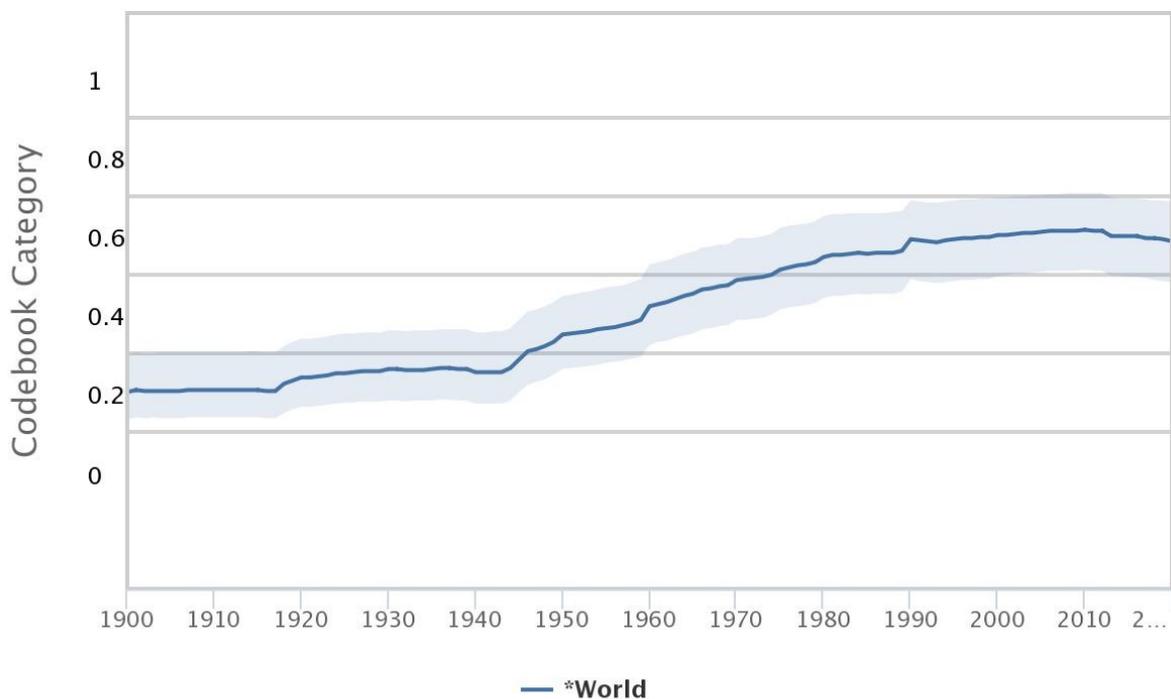
O index de distribuição igualitária de recursos é entendido como um componente que mede até onde os recursos (tangíveis e intangíveis) são distribuídos na sociedade, indo de 0 a 1 (baixo para alto). Uma distribuição igualitária dos recursos é positivo para a democracia pois menores níveis de pobreza e maior distribuição de bens e serviços (como comida, água,

moradia, educação e cuidados de saúde) garantem que todos os indivíduos sejam capazes de participar na política e no governo (V-DEM, 2021).

Primeiramente, o index de distribuição igualitária de recursos demonstra, em análise de longo prazo, uma linha crescente desde 1900 (0.2). O crescimento é interrompido em 2012 (0.61) e o declínio continua no perpassar dos anos até 2020 (0.59).

Entende-se, dessa forma, que a distribuição de recursos, assim como grande parte dos dados analisados até então, foi sendo melhorada em escala global durante longo tempo. Como nos gráficos passados, a década de 2010 marcou uma quebra nessa constante, trazendo uma queda que, ainda que não seja abrupta ou vertical, demonstra um declínio geral que pode ser indicador importante para compreender o ressurgimento de forças antidemocráticas. A queda após 2010 é seguida também por uma estabilidade que perdura até o ano de 2015, quando as alterações voltaram a acontecer (como visto no gráfico apresentado).

Gráfico 27 – Index de distribuição igualitária de recursos mundial desde 1900
Equal distribution of resources index



Highcharts.com | V-Dem data version 11.0

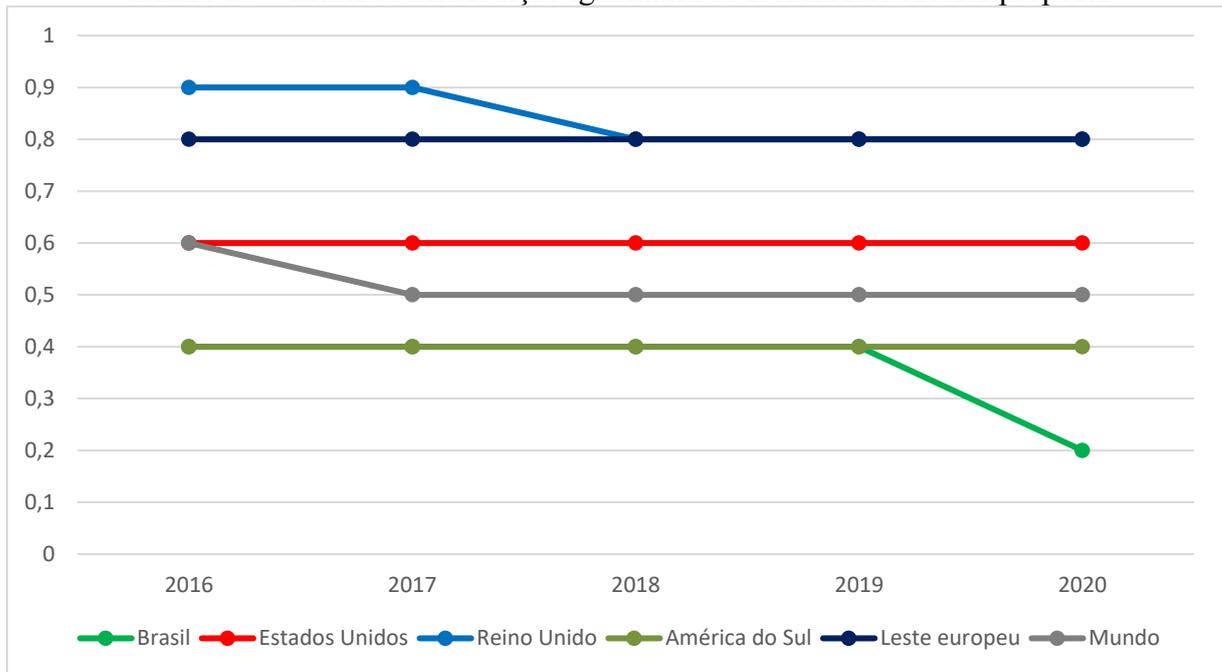
Fonte: Retirado dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Ao se analisar os dados de escala mundial em recorte temporal curto (após 2016), os dados globais demonstram, na verdade, uma constante, com a média indo de 0.6 em 2016 para

0.59 em 2020. O leve declínio é também observado no caso britânico (0.92 em 2016 e 0.87 em 2020) e no caso estadunidense (0.67 em 2016 e 0.6 em 2020).

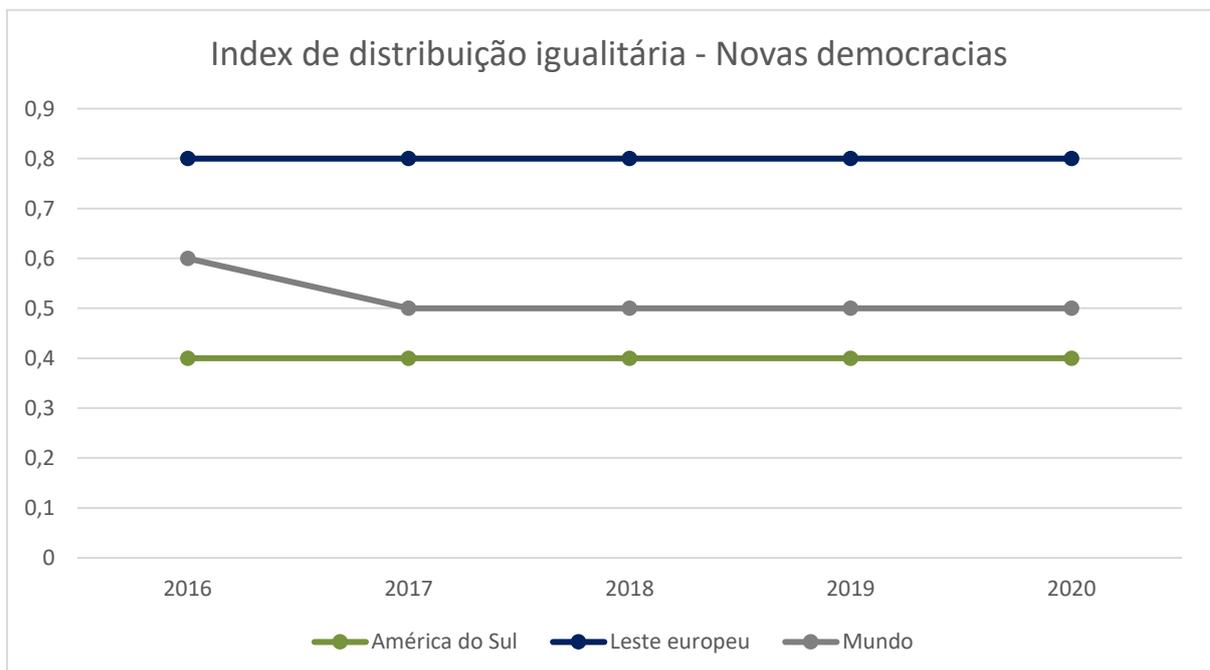
Em contraste, o Brasil (dentre todos os seleccionados), demonstrou uma queda mais brusca, quebrando a constante de 0.4 entre 2016 e 2019 para 0.26 em 2020.

Gráfico 28 – Index de distribuição igualitária de recursos no recorte proposto



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Gráfico 29 – Index de distribuição igualitária de recursos em novas democracias

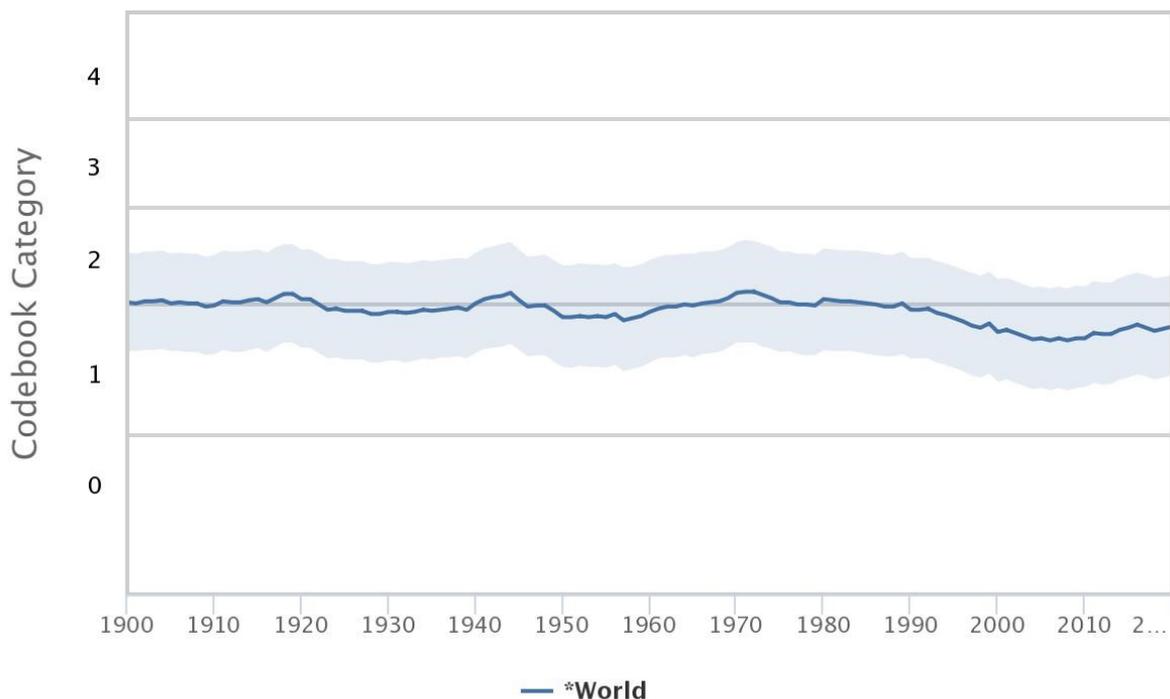


Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

O segundo ponto representativo de Przeworski é o aumento da violência política, representada pela ascensão de ideias racistas, xenofóbicas e antidemocráticas. Para esse dado, utiliza-se o indicador de violência política, que é pautado na pergunta “com que frequência atores não-estatais usaram da violência política contra indivíduos nesse ano?”. A violência política aqui é compreendida como o uso da força para atingir objetivos políticos por parte de atores não-estatais.

O intervalo é de 0 a 4, com resultados mais próximos do zero representando situação melhor (atores não-estatais não utilizaram violência política naquele ano) e valores próximos ao quatro representando situações piores e de maior violência. No seu recorte histórico, o índice apresenta flutuações constantes que apresentam resultado inicial (-0.24 em 1900) e final (-0.51 em 2020) similares. O pico da violência política ocorre nos anos finais da Segunda Guerra Mundial, com -0.14 em 1944. Os anos de 2004 a 2010 apresentam, em contraste, os menores níveis de violência política (a menor média sendo -0.66 em 2006) enquanto observa-se uma nova ascendência após 2010 (-0.54).

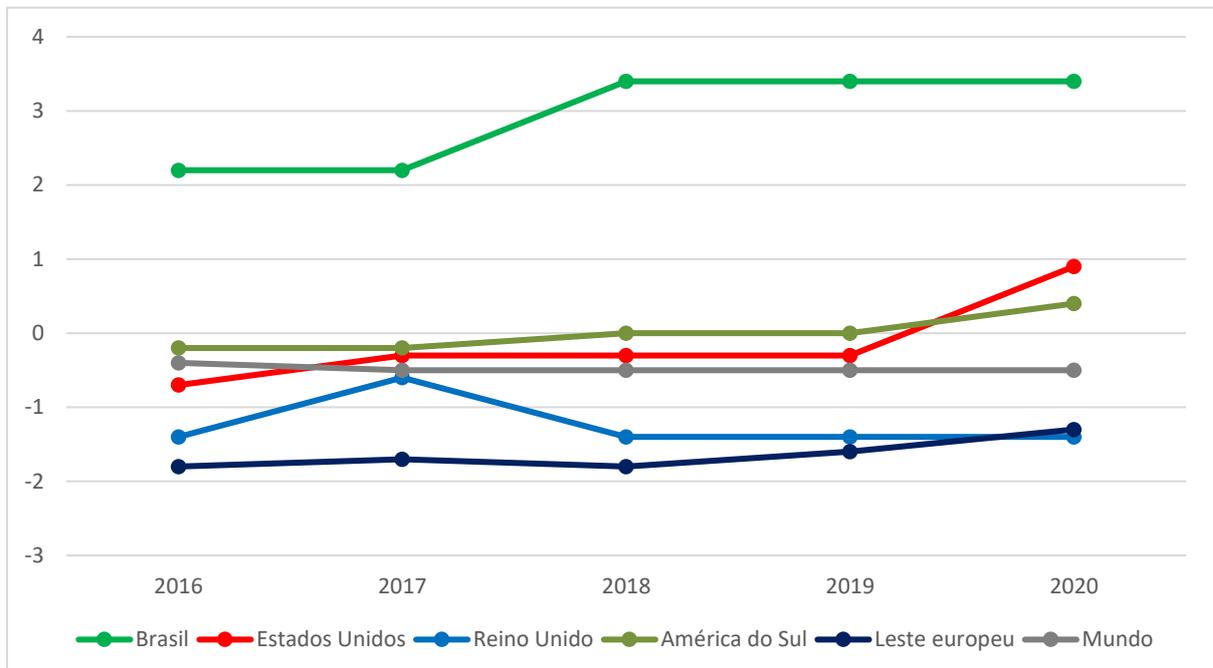
Gráfico 30 – Violência política mundial desde 1900
Political violence



Fonte: Retirado dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

No recorte proposto, os países apresentam maior contraste do que as regiões de novas democracias nos resultados. O Brasil representa a maior média, subindo de 2.2 em 2016 e 2017 para 3.4 em 2018. O Reino Unido, por sua vez, presenciou um pico de 2016 para 2017 (-1.43 para -0.69), mas o índice de violência voltou a cair nos anos seguintes (-1.44 em 2018 e 2019, -1.45 em 2020). A ascensão dos Estados Unidos (-0.72 em 2016, -0.37 em 2017 e -0.33 em 2018 e 2019) sofreu um forte aumento no último ano, com 2020 com 0.99.

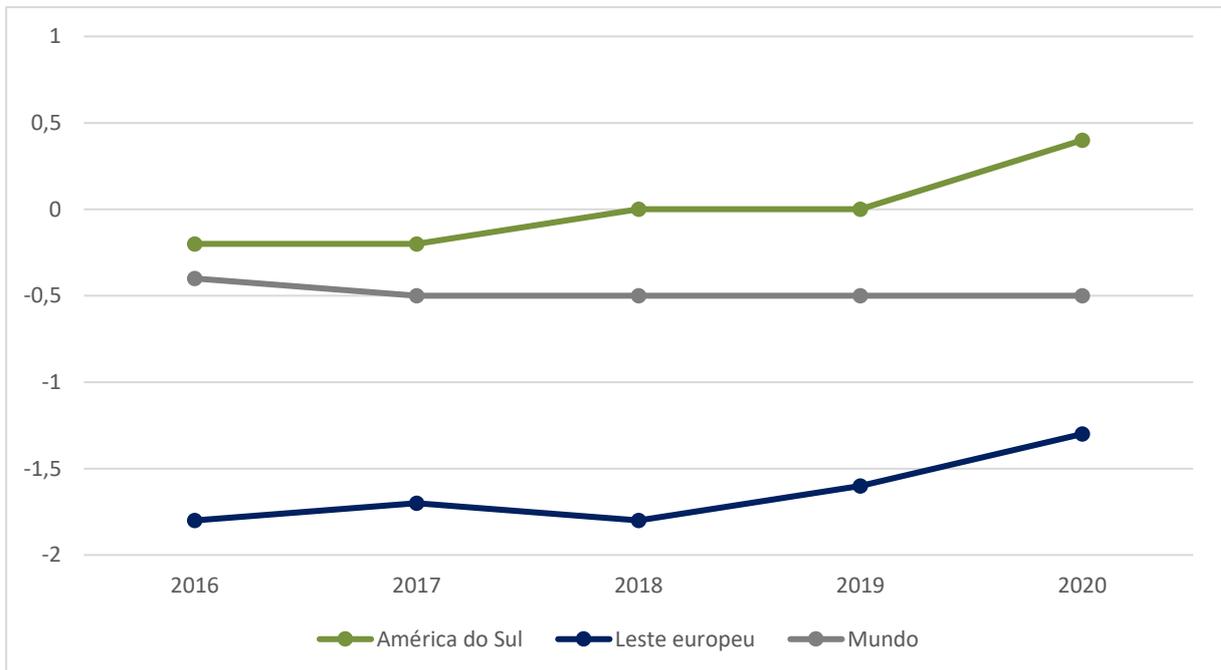
Gráfico 31 – Violência política no recorte proposto



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Na comparação regional entre novas democracias, ambos os casos demonstram um aumento na violência política com a América do Sul saindo de -0.21 em 2016 para 0.42 em 2020 e o leste europeu indo de -1.83 em 2016 para -1.37 em 2020. Compreende-se, também, que a América do Sul continua com maior número de violência política no geral.

Gráfico 32 - Violência política em novas democracias



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Assim, as variáveis representativas da tese de Przeworski (2019) apresentam, juntas, duas alterações de maior destaque. Primeiro, o índice de igualdade de distribuição (“*equal distribution*”) que teve uma pequena queda no período pós 2016, exceto no caso do Brasil entre 2019 e 2020 (com uma queda mais acentuada do que nos outros selecionados no recorte).

Já no índice de violência política, todos os Estados e região apresentaram uma subida enquanto o Reino Unido tem o efeito contrário: a violência política no país está em queda desde 2018 após os momentos de inquietação nas médias entre 2010 e 2018.

Por fim, a última tese analisada é a de Ronald Inglehart e Pippa Norris (2019), exposta na obra “*Cultural Backlash: Trump, Brexit and Authoritarian Populism*” de 2019. Como previamente explicitado, o maior apoio ao regime democrático em centros urbanos (e as mudanças geracionais) assim como os números totais de imigração em perspectiva entre locais interioranos e grandes cidades são pontos representativos da tese proposta pelos autores.

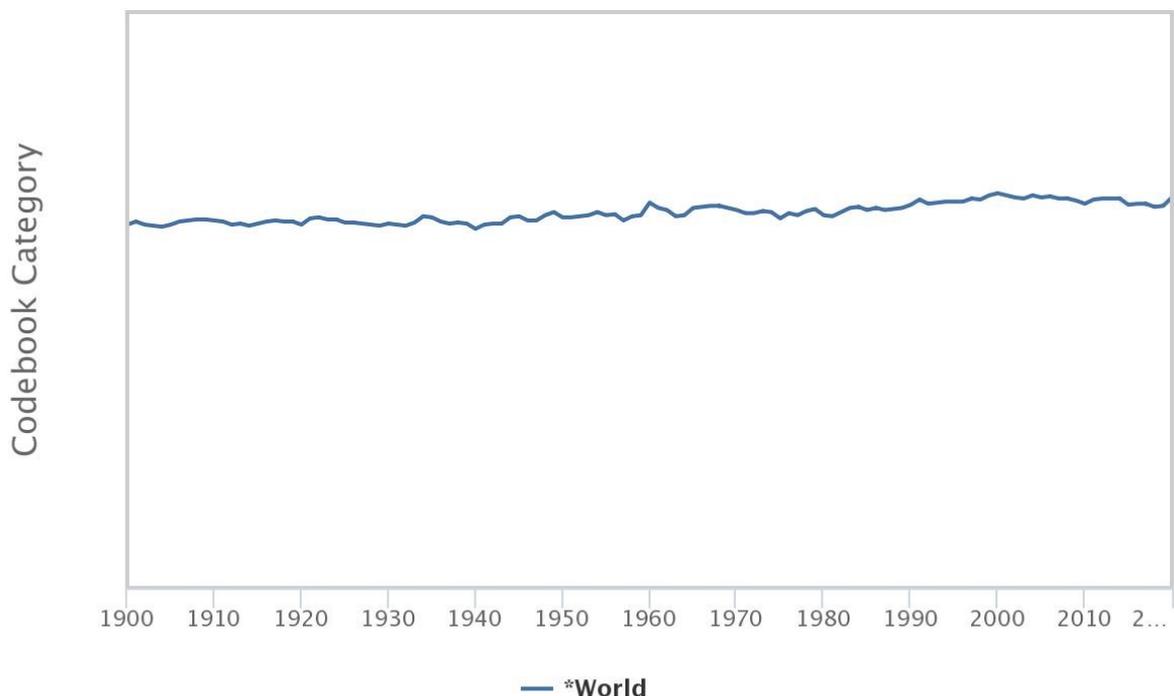
Para argumentar os indicadores, os dados selecionados pelo V-Dem são, respectivamente: apoio ao regime por localização e exclusão por localização urbano-rural.

O apoio ao regime por localização é pautado na pergunta: “em que área geográfica os grupos de apoio para o regime político atual residem?”. As respostas seguem a ordem de 0 (no exterior), 1 (na capital), 2 (áreas urbanas fora da capital), 3 (área rural) e 4 (os grupos não são concentrados em nenhuma área). O intuito é de sistematizar os resultados encontrados no gráfico para analisa-los em comparação à ideia que afirma que o maior apoio ao regime vem de centros urbanos.

O que se vê na linha temporal desde 1900 (média de 2.3) é uma estabilidade que persiste até 2020 (média de 2.98), com pequenas altas e baixas no percorrer dos anos. A interpretação feita é a de que o apoio ao regime não sofreu grandes alterações em nível global, mantendo uma média que demonstra que o apoio ao regime atual dos Estados é dividido de forma permanente, não tendo sido alterada no decorrer das últimas décadas (em especial após 2010).

Gráfico 33 – Localização do apoio ao regime mundial desde 1900

Regime support location

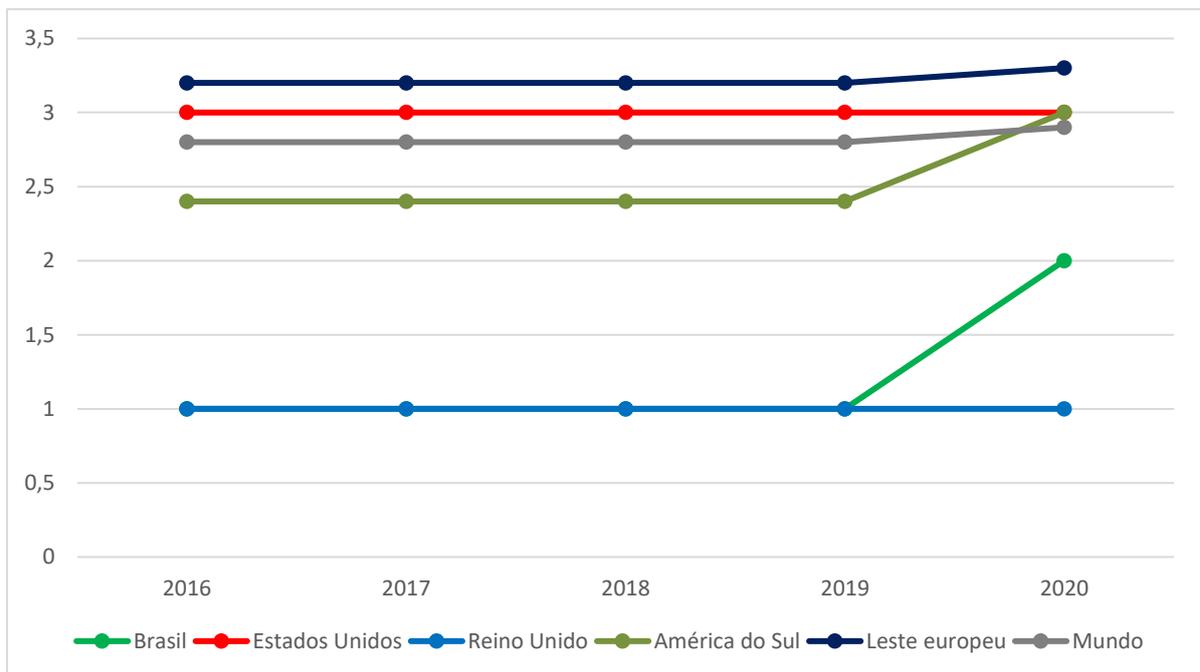


Highcharts.com | V-Dem data version 11.0

Fonte: Retirado dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

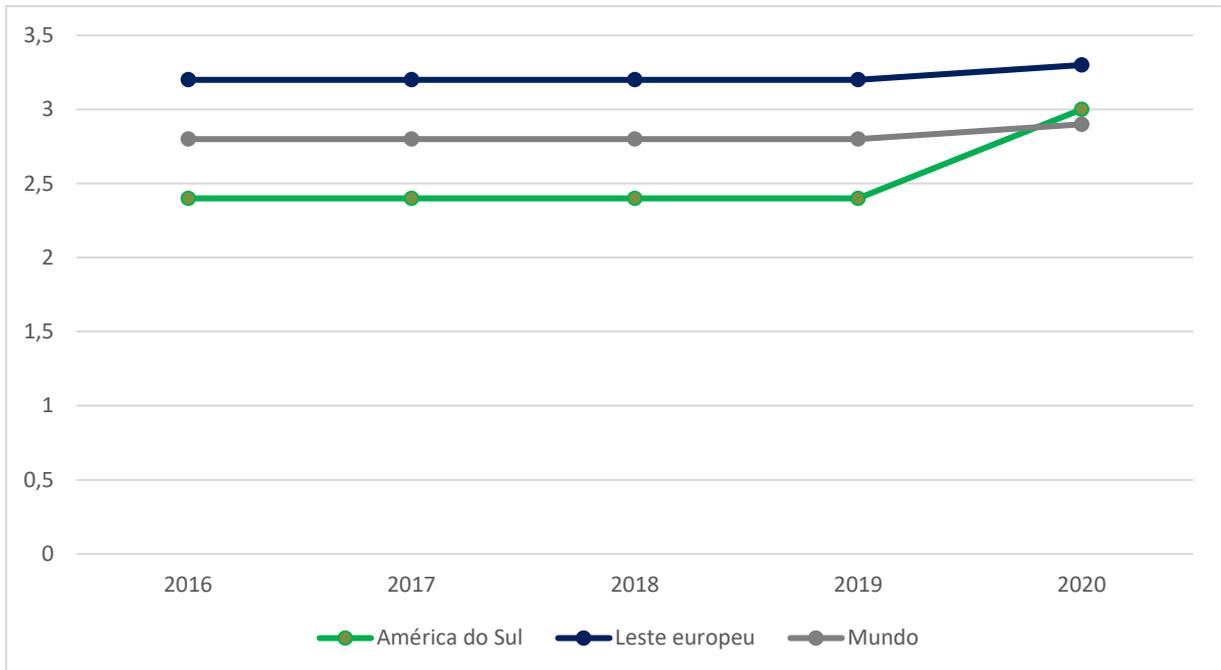
O recorte proposto confirma a estabilidade do indicador, ou seja, a constância da localização do apoio ao regime, exceto nos casos do Brasil e da América do Sul. Estados Unidos e Reino Unido mantiveram suas respectivas médias de 3 e 1 durante o período de 2016 e 2020 enquanto o Estado brasileiro foi de 1 (sua média desde 2016) para 2 no último ano (2020). O gráfico para a América do Sul (2.4 em 2016 e 3 em 2020) apresenta crescimento similar ao do Brasil, significando uma onda de aproximação no número do apoio ao regime entre urbanas (2 – áreas urbanas fora da capital) e rurais (3 – áreas rurais).

Gráfico 34 – Localização do apoio ao regime no recorte proposto



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Gráfico 35 – Localização do apoio ao regime em novas democracias



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

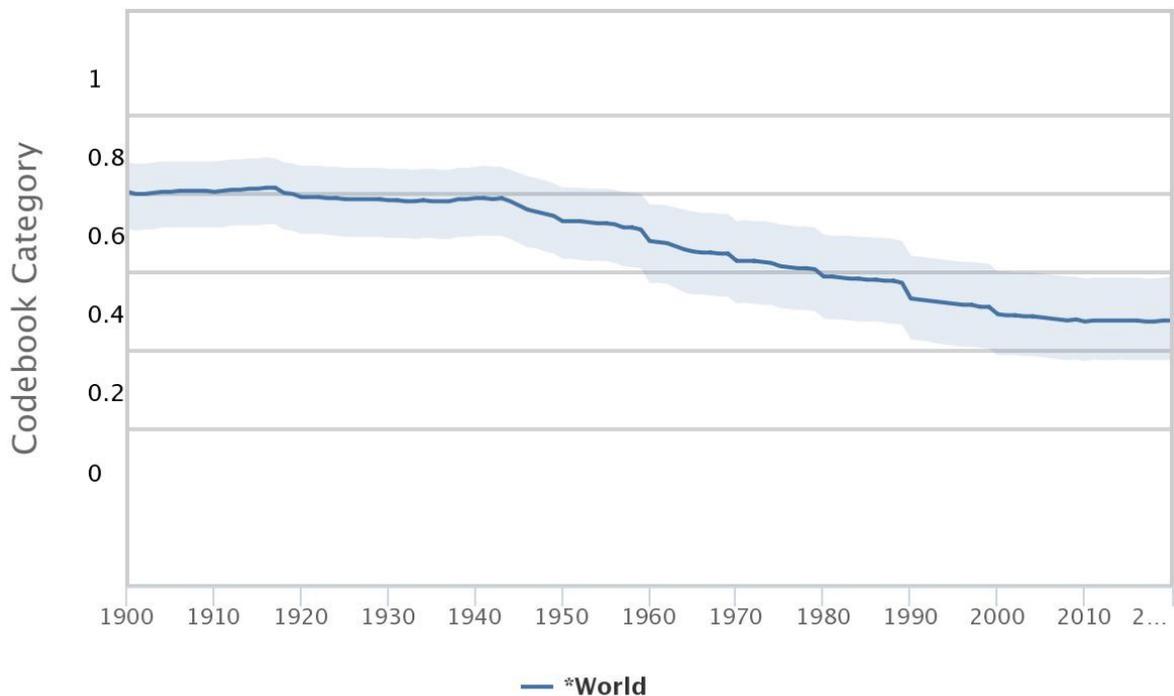
Em seguida, os números totais de imigração em perspectiva entre locais interioranos e grandes cidades são testados pelos dados sobre exclusão por localização urbano-rural. A exclusão é dada quando o acesso à serviços ou participação em espaços governamentais é negada à indivíduo baseado em suas identidades ou participação em grupos particulares. Nessa interpretação, as médias mais baixas são mais positivas (democráticas), enquanto médias mais altas representam uma piora na situação (o intervalo vai de 0 a 1).

O gráfico apresenta resultados importantes. No recorte temporal, o declínio é explícito desde 1900 (com média de 0.7), porém o recorte proposto na pesquisa manifesta uma estabilidade (de 2006 à 2020, a média de 0.38 foi mantida).

Entende-se que, por mais que o declínio à longo prazo seja observado, as médias defendidas na tese dos autores (sobre a ascensão antidemocrática ser pontuada após o ano de 2010) não é notada. O que se vê, na verdade, é uma estabilidade que demonstra que a exclusão por localização geográfica não sofreu grandes alterações, mesmo com a eleição de líderes antidemocráticos pelas democracias liberais do mundo.

Gráfico 36 – Exclusão por área urbano-rural mundial desde 1900

Exclusion by Urban–Rural Location



Highcharts.com | V-Dem data version 11.0

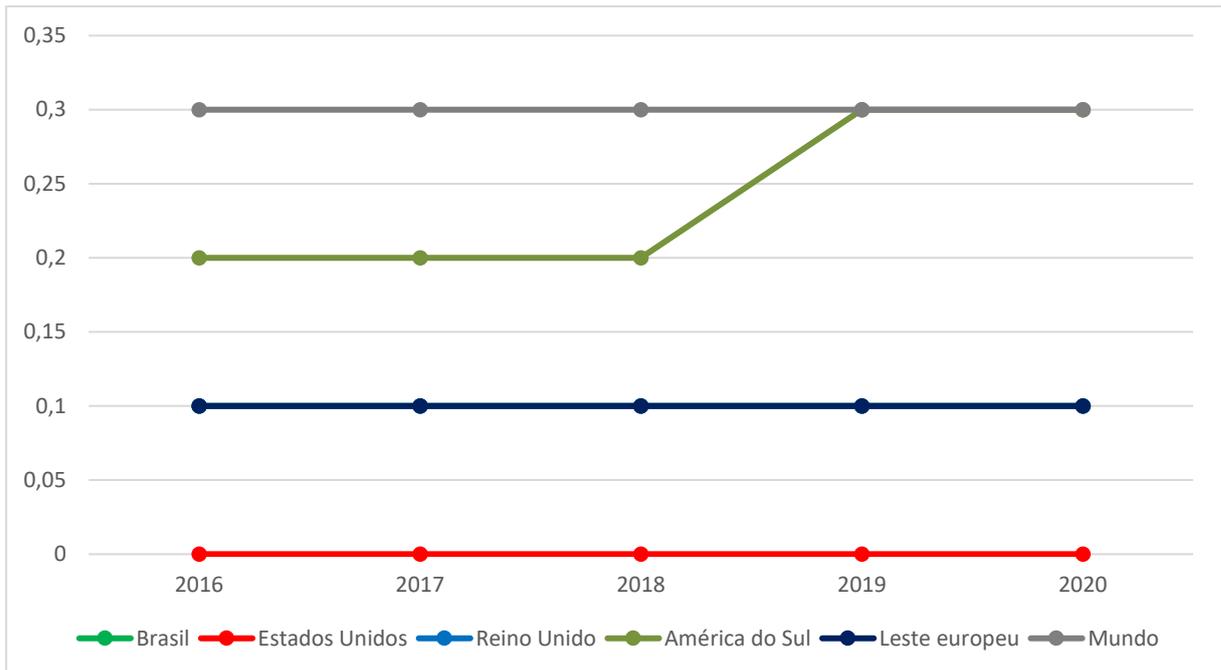
Fonte: Retirado dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

A estabilidade é também demonstrada no recorte temporal pós-2016 nas áreas selecionadas. Os três países (Estados Unidos, Reino Unido e Brasil) apresentam indicadores semelhantes desde 2016, com um quadro que se mostrou também estável após o início da pandemia, com os indicadores de 2020.

Enquanto o Brasil foi de 0.16 em 2016 para 0.17 em 2020, os Estados Unidos foram de 0.06 para 0.05 nos mesmos anos. O Reino Unido, na mesma dinâmica, foi de 0.11 em 2016 para 0.13 em 2020.

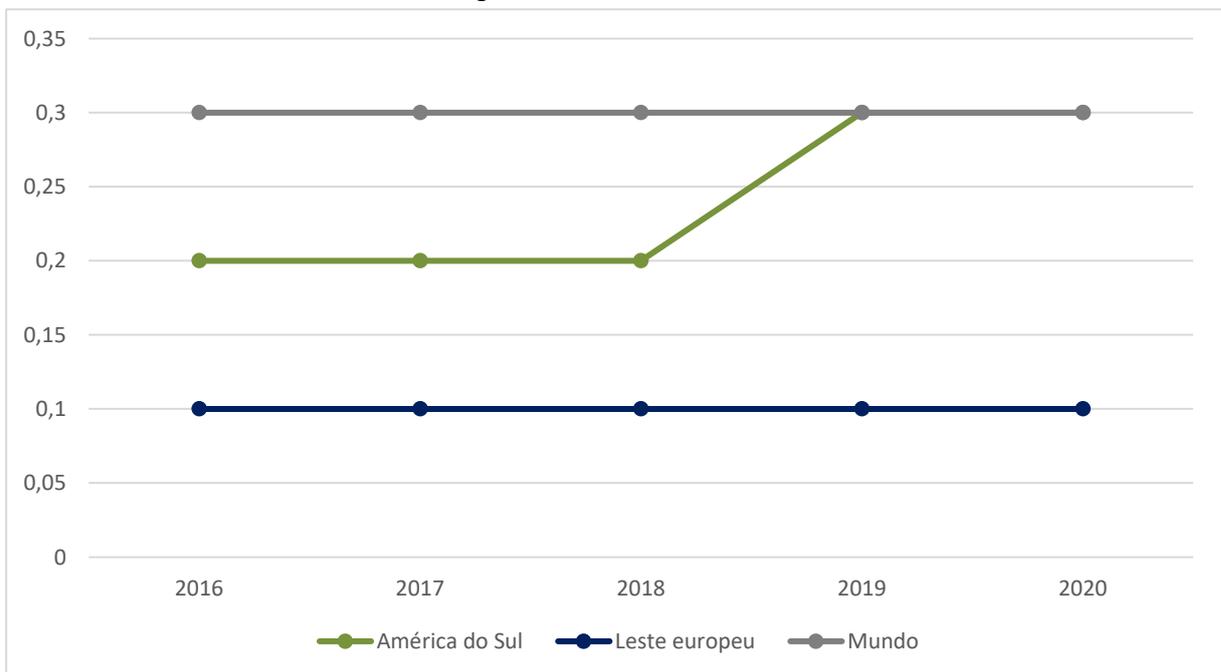
O aumento presenciado nas regiões de democracias mais recentes foi também baixo. O crescimento é um pouco mais acentuado na América do Sul (0.29 em 2016 e 0.33 em 2020) do que no Leste Europeu (0.12 em 2016 e 0.13 em 2020) mas, como observado, não sofreram grande aumento ou grande queda.

Gráfico 37 – Exclusão por área urbana-rural no recorte proposto



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Gráfico 38 – Exclusão por área urbana-rural em novas democracias



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Na última obra analisada, de Pippa Norris e Ronald Inglehart (2019), os indicadores selecionados apresentam apenas um resultado de alteração mais acentuada. Na média entre localização do apoio à democracia, apenas o Brasil e a América do Sul tiveram um aumento

na média, com o apoio afastando-se da área de regiões exteriores e apenas na capital e aproximando-se de um apoio mais difundido, com as médias próximas às áreas rurais.

O último, indicador, de “exclusão por área urbana-rural”, que não demonstrou nenhuma variável de grandes alterações após 2016.

4.2 RESULTADOS

Algumas variáveis específicas sofreram pouca ou nenhuma alteração entre 2016 e 2020. Ao analisar um recorte temporal maior (desde 2010), tais indicadores demonstraram poucas mudanças em relação às médias após 2016. Nessa questão, os gráficos que demonstraram aumento são corroborados pelo aumento também desde 2010, o mesmo acontece nos gráficos que demonstraram queda e alterações constantes.

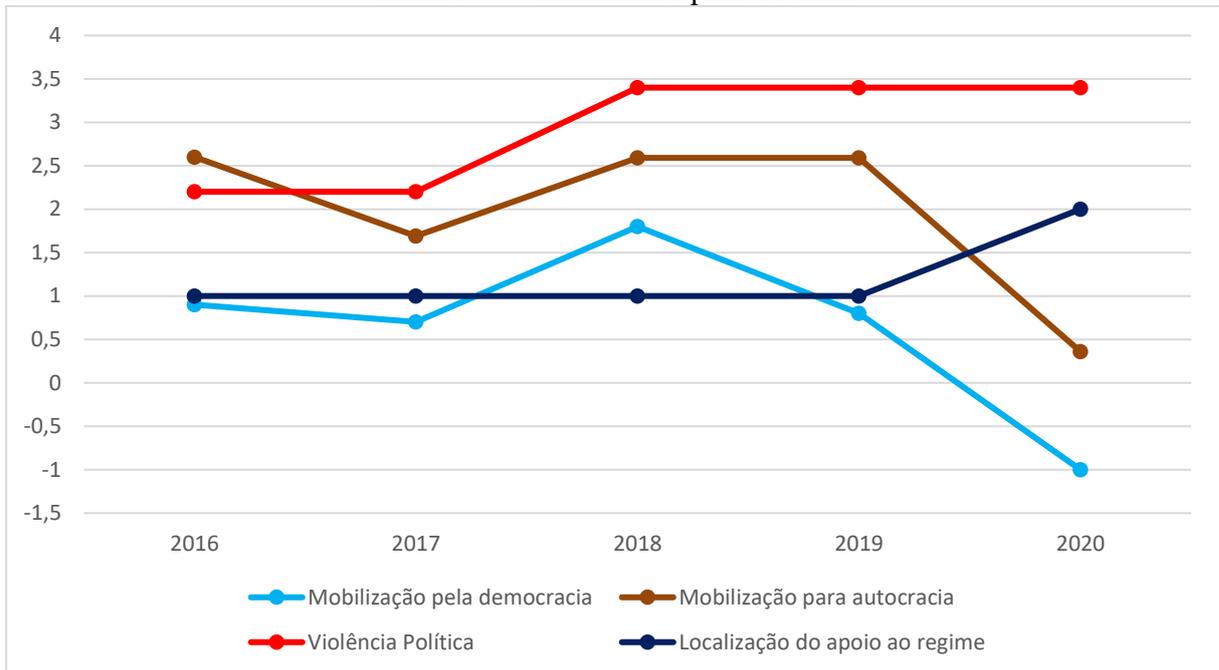
Para voltar a atenção para as variáveis que sofreram modificações ou apresentaram um aumento ou queda constantes, cinco gráficos (por região ou Estado) foram preparados em sequência. Neles, apenas as variáveis que não apresentaram estabilidade (1 ou mais pontos de alteração) são expostas, o que permite considerações mais firmes.

Em primeiro lugar, a observação dos resultados para o Brasil chama atenção para as variáveis de mobilização pela democracia, mobilização para autocracia, violência política e localização ao regime. Destarte, na jovem democracia brasileira as mobilizações pró e contra a democracia cresceram até 2018, com a mobilização pela autocracia estabilizando para o ano seguinte e a mobilização pela democracia já com queda em 2019. A violência política também cresceu desde 2016 no país, assim como nos outros países e regiões, porém o período 2018-2020 representa uma constante.

Ressalta-se, aqui, maior força da mobilização pela autocracia na comparação direta entre as duas variáveis, mas é também importante notar que o aumento das mobilizações pró-democracia em 2018 tiveram um salto maior, enquanto a queda de ambos em 2019 foi mais acentuada para a mobilização pela autocracia.

Ainda que as alterações demonstrem um aumento das tensões após 2016, é positivo perceber que o apoio à democracia brasileira foi mais dissipado pela sociedade, sendo menos centralizado em áreas urbanas como demonstrado pela variável de localização do apoio ao regime. A variável indica que as tensões políticas e a guerra entre as mobilizações pró e antidemocráticas crescem em conjunto com o apoio democrático cada vez mais dissipado no território nacional.

Gráfico 39 – Resultados para o Brasil



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

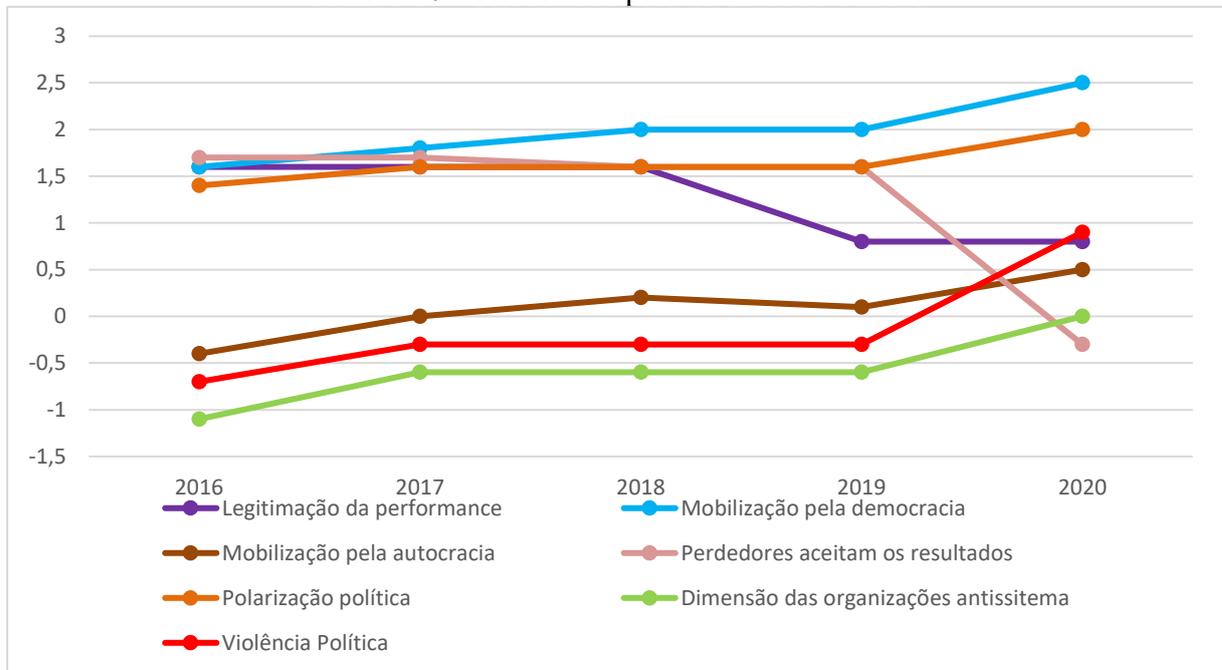
No caso estadunidense, o que se percebe inicialmente é o maior número de variáveis afetadas no período pós-2016. No gráfico apresentado a seguir, observa-se que sete variáveis sofreram grandes alterações, sendo elas: legitimação da performance, mobilização pela autocracia e pela democracia, perdedores aceitem os resultados eleitorais, dimensão das organizações antissistema da sociedade civil, polarização política e violência política.

Como já argumentado, o período de turbulência pode ser entendido pela realização de duas eleições presidenciais no recorte (2016 e 2020), uma representando a vitória de um candidato antidemocrata e a outra representando a derrota na reeleição do mesmo candidato. Fatos como os protestos de adesão maciça ao movimento *Black Lives Matter* em 2020, a invasão ao capítulo em 2021 e a retórica de fraude defendida por Donald Trump podem ser interpretados pelo aumento nos indicadores de mobilização pela democracia, mobilização pela autocracia, polarização política, violência política e sobre perdedores não aceitem os resultados eleitorais.

Ainda, dois últimos indicadores apresentaram resultados que merecem atenção: a queda na legitimidade do regime de 2018 para 2019 o aumento da dimensão de organizações antissistema na sociedade civil. Juntas as variáveis apontam para um momento mais sensível

no país, ainda que o mesmo continue sendo uma das maiores democracias ocidentais em 2021.

Gráfico 40 – Resultados para os Estados Unidos

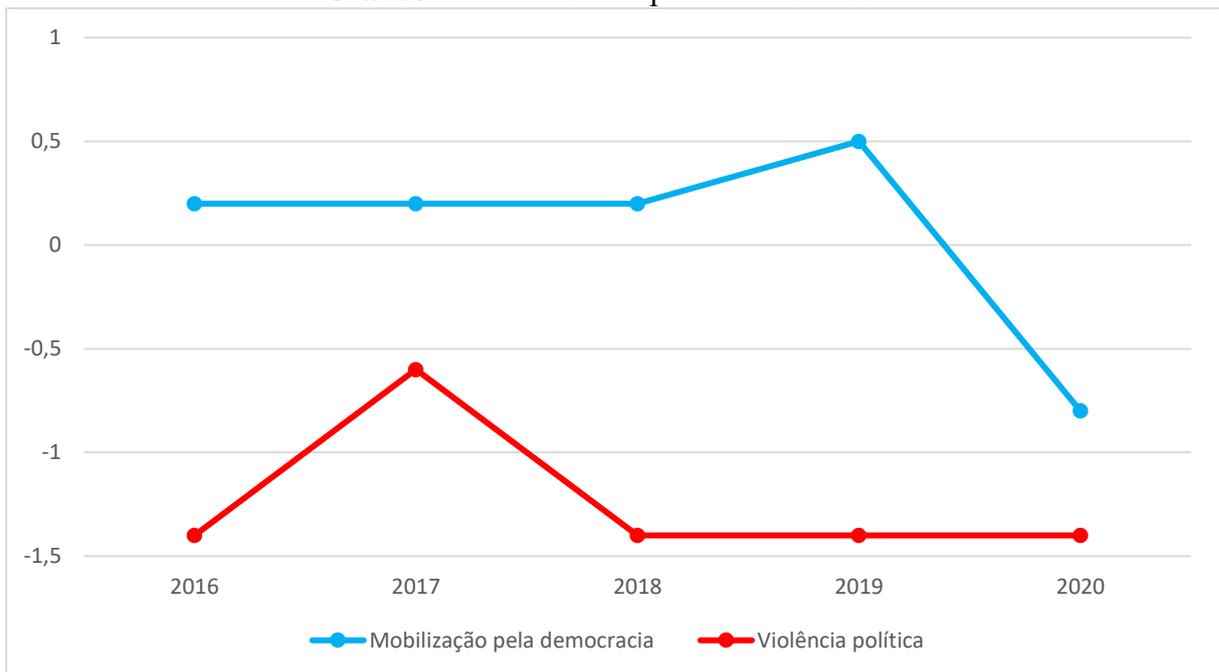


Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Em contraste, as variáveis do Reino Unido não demonstram muitas alterações desde 2010. Na observação dos dados, o país se destaca por sua estabilidade frente aos outros recortes, como exemplificado pelo gráfico 41. Nota-se, com ele, apenas duas variáveis sendo alteradas: a mobilização pela democracia (2018-2019) e a violência política (2016-2017 e queda após 2018).

As considerações podem ser positivas, com a violência política tendo seu pico em 2017 (em análise geral, a média continuava superior à dos demais recortes) e voltando a cair em 2018). Por fim, a variável de mobilização pela democracia demonstra um aumento (superior ao da mobilização pela autocracia no país) até o início da pandemia, um sinal que também pode ser observado com otimismo para a sobrevivência do regime democrático britânico.

Ressalta-se também a eleição presidencial de 2019. No caso do Reino Unido, diferentemente do exemplo estadunidense, o pleito eleitoral não significou uma alteração significativa em nenhum dos indicadores selecionados.

Gráfico 41 – Resultados para o Reino Unido

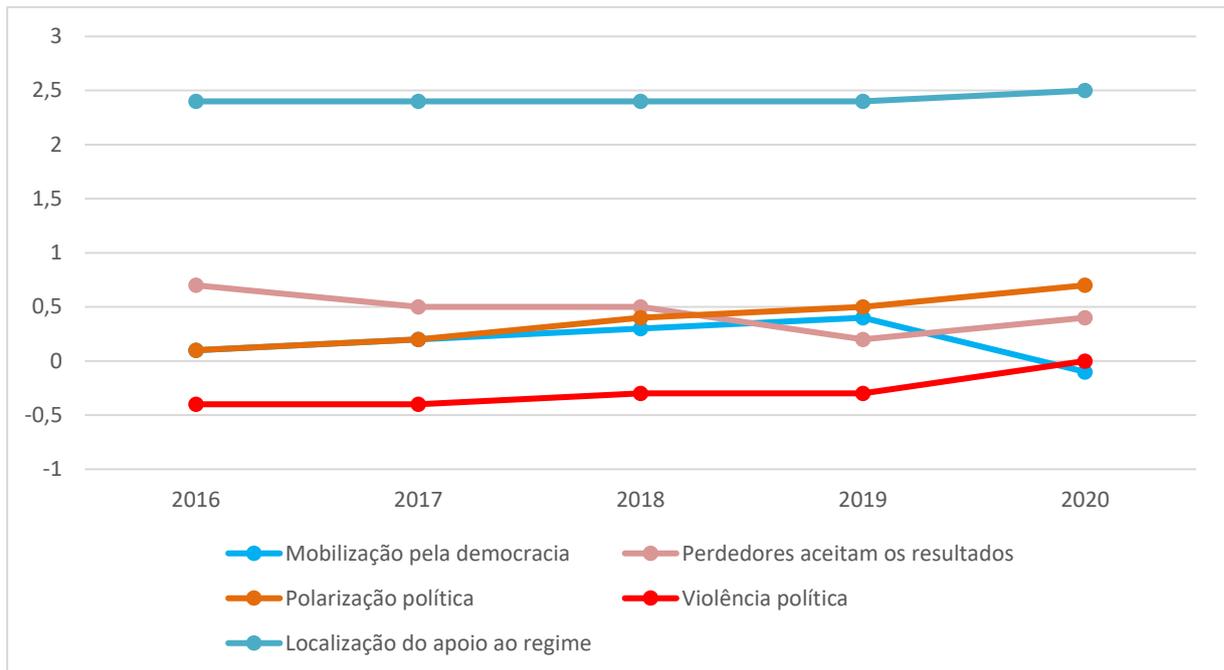
Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

A observação de novas democracias demonstra também maior estabilidade. O interessante é notar como as cinco variáveis de maior impacto em ambas as regiões são bastante parecidas: nelas, repete-se o aumento da violência política, da mobilização pela democracia, da polarização política e da localização do apoio ao regime.

Em específico para a América do Sul destaca-se uma queda no indicador de que perdedores aceitam os resultados eleitorais, variável que se faz compreender pela realização de diversas eleições presidenciais na região durante o período (Paraguai, Brasil e Colômbia em 2018, Argentina e Uruguai em 2019, Bolívia em 2020, Peru e Equador em 2021). Na movimentação, candidatos de discurso antidemocrático obtiveram vitórias e derrotas, o que se observa com a alteração da variável até 2020.

Novamente, destacam-se os aumentos da violência e da polarização política na região, assim como o crescimento constante das mobilizações pró-democracia até o momento da pandemia. De maneira reiterada, as variáveis de violência e polarização políticas aparecem em crescimento no período.

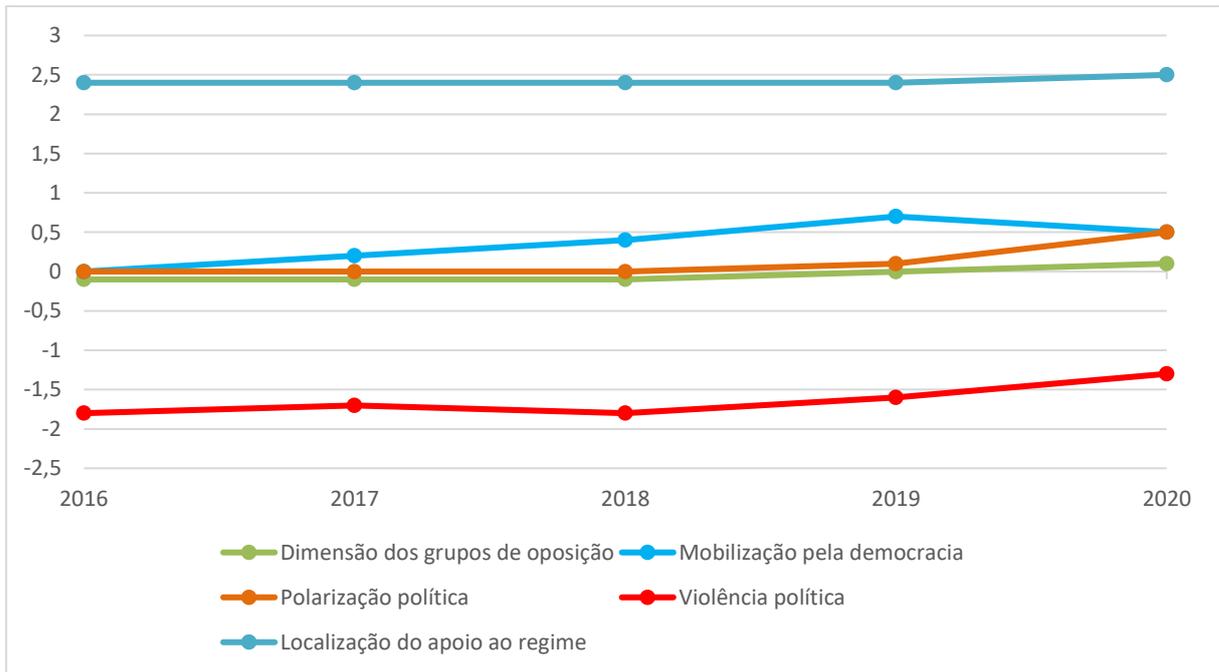
Gráfico 42 – Resultados para a América do Sul



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

O leste europeu sofreu também um aumento na violência e na polarização políticas. Na região o aumento das mobilizações pró-democráticas era ainda mais acentuado do que o notado na América do Sul, mas também com uma queda em 2020. Diferente da outra região de democracias mais jovens, o leste europeu viu subir também um maior número (dimensão) de grupos de oposição ao regime dentro da sociedade civil (fato também observado nos Estados Unidos).

Gráfico 43 – Resultados para o leste europeu



Fonte: Elaborada pelo autor de acordo com os dados retirados dos gráficos de variáveis do site do Instituto V-Dem. Disponível em: < <https://www.v-dem.net/en/analysis/VariableGraph/>>. Acesso em: 13 out. 2021.

Por fim, as novas democracias demonstraram também uma melhora na dissipação do apoio democrático para áreas mais rurais, ficando menos centralizado nas áreas urbanas, assim como um aumento na mobilização pela democracia. É interessante notar, com o recorte proposto, o período representando maior estabilidade para as novas democracias e maior turbulência nos Estados Unidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A posse de Donald Trump em 20 de janeiro de 2017 foi um dos mais marcantes momentos da última década. O então candidato, reconhecido como celebridade no país, construiu sua campanha eleitoral sob um discurso que ameaçava constantemente princípios democráticos. A surpresa de muitos analistas políticos foi também sentida por grande parte da sociedade, afinal, uma das mais antigas e consolidadas democracias do mundo acabara de eleger, em um processo eleitoral legítimo, um líder que atacava pilares do pensamento democrático.

Até então, algumas movimentações populares em democracias ocidentais já chamavam a atenção de áreas das ciências sociais desde 2010, como os protestos da primavera árabe em 2010, o M-15 na Espanha e o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos em 2011 e as Jornadas de Junho no Brasil em 2013.

Partindo do questionamento gerado tanto pela eleição de Donald Trump quanto pelo referendo pela saída do Reino Unido do bloco britânico no mesmo ano, a pesquisa foi proposta e construída para possibilitar uma análise sobre o perigo enfrentado por regimes democráticos após 2016. Representadas por dados de democracias antigas como o Reino Unido e os Estados Unidos da América, mas também jovens como o Brasil, os países do Leste Europeu e da América do Sul, seis obras representativas sobre o debate de queda democrática foram apresentadas e explicitadas. Detalhar as obras foi necessário para que delas se extraíssem indicadores centrais de importantes autores sobre o declínio de regimes democráticos.

A partir do levantamento feito, os indicadores foram verificados empiricamente com base nos dados produzidos pelo instituto *Varieties of Democracy*, V-Dem. Assim, foi possível alcançar conclusões e questionamentos importantes ao comparar variáveis disponibilizadas pelo instituto com indicadores representativos das teses dentro de um recorte temporal e geográfico.

A seleção dos três países e das duas regiões são justificados, primeiramente, pela escolha dos Estados Unidos da América e do Reino Unido. Nos dois casos, os países são peças centrais das obras analisadas, além de representarem também regimes antigos e considerados consolidados. O Brasil, terceiro país selecionado, é de suma importância por representar uma democracia jovem e que também passou por provações em seu regime desde 2016, com um processo conturbado de impeachment naquele ano e a eleição de Jair Messias

Bolsonaro, o “Trump tropical”, nas eleições seguintes. Ainda, o Brasil é o país de origem da pesquisa, o que o torna essencial nas observações.

Nas regiões, a pesquisa recortou e analisou dados de novas democracias comumente abordadas nas discussões, sendo elas a América do Sul e o leste Europeu. As duas regiões possuem histórico democrático conturbado e recente, com um misto de Estados mais democráticos e Estados fortemente autocráticos. Portanto, examinar as médias de tais indicadores geográficos oferece campo fértil para consideráveis conclusões sobre o tema.

Para que fosse possível a construção de tal desenho, foi importante iniciar expondo a discussão teórica acerca do termo “democracia”, pautando a interpretação do regime aqui proposta. A seção foi essencial para que se entendessem os termos poliárquicos de Robert Dahl e, principalmente, fortalecer o perigo enfrentado pelos regimes na seção “ascensão antidemocrática”. Compreendidos o termo e o problema abordados, as obras selecionadas foram apresentadas.

Os pontos principais de cada tese foram apresentados por variáveis representativas que se somaram 14. Para a análise dos indicadores de “Ruptura” (2017) de Manuel Castells (a insatisfação da sociedade com a atuação do regime e as crises financeiras e corrupção) os dados selecionados do V-Dem foram (1) legitimação da performance, (2) dimensão dos grupos opositores ao regime e (3) percepção da corrupção. Para “O povo contra a democracia” de Yascha Mounk (2018), o comprometimento com a democracia liberal e a aceitação das regras políticas pelos partidos políticos foram contrastadas com os dados de (1) mobilização pela democracia e (2) perdedores aceitam os resultados eleitorais.

Em “Como as Democracias Morrem” de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), que aponta para os fatores de crescente polarização e enfraquecimento das normas institucionais, foram utilizadas as variáveis de (1) polarização política e (2) index de *accountability*. “Como a Democracia chega ao Fim” de David Runciman (2018) chama a atenção para o apoio à partidos extremistas e o apoio à ideia democrática, mas não aos governos democráticos. Nele, utilizou-se a (1) mobilização pela autocracia, (2) a mobilização pela democracia e (3) a dimensão de organizações antissistema da sociedade civil.

Przeworski (2019) e sua tese, exposta em “Crises da Democracia”, apontavam para o problema na distribuição de renda e da violência política, retratados, respectivamente, pelas variáveis de (1) distribuição igualitária de recursos e (2) violência política. Por fim, “*Cultural Backlash*” de Pippa Norris e Ronald Inglehart (2019) coloca grande peso para o apoio ao regime ser centralizado em áreas urbanas, com exclusão da região rural sendo causa

importante para uma reação populista autoritária. Para esses indicadores foram utilizadas as variáveis de (1) localização do apoio ao regime e (2) exclusão por área urbana-rural.

Selecionadas as 14 variáveis, o próximo passo foi o de realizar o levantamento dos dados o website do instituto V-Dem, mais especificamente nas variáveis online (*variable graphs*). O levantamento se deu da seguinte forma: em primeiro, para pautar a movimentação das variáveis no tempo e aproveitando o longo prazo disponibilizado pelo instituto, foram mostrados e brevemente discutidos os resultados desde 1900 em recorte global. Em seguida, os indicadores foram levantados, um por um, em gráficos que apresentaram os resultados para Brasil, Reino Unido, Estados Unidos, Leste Europeu e América do Sul com recorte de 2016 à 2020.

Consciente do curto recorte temporal, observou-se, além da inicial análise desde 1900, como os dados se comportaram desde o ano de 2010. Neles, concluiu-se poucas alterações, com dinâmicas que refletiam os resultados obtidos entre 2016 e 2020.

Para melhor compreender tais resultados, a última seção apresentou gráficos isolados de cada país e região, expondo apenas as variáveis que demonstraram alterações importantes. Na seção, as variáveis que se mantiveram constantes ou com alterações abaixo de 1 ponto não foram utilizadas.

Com o levantamento final foi possível visualizar os pontos mais afetados entre os anos de 2016 e 2020, ressaltados os resultados desde 1900 e também desde 2010. Com isso, respondeu-se à pergunta de pesquisa relatando que os indicadores representativos das obras selecionadas sobre queda democrática têm se comportado de formas distintas em cada país e região analisadas. Nas democracias antigas e estabelecidas, os Estados Unidos demonstram instabilidade enquanto o Reino Unido demonstra estabilidade. Nas jovens democracias, as mobilizações pela democracia e pela autocracia cresceram juntamente com a dissipação do apoio democrático para regiões rurais e com o número de organizações antissistema das sociedades civis.

O que se aponta em 2021 é a continuidade de todos os países em regiões em seus status de democracia (nenhuma virou um Estado autocrático), por mais que a violência e a polarização políticas continuem em crescimento. Em comparação às teses apresentadas nas obras selecionadas, as democracias ocidentais continuam passando por momentos de provações, mas toda a turbulência vivida desde 2016 suscitou também maior mobilização a favor dos regimes democráticos.

Nos recortes propostos, o que se descobriu foi uma turbulência nos Estados Unidos que permaneceu durante o primeiro mandato de Donald Trump em 2016 e após a eleição de Joe Biden em 2020. O país representou aumento constante em variáveis de violência e polarização políticas, queda na legitimação da performance, aumento não apenas na mobilização pela democracia e pela autocracia, mas também na movimentação de organizações antissistema da sociedade civil.

Entende-se que o golpe sofrido na democracia estadunidense foi profundo e continuou com reflexos até 2020, apresentando dados que levam a acreditar que os anos seguintes continuarão a demonstrar instabilidade. Porém, outro efeito foi o do aumento da mobilização pela democracia, que pode significar uma resiliência do regime. No fim não se pode confirmar uma erosão democrática, mas sim momentos de tensão que continuam fortes e que, até então, continuam a ameaçar a legitimidade democrática estadunidense.

Contudo, três acontecimentos ainda são simbólicos para a crença na força democrática do país: o sucesso da adesão aos protestos do movimento *Black Lives Matter* em 2020 (que demonstram a força na sociedade dos ideais de justiça e democracia), e o fracasso da invasão ao Capitólio em 2021, que demonstrou que a força e o perigo de movimentos antidemocráticos não garantiram a permanência no poder de Donald Trump e nem a posse do eleito Joe Biden.

O caso do Brasil demonstrou aumento também na violência política, mas a variável de maior atenção é a melhora na dissipação do apoio democrático em regiões rurais, constância que foi visualizada também nos casos das novas democracias da América do Sul e do leste europeu. No caso brasileiro é interessante pontuar também que a mobilização pela democracia continua menor do que a mobilização pela autocracia, mesmo após a queda de ambas as variáveis em 2020. Contudo, a mobilização pela democracia demonstrou um crescimento maior em comparação à mobilização pela autocracia em 2018, além de uma queda um pouco menos abrupta em 2020.

Desde 2010, as variáveis no Brasil também demonstram aumento maior na mobilização pela democracia, em especial no ano de 2013 durante os protestos de junho, em 2016 no processo de impeachment de Dilma Rousseff e em 2018 na eleição de Jair Bolsonaro. Com isso as conclusões pro país demonstram como o embate entre forças democráticas e antidemocráticas é pulsante e segue quedas e aumentos nos mesmos momentos históricos.

Também fortalecendo o argumento de sensibilidade do regime está a ascensão desde 2010 (que persistiu após 2016) no número de organizações antissistema na sociedade civil.

Por outro lado, assim como nos casos de jovens democracias, a crença na democracia brasileira pode ser interpretada pela melhora na dissipação do apoio ao regime para fora do núcleo de grandes centros urbanos.

Notou-se que o Reino Unido foi o recorte de maior estabilidade não somente entre 2016 e 2020, mas também desde 2010. No caso britânico apenas duas variáveis vêm sofrendo alterações bruscas: a mobilização pela democracia e a violência política (com um pico em 2017 e volta a estabilidade de 2018 em seguinte). Conclui-se com isso uma maior invariabilidade do regime democrático britânico desde 2010. A estabilidade no país perdurou mesmo com a eleição presencial de 2019, o que leva a uma crença na força democrática, também representada pelo crescimento da mobilização pela democracia até o início da pandemia no final de 2019.

Em suma os principais resultados encontrados pela pesquisa estão na continuação da instabilidade estadunidense e na estabilidade britânica, demonstrando que democracias estabelecidas têm se comportado de formas opostas e singulares. Nesse caso, a eleição de Donald Trump pareceu ter maior impacto e significado pra sobrevivência democrática do que o caso britânico do referendo pelo Brexit.

Para novas democracias (Brasil, América do Sul e leste europeu), observou-se que, mesmo com a instabilidade, o aumento da violência, da polarização e dos altos níveis de mobilização pela autocracia, a reação desde 2016 foi refletida também com um aumento na mobilização pela democracia e, mais importante, pela melhora na dissipação do apoio democrático pelos territórios nacionais.

O que se tem visto em diferentes publicações é uma contínua agitação de forças antidemocráticas frente à resistência democrática (como exposto inicialmente nos últimos relatórios do Freedom House, The Economist Intelligence Report, International IDEA's Global State of Democracy e pelo V-Dem).

A utilização de dados do V-Dem proporcionou, nas análises, que os indicadores de maior impacto para a sobrevivência e queda democráticas fossem considerados de acordo com as obras analisadas. Com isso pode-se concluir que as agitações iniciadas em meados de 2010 e que ocasionaram na ascensão populista, autoritária, autocrática e antidemocrática continuaram com alteração, em maioria, 2016 e 2020. Com base nas obras, indicadores e gráficos apresentados comprovou-se um crescimento significativo e conjunto em todos os recortes no aumento da violência política, na existência de forças antidemocráticas dentro dos regimes democráticos e na polarização, sendo eles jovens ou não. É interessante notar como

os indicadores representativos das obras analisadas não diferem muito entre os recortes, com as principais mudanças sendo apresentadas de forma similar nos países e regiões expostos.

Os indicadores que representaram estabilidade ou leves flutuações no período foram o de *accountability*, percepção da corrupção, distribuição de renda, corrupção política e exclusão por área urbana-rural.

A não-reeleição de Donald Trump em 2020, assim como a continuidade no status de democracia nos recortes geográficos propostos (nenhum dos países analisados chegou a virar uma autocracia), pode fundamentar uma crença na resiliência dos regimes democráticos, como ressaltado nas teses de Norris, Inglehart, Przeworski e Runciman. As eleições de Donald Trump, Jair Bolsonaro e o referendo pelo Brexit marcaram a última década como um período de ataques ao sistema democrático, porém, o que se vê hoje, é a permanência do regime, ainda que mais fragilizado.

A fragilidade é sentida principalmente nos Estados Unidos, com a legitimidade do regime caindo após 2016. Em todos os outros recortes, o aumento da violência e da polarização demonstram a continuidade nas tensões enfrentadas pelo regime.

Ainda, salienta-se que, nas sociedades democráticas analisadas, os momentos de turbulência causaram efeitos importantes: o crescimento pelas mobilizações públicas (a favor e contra a democracia), o crescimento na dimensão de organizações sociais antissistema e a dissipação do apoio ao regime para territórios mais rurais.

Os dados levantados por meio das obras selecionadas enfraquecem teses que apontavam para um processo de erosão democrática mais imediato. Nesse caso chama-se atenção para as teses de Mounk (2018) e Levitsky e Ziblatt (2018), representados principalmente pelas questões econômicas e institucionais. Nelas, a distribuição de renda e a legitimidade dos governos (salvo o caso estadunidense), pontos centrais que demonstrariam uma erosão iminente dos governos, foram variáveis pouco afetadas, principalmente no intervalo após 2016.

Assim, os pontos de maior inflexão são os relacionados a fatores culturais (mobilizações pela democracia e autocracia, dimensão de grupos antissistema, polarização e violência políticos). Das teses, chama-se atenção para a redigida em “Cultural Backlash” por Norris e Inglehart, que aponta questões culturais como centrais para a movimentação antidemocrática da última década.

Por fim, os dados não podem comprovar como o tema será continuado nos próximos anos frente às incertezas da vida humana. A pandemia iniciada em 2019 demonstrou de forma

contundente como sono reféns de mudanças abruptas que fogem do controle de prognósticos acadêmicos da área. Tal fato não seria diferente na construção de uma pesquisa ou na discussão de um tema amplamente analisado. Ainda assim, o levantamento realizado possibilita a exposição de consideráveis conclusões nos recortes temporais e geográficos, cooperando para compreensão de como a situação se encontrava e para onde ela melhor parecia apontar.

Com isso pode-se afirmar que continuamos em momento de forte embate entre forças democráticas e antidemocráticas, dinâmica que continua crescendo juntamente com a polarização e, em alguns casos, com a violência. Ao mesmo tempo, as instituições e o regime, num todo, permaneceram fortes e sofreram poucas mudanças institucionais desde 2010 (principalmente nos seus status de democracia ou autocracia). Apesar da ascensão de forças e ideais antidemocráticos, é histórico também o apoio que o regime tem recebido em diferentes Estados do globo, com novas democracias dando continuidade à uma dissipação do apoio para fora apenas de centros urbanos.

REFERÊNCIAS

- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. California: Sage Publications, 1989.
- DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Edusp, 2015.
- FIGUEIREDO, Dalson Britto et al. O que é, para que serve e como se faz uma meta-análise? **Teoria e Pesquisa**, [s.l.], v. 23, n. 2, p.205-228, 2014. Editora Cubo Multimídia. <http://dx.doi.org/10.4322/tp.2014.018>.
- FOA, Roberto Stefan et al. **The End of the Consolidation Paradigm: a response to our critics**. A Response to Our Critics. 2017. Journal of Democracy (web exchange). Disponível em: <http://roberto.foa.name/FoaMounkEndofConsolidationParadigm.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2020.
- INGLEHART, Ronald. How Much Should We Worry? **Journal Of Democracy**. Washington, p. 18-23. jul. 2016.
- KLINGEMANN, Hans-dieter. Foreword. In: INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 1-323.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MOISÉS, José Álvaro. **Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?**. São Paulo: Edusp, 2010.
- MORLINO, Leonardo. Teoria da Democratização, Qualidade da Democracia e Pesquisa de Opinião: ainda em "mesas separadas"? : ainda em "mesas separadas"? In: MOISÉS, José Álvaro (org.). **Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?**. São Paulo: Edusp, 2010. p. 23-44.
- MOUNK, Yascha et al. The Danger of Deconsolidation: the democratic disconnect. : The Democratic Disconnect. **Journal Of Democracy**. Washington, p. 5-17. jul. 2016.
- MOUNK, Yascha et al. The Signs of Desconsolidation. **Journal Of Democracy**. Washington, p. 5-15. jan. 2017.
- MOUNK, Yascha. **O Povo Contra a Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- MOUNK, Yascha; FOA, Roberto Stefan. The End of the Democratic Century: Autocracy's Global Ascendance. **Foreign Affairs: Is democracy dying?**, Nova Iorque, v. 97, n. 3, p. 29-38, maio 2018.
- NICOLAU, Jairo. Prefácio. In: LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as Democracias Morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p. 7-11.

NORRIS, Pippa. **Is Western Democracy Backsliding?:** Diagnosing the risks. 2017. Journal of Democracy (web exchange). Disponível em: https://www.journalofdemocracy.org/wp-content/uploads/2018/12/Journal-of-Democracy-Web-Exchange-Norris_0.pdf. Acesso em: 03 abr. 2020.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. Cultural Backlash: Trump, Brexit and authoritarian populism. Cambridge: Cambridge University Press, 2019, p. 410.

PASSOS, Julia (org.). **Democracia em Risco?:** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 371 p.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises of Democracy.** Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

PUTNAM, Robert D.. **Bowling Alone:** The collapse and revival of American community. Nova Iorque: Simon & Schuster, 2000.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** São Paulo: Editora Unesp, 2016.

V-DEM INSTITUTE. **About the institute:** varieties of democracy. Varieties of Democracy. Disponível em: <https://www.v-dem.net/en/v-dem-institute/about-institute/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

V-DEM INSTITUTE. **Democracy Report 2020:** autocratization surges; resistance grows. Autocratization Surges—Resistance Grows. 2020. Disponível em: https://www.v-dem.net/media/filer_public/f0/5d/f05d46d8-626f-4b20-8e4e-53d4b134bfc9/democracy_report_2020_low.pdf. Acesso em: 02 abr. 2020.

HUNTINGTON, Samuel P.. Democracy's Third Wave. **Journal Of Democracy.** Washington, p. 12-34. set. 1991.

HUNTINGTON, Samuel. A terceira onda: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil.** Maringá: Eduem, 2011.

FUKUYAMA, Francis. **The End of History and the Last Man.** Nova Iorque: The Free Press, 1992.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

FEIERHERD, Germán. **How do democracies fall apart (and could it happen here)?.** 2017. Yale Macmillan Center. Disponível em: <https://macmillan.yale.edu/news/how-do-democracies-fall-apart-and-could-it-happen-here>. Acesso em: 19 set. 2020.

INSTITUTO V-DEM (org.). **Autocratization Turns Viral: democracy report 2021**. Gothenburgo: V-Dem Institute, 2021. 52 p. Disponível em: https://www.v-dem.net/media/filer_public/74/8c/748c68ad-f224-4cd7-87f98794add5c60f/dr_2021_updated.pdf. Acesso em: 24 mar. 2021.